



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO

MARIA LUCIA SILVA

SER ANTIRRACISTA: A IMPORTÂNCIA DO TEMA EM SALA DE AULA

Palmas -TO

2025

Maria Lucia Silva

Ser antirracista: a importância do tema em sala de aula

Dissertação apresentada ao Programa de Pós -
graduação *Stricto Sensu* em Educação da
Universidade Federal do Tocantins, como
requisito para obtenção do título de Mestre em
Educação.

Palmas-To
2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- S586s Silva, Maria Lucia.
Ser antirracista: A importância do tema em sala de aula. / Maria Lucia Silva.
– Palmas, TO, 2025.
129 f.
- Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins –
Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em
Educação, 2025.
Orientadora : Elizângela Inocêncio Mattos
1. Educação antirracista.. 2. Racismo.. 3. Formação inicial.. 4. Professores e
Universidade.. I. Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer
forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte.
A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184
do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da
UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**


Maria Lucia Silva

SER ANTIRRACISTA: A IMPORTÂNCIA DO TEMA EM SALA DE AULA


Dissertação apresentada ao Programa de Pós -
graduação *Stricto Sensu* em Educação da
Universidade Federal do Tocantins, como
requisito para obtenção do título de Mestre em
Educação.

Data da Aprovação: 21/ 11/ 2025

Banca Examinadora:


Documento assinado digitalmente
 **ELIZANGELA INOCENCIO MATTOS**
Data: 21/11/2025 11:02:52-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dra. Elizângela Inocência Mattos - PPGE/UFT

Documento assinado digitalmente
 **MARCIEL BARCELOS**
Data: 21/11/2025 11:45:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Orientadora e Presidente da Banca

Dr. Marciel Barcelos Lano – PPGEF/UFRRJ
Avaliador Externo

Documento assinado digitalmente
 **CARMEM LUCIA ARTIOLI ROLIM**
Data: 21/11/2025 11:53:15-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dra. Carmem Lucia Artioli Rolim – PPGE/UFT
Avaliadora Interna

Palmas -TO

2025

Dedico esta dissertação à minha mãe, Deuzuita Silva, que, mesmo ausente fisicamente, permanece viva em cada conquista minha. Sua força, amor e exemplo seguem guiando meus passos. Para sempre, minha maior inspiração.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me possibilitado vivenciar uma experiência tão enriquecedora, que foi trilhar o caminho desta pesquisa. Agradeço também pela intercessão de Nossa Senhora, mãe de Jesus, Maria.

Aos meus pais, Antônio Luís Gonzaga e Deuzuita Silva, que, apesar de não terem tido oportunidades de acesso e prosseguimento nos estudos, muito cedo compreenderam a importância da educação e não mediram esforços para que, não apenas eu, mas também meus irmãos, pudéssemos, por meio dela, ampliar horizontes e oportunidades.

Aos meus irmãos, Marcos Antônio, Marconis Gonzaga e Maristela Gonzaga, por não desistirem de me incentivar, por me apoiarem e por compreenderem a distância que estamos um do outro, também por cuidarem com carinho de nosso pai.

À minha orientadora, Dra. Elizângela Inocência Mattos, pela generosidade, pela confiança depositada e pelos conhecimentos partilhados, principalmente aqueles relacionados à diversidade e às relações étnico-raciais, fundamentais para a realização deste trabalho e, sobretudo, para minha carreira como pesquisadora. Uma pessoa que exerce com seriedade, responsabilidade e ética a função de orientar. Obrigada pela paciência e dedicação ao nosso trabalho.

Aos professores da banca examinadora, por contribuírem com suas correções, sugestões e apontamentos. Agradeço ao Dr. Marciel Barcelos Lano e à Dra. Carmem Lucia Artioli Rolim, que gentilmente dispuseram de seu tempo para enriquecer o resultado desta pesquisa.

Aos (as) professores (as) do PPGE-UFT: Dra. Elizângela Mattos, Dr. Marciel Lano, Dra. Maria José de Pinho, Dra. Rosilene Lagares, Dra. Jocyleia Santana dos Santos e Dra. Carmem Lucia Artioli Rolim, com os quais partilho minha admiração e estima, sobretudo por me inspirarem durante as disciplinas ministradas.

A todos os amigos queridos, estejam eles longe ou perto, pelo convívio e por fazerem parte de minha vida pessoal, profissional ou acadêmica, dando-me força nos momentos difíceis.

Ao Movimento Renovação Carismática Católica, no que diz respeito ao Grupo de Oração Renascer de Tocantinópolis -TO, e aos demais movimentos pela intercessão durante esse processo.

Ao Grupo de Oração Hesed de Palmas -TO, por me acolherem nesse processo de mudança, junto com o Pe. Eduardo Ribeiro Gonçalves.

Ao meu amigo Dário Lima, pela parceria como colega de mestrado.

À querida amiga Camilla Vitória Moreira Padilha, por partilhar experiências, conhecimentos e pelo apoio.

À querida amiga Maria de Lourdes Leôncio Macedo, por partilhar suas experiências e pelo apoio, permitindo-me enxergar novos horizontes.

Aos colegas de mestrado da 12ª turma, pelo convívio e pelas experiências, pela generosidade e empatia dedicadas a mim.

À Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), por me possibilitar a realização da pesquisa, em especial aos Cursos de Ciências Sociais e Pedagogia da Cidade de Tocantinópolis -TO.

A todos os alunos participantes da pesquisa, pois sem vocês a realização deste trabalho não teria sido possível.

À querida amiga Sammira Jandra Amoury Jardim, por partilhar experiências, conhecimentos e pelo apoio.

“Adotar uma postura antirracista em sala de aula significa problematizar o currículo, escutar os silêncios e reconhecer as vozes historicamente apagadas da população negra.”

Cavalleiro

RESUMO

Este estudo vincula-se ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade Federal do Tocantins, como requisito para obtenção do título de mestre em Educação, na Linha 1: Currículo, Formação de Professores e Saberes Docentes, tendo como eixo temático: Currículo e Diversidade/Formação e Diversidade. O problema norteador da investigação fundamenta-se sobre o sentido e percepção atribuídos por jovens estudantes ingressos no ensino superior, diante das situações de racismo em sala de aula. O objetivo consiste em analisar a compreensão dos jovens universitários sobre a educação antirracista, discutindo a questão étnico-racial, sobretudo no campo da formação de professores nos cursos de licenciatura, analisando qual perspectiva de educação tem sido pensada na formação dos saberes docentes nessa área. O percurso metodológico estabelecido para responder aos objetivos consiste na adoção de um tipo de pesquisa que se aproxima do caráter exploratório, descritivo e argumentativo, tendo em vista que esse método permite ao pesquisador realizar formulações mais pontuais e assertivas sobre a problemática, adotando, assim, uma abordagem qualitativa. Conclui-se que a educação antirracista é fundamental no combate ao racismo, pois forma consciências críticas e desconstrói preconceitos. Sua prática permite que professores e professoras intervenham de forma crítica no combate às ações racistas. A educação antirracista é transformadora e quando a Universidade se compromete com essa luta, contribui para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Palavras-chave: Educação antirracista. Racismo. Formação inicial. Professores e Universidade.

ABSTRACT

This study is linked to the *Stricto Sensu* Graduate Program in Education at the Federal University of Tocantins, as a requirement for obtaining a Master's degree in Education, under Line 1: Curriculum, Teacher Education, and Teaching Knowledge, with the thematic axis: Curriculum and Diversity/Teacher Education and Diversity. Thus, the guiding problem of the research is based on the meaning and perceptions attributed by young undergraduate students when facing situations of racism in the classroom. The objective is to analyze the understanding of university students regarding the concept of anti-racist education, discussing ethnic-racial issues, especially in the field of teacher training in undergraduate courses, and examining which educational perspectives have been considered for the development of teaching knowledge in this area. The methodological path established to meet the objectives consists of adopting a type of research that approaches an exploratory, descriptive, and argumentative character, as this method allows the researcher to make more precise and assertive formulations about the problem, adopting, therefore, a qualitative approach. It is concluded that anti-racist education is essential in combating racism, as it fosters critical awareness and deconstructs prejudices. Its practice enables teachers to intervene critically in confronting racist actions. Anti-racist education is transformative, and when the University commits to this cause, it contributes to building a fairer and more equitable society.

Keywords: Anti-racist education. Racism. Initial training. Teachers and University.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

UFT- Universidade Federal do Tocantins

ERA- Evento sobre Relações Raciais

MST- Movimento Sem Terra

MAB- Movimento dos Atingidos por Barragem

UFNT- Universidade Federal do Norte do Tocantins

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecidos

CAAE - Certificado de Apresentação para Apreciação Ética

SEPPIR - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República

CNPIR - Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial

PNPIR - Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial

PLANAPIR - Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial

EUA - Estados Unidos da América

PPC - Proposta Pedagógica Curricular

MEC - Ministério da Educação

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

PIBID - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência

UEMASUL - Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

CNE - Conselho Nacional de Educação

CES - Conselho de Educação Superior

UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos

EDUFBA - Editora da Universidade Federal da Bahia

ERER - Educação para as Relações Étnico-Raciais

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	BRASIL: UM PAÍS RACISTA?	20
3	PROFESSOR ANTIRRACISTA: O RACISMO NA ESCOLA E A FUNÇÃO DA UNIVERSIDADE.....	38
3.1	Racismo na escola.....	39
3.2	Professor antirracista.....	48
3.3	A função da universidade.....	63
3.4	O que dizem os (PPC): Curso de Pedagogia e Ciências Sociais.....	66
4	ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA COM JOVENS UNIVERSITÁRIOS ACERCA DO RACISMO E A FORMAÇÃO DOCENTE....	76
Gráfico 4.1.	Curso de Ciências Sociais - Distribuição por cor.....	79
Gráfico 4.2.	Curso de Pedagogia - Distribuição por cor.....	79
Gráfico 4. 1.2	Curso de Ciências Sociais - Já sofreu racismo?	81
Gráfico 4.2.2	Curso de Pedagogia - Já sofreu racismo?	81
Gráfico 4.1.3	Curso de Ciências Sociais - Percepção sobre o racismo no Brasil.....	84
Gráfico 4.2.3	Curso de Pedagogia - Percepção sobre o racismo no Brasil.....	84
Gráfico 4.1.4	Curso de Ciências Sociais - Por quem o racismo deve ser tratado?	87
Gráfico 4.2.4	Curso de Pedagogia - Por quem o racismo deve ser tratado?	87
Gráfico 4.1.5	Curso de Ciências Sociais - Representatividade Racial no Currículo.....	90
Gráfico 4.2.5	Curso de Pedagogia - Representatividade Racial no Currículo.....	90
Gráfico 4.1.6	Curso de Ciências Sociais - Quanto à temática, na sua visão o professor	93
Gráfico 4.2.6	Curso de Pedagogia - Quanto à temática, na sua visão o professor.....	94
Gráfico 4.1.7	Curso de Ciências Sociais - Tratamento das questões raciais no curso.....	95

Gráfico 4.2.7 Curso de Pedagogia - Tratamento das questões raciais no curso.....	96
Gráfico 4.1.8 Curso de Ciências Sociais - Professores em sala de aula.....	97
Gráfico 4.2.8 Curso de Pedagogia - Professores em sala de aula.....	98
Gráfico 4.1.9 Curso de Ciências Sociais. Percepção sobre o papel da universidade.....	99
Gráfico 4.2.9 Curso de Pedagogia - Percepção sobre o papel da universidade.....	100
Gráfico 4.1.10 Curso de Ciências Sociais - Sobre o acervo da biblioteca.....	103
Gráfico 4.2.10 Curso de Pedagogia - Sobre o acervo da biblioteca.....	103
Gráfico 4.1.11 Curso de Ciências Sociais- Você já se sente preparado para a sala de aula numa perspectiva antirracista.....	104
Gráfico 4.2.11 Curso de Pedagogia - Você já se sente preparado para a sala de aula numa perspectiva antirracista?	105
5 CONSIDERAÇÕES.....	108
6 REFERÊNCIAS.....	112
7 APÊNDICES.....	118
8.1 Questionário aplicado à pesquisa.....	118
9 ANEXOS.....	121
9.1 Comprovante do envio do projeto.....	121
9.1.2 Carta de anuência.....	122
9.1.3 Cronogramas da ações.....	123
9.1.4 Folha de rosto.....	124
9.1.5 Termo de consentimento livre.....	125

MEMORIAL: REFLEXÕES DESCRITIVAS SOBRE A TRAJETÓRIA ACADÊMICA E PROFISSIONAL

Neste memorial, tenho a oportunidade de apresentar minha trajetória acadêmica e profissional, a qual me permite refletir sobre o percurso na educação, as vivências docentes e as aspirações que me levaram ao desejo de enveredar pela pesquisa científica no universo do Mestrado.

Cursei toda a educação básica em escolas públicas no Estado do Tocantins, na Cidade de Tocantinópolis, o ensino infantil foi realizado na Escola Municipal Lajinha, o ensino fundamental e médio na Escola Estadual Pe. Giuliano Moretti e José Carneiro de Brito. Durante o Ensino Médio, houve o encantamento pelas discussões e debates sobre temáticas sociais, especialmente aquelas atravessadas pela Sociologia.

Em 2010, adentrei na Universidade Federal do Tocantins (UFT), no curso de graduação em Ciências Sociais, concluído em 2016, depois de ter enfrentado duas paralisações por greve de alunos e funcionários. Minha graduação durou cinco anos, porém, foi um processo de grande aprendizado. O curso possui habilitação em licenciatura em Sociologia. Durante o período, fui atuante, consegui bolsa e, assim, dediquei-me somente aos estudos. Tive a oportunidade de enveredar-me pelo universo da pesquisa e desfrutar do encantamento da disseminação do conhecimento científico.

No período da graduação, participei de encontros, eventos e projetos acadêmicos, dentre eles: o Secone 2017; o evento Feminismo Negro, a Marcha das Mulheres Negras, 2016 (Encontro internacional), Cinema, Educação e Direitos Humanos; a exposição *Paíz Timbira*, 2015; e o I Ciclo de Debate Relações Raciais (ERA), 2015. Além disso, tornei-me membro participante do Grupo de Ensino e Pesquisa em Educação (ERA), com envolvimento significativo e desdobramento em produção científica e apresentação de trabalhos, entre eles: “A Mulher Brasileira e seu Contexto Histórico”, o “Feminismo e Luta de Classe no Movimento Campesino”, Movimento Sem Terra (MST) e Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB).

Participei de diversos eventos da área de ensino, docência, educação e ciência, como Semana Acadêmica de Pedagogia, a Semana Acadêmica de Ciências Sociais e a Semana do Parfor /Pedagogia. Estive como membro e militante de Movimentos Sociais relacionados às questões agrárias no Bico do Papagaio - TO. Fui participante do projeto

Cineclube durante 12 meses, e bem como do grupo de pesquisa sobre “Educação do Campo do Estado do Tocantins: Desafios e Proposições”.

Fui bolsista como monitora nas disciplinas de Sociologia da Educação I e III e Ciências Políticas I, II e III, o que possibilitou uma experiência singular em sala de aula e a confirmação da escolha pela docência. As práticas como bolsista que exerci, diuturnamente, me constituíram como professora de Sociologia.

Em 2015, finalizei o curso com a apresentação do Trabalho de Conclusão, que discutia o tema “Protagonismo e Trajetória da Mulher no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra” (MST). Em 2016, quando coleei grau e obtive a habilitação oficial como professora de Sociologia, eu já estava cursando uma pós-graduação *lato sensu* em Ensino de Filosofia e Sociologia.

No campo das experiências profissionais e professorais, atuei como professora substituta do campus da UFT em Tocantinópolis -TO (2016-2018), no Instituto Superior do Maranhão - ISETE (2019-2022), na Universidade Estadual do Maranhão - UEMASUL (2020-2022) e na Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT, 2022-2023). Atualmente, leciono no Instituto Atitude Curso (20h), Palmas -TO. No momento, em vias de conclusão da Licenciatura em Letras pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e a especialização em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica (Faculdade Dom Alberto).

Nesta trajetória, também atuei como membro avaliador em seis bancas de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), além de participar de bancas avaliadoras de seleções de bolsistas para o Pibid.

A presente pesquisa é a conclusão do mestrado, iniciado no segundo semestre de 2023, quando ainda estava como professora substituta na Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). Com o encerramento do contrato em dezembro do mesmo ano, fiquei desempregada e me mudei para Palmas, na tentativa de estudar e trabalhar, almejando uma bolsa para melhor me dedicar aos estudos. No entanto, a vida na capital é bem difícil, não consegui a bolsa e também ainda não obtive um trabalho fixo.

O que me motivou a ingressar na pós-graduação foi a trajetória descrita acima, além de me tornar uma das poucas da família com ensino superior e, agora, a primeira com título de mestre. Outro motivo que me move é o desejo de ser docente no ensino

superior. Toda a experiência enquanto docente e a relação com os alunos em sala de aula me mantêm focada nesse objetivo. Ademais, gostaria de mencionar que sou grata aos alunos que tive na graduação e àqueles que participaram da presente pesquisa, contribuindo para a realização do trabalho.

Nesta experiência de pós-graduação, cursei disciplinas que me ajudaram no processo de escrita da dissertação, tais como: “Docência da Educação Superior”, “História da Cultura Escolar”, “Seminários de Dissertação”, “Concepções e Práticas da Formação de Professores”, “Currículo e Diversidade” e “Políticas Educacionais: Estado e Sociedade”. Todas serviram de base, tanto nos textos lidos quanto na exposição das aulas.

Dessa forma, a experiência de sair de uma cidade do interior e ter que se adaptar a uma capital foi significativa. De início, foi difícil, mas o mestrado em curso, juntamente com a área de concentração em Formação de Professores, me habilitou a trabalhar em algumas empresas, ministrando formação docentes, e a conseguir algumas aulas em universidades privadas, tudo isso ocorreu graças ao mestrado e à minha dedicação. Ressalto que não é fácil morar em capital, estudar e trabalhar, sendo que minha família não tem condições de ajudar financeiramente. Assim, preciso me esforçar ao máximo para conseguir permanecer em Palmas.

Convém lembrar que a mesma universidade onde cursei a graduação e ministrei aulas por quatro anos, me convidou para participar de um programa transmitido pelo canal do Youtube da própria universidade, cujo nome é: “Sou egresso, e aí?”.¹ Por meio desse convite, as pessoas puderam conhecer mais de perto quem é a Maria Lucia e minha trajetória.

Diante do exposto, finalizo este memorial com a convicção de que ser professora e protagonista negra neste país é dar sentido à vida de outras pessoas e, com isso, compreender o seu papel, exercido a partir de desafios diários no exercício da docência.

1

https://www.youtube.com/watch?v=8_zCJiApnes&list=PLXQy_LfQrFACodbAoDbz_A56PscVI_gV&index=2.

1 INTRODUÇÃO

Ao abordar o racismo, é importante notar que o Brasil é um país em que a população de negros e pardos representa mais de 55,5% do seu povo, sendo povos misturados em um mesmo espaço físico e geográfico (IBGE, 2022). É de se questionar por que o tema da educação antirracista precisa ser discutido, e, mais que isso, é necessário analisar se o racismo de fato existe no Brasil. Caso exista, conforme Davis (1981), em uma sociedade marcada pelo racismo, não é suficiente apenas evitar atitudes racistas, é preciso agir ativamente contra elas. Tal afirmativa amplia a necessidade de fortalecimento do debate e da pesquisa nesta seara. Tendo em vista que o racismo é, indiscutivelmente, um problema estrutural da sociedade e não necessariamente um problema de sujeitos (enquanto pessoas).

De acordo com os dados estatísticos (IBGE, 2022), há cerca de 11,5 milhões de jovens negros de 18 a 24 anos que têm sido as principais vítimas da violência urbana, apresentando a maior taxa de analfabetismo (5,8% negros e 1,9% brancos), a maior discrepância no acesso e permanência no ensino superior e os maiores índices de reprovação na educação básica. Embora se saiba que a política de cotas (Lei n.º 12.711/2012) para acesso ao ensino superior seja considerada positiva, pesquisas indicam, nos últimos anos, um crescimento exponencial de estudantes negros no ensino superior (Meinerz & Kaercher, 2021). Os estudos apontam que, de 2001 a 2020, o número de cotistas (negros, pardos e indígenas) matriculados em universidades públicas brasileiras passou de 31% para 52% do total de estudantes. No entanto, as disparidades entre o acesso e permanência ainda são expressivas.

Existe no Brasil uma exclusão estrutural que atinge pessoas negras e racializadas. Entretanto, a Constituição Federal Brasileira de 1988 traz, dentre os objetivos fundamentais, o de promover o bem-estar de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou outras formas de discriminação. Em muitos espaços sociais, fala-se de forma contundente de racismo e de discriminação racial, que reforçam estigmas e estereótipos sobre a população negra (Gomes, 2005; Moore, 2007). Diante disto, o racismo de fato existe no Brasil? Ou é apenas é “mimimi”?² O que sabemos é que é

² Mimimi: é uma gíria muito utilizada principalmente na internet para descrever reclamações. A palavra imita o som de uma pessoa murmurando. Quando alguém percebe que alguém está sendo militante ou reclamando sem haver alguma razão para queixa, descreve que essa pessoa está de mimimi.

preciso ser antirracista para não tolerar práticas discriminatórias e excludentes. Logo, combater a desigualdade racial é muito mais do que uma luta da população negra; é uma luta de todos. Essa exclusão reflete o racismo à brasileira, marcado pela negação da sua própria existência e pela ideia de que vivemos em uma Democracia Racial. Esse tipo de racismo está presente nas instituições, no mercado de trabalho, na violência física e verbal, no cotidiano, na política e nas ideologias. Desse modo, ele se apresenta como uma forma velada e dissimulada, profundamente enraizado nas estruturas sociais, e se expressa nas piadas, nos estereótipos, nos apelidos pejorativos e nos comentários discriminatórios que reforçam essa omissão.

O que é, de fato, uma educação antirracista? Ela é compreendida como uma ação pedagógica que almeja combater o racismo de forma ativa e consciente dentro e fora da sala de aula. Seu objetivo não é apenas limitar-se ao racismo como tema, mas sim buscar a transformação das estruturas escolares que reproduzem desigualdades raciais, valorizando a diversidade étnico-racial, com base na cultura, história e contribuições dos povos negros, historicamente marginalizados. Assim, a educação antirracista visa desconstruir estereótipos racistas, promovendo o respeito às identidades raciais e a equidade de oportunidades.

Com isso, seu surgimento está ligado às lutas dos movimentos sociais, movimentos estes que, especialmente a partir da década de 1970, passaram a reivindicar o reconhecimento da identidade negra, a valorização da cultura afro-brasileira e a reformulação de um currículo escolar, antes marcado pela centralidade europeia. Essa mobilização culminou em importantes avanços legais, como a promulgação da Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da história, da cultura africana e afro-brasileira nas escolas. Desde então, a educação antirracista vem se consolidando como uma resposta necessária ao racismo estrutural, propondo uma formação crítica, inclusiva e comprometida com a equidade racial.

Partindo desse pressuposto, torna-se pertinente ouvir jovens universitários acerca dos sentidos que atribuem às situações de discriminação racial que possam existir dentro da instituição de ensino superior, sobretudo na perspectiva de uma formação para uma educação antirracista. Assim, o que concebem como ações racistas? Quais os impactos do racismo na participação social de estudantes negros na instituição de ensino superior e as suas formas de enfrentamento? Tendo em vista que o Brasil possa ou não ser um país racista, a indiferença ainda se mantém fortemente nos sistemas de valores que regem o

comportamento dos brasileiros e se expressa em diferentes práticas sociais (Munanga, 2006; Furtado e Meinerz, 2020).

A pesquisa justifica-se pela aderência à área de concentração do programa e por dialogar com a linha de pesquisa. Ela apresenta relevância social e resultados que podem subsidiar novas pesquisas, promovendo o fortalecimento do debate e a disseminação do conhecimento sobre a concepção de que não basta apenas não ser racista, mas é preciso ser antirracista na sociedade do século XXI.

O objetivo geral consiste em analisar a compreensão dos jovens universitários sobre a concepção de educação antirracista em sala de aula. Busca-se discutir a questão étnico-racial, sobretudo no campo da formação de professores no curso de licenciatura, e refletir acerca da educação antirracista, analisando, assim, qual perspectiva de educação tem sido pensada para a formação dos saberes docentes.

Quanto aos objetivos específicos, foram elaborados de forma a detalhar e alinhar as etapas necessárias para atingir o objetivo geral da pesquisa, garantindo clareza na execução das atividades e contribuindo para a análise aprofundada do tema investigado. Logo implica em: a) identificar o que os jovens universitários concebem como ações antirracistas; b) verificar a percepção dos jovens universitários sobre a formação de professores oferecida pela universidade.

Neste sentido, as inquietações justificam a problemática de pesquisa e, por sua vez, a relevância do presente estudo. Desse modo, o problema norteador da investigação se fundamenta na questão de qual sentido e percepção são atribuídos por jovens universitários ingressos no ensino superior frente a uma educação antirracista.

Dessa forma, adota-se a premissa de que “a pesquisa na condição de princípio científico apresenta-se como a instrumentação teórico-metodológica para construir conhecimento” (Demo, 2000, p. 33). Por outro lado, os aspectos teóricos-metodológicos vão além de apresentar o itinerário da pesquisa, pois incluem a constituição de um corpo teórico para fundamentação, a orientação e a explicação das formas de análises utilizadas pela investigação.

Assim sendo, o percurso metodológico estabelecido para responder aos objetivos, consistem em adotar o tipo de pesquisa que se aproxima do caráter exploratório, descritivo-argumentativo de (Marconi e Lakatos, 2017), permitindo ao pesquisador

realizar formulações mais pontuais e assertivas da problemática. Utiliza-se, ainda, uma abordagem qualitativa (Triviños, 2011), pois se compreende que ela permite captar não somente a aparência do objeto de investigação, mas também suas essências relacionadas ao fenômeno.

No campo empírico, para o desenvolvimento do presente estudo, optou-se por realizar a pesquisa na Universidade Federal do Norte do Tocantins³ (UFNT), envolvendo precisamente as turmas de licenciatura em Pedagogia e Ciências Sociais. Foram entrevistados 20 participantes, com idade entre 17 e 30 anos: 10 alunos do curso de Ciências Sociais, (sendo 03 pessoas brancas e 7 pessoas negras); e 10 alunos do curso de Pedagogia, (sendo 4 pessoas brancas e 6 pessoas negras).

A seleção dos participantes ocorreu de maneira intencional e direta. Quanto aos cuidados éticos, os participantes foram informados sobre o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e sobre a pesquisa, com o objetivo de garantir a seriedade e o compromisso com as informações, que assumem o caráter estritamente científico. (Minayo, 2015).

A presente pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), da Universidade Federal do Tocantins (Campus Palmas), órgão responsável por avaliar se uma pesquisa envolvendo seres humanos está de acordo com princípios éticos. O Número do CAAE: 1 83262824.2.0000.5519 (Certificado de Apresentação para Apreciação Ética) número de registro gerado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) no Brasil, usado para identificar e acompanhar projetos de pesquisa envolvendo pessoas. Sua função é garantir que a pesquisa cumpra as normas éticas, conforme a Resolução CNS 466/12, protegendo direitos e bem-estar dos participantes, o que permite que a pesquisa seja legalmente aprovada e publicada tendo como número do Parecer: 7.148.973.

Na coleta de dados optou-se, *a priori*, por duas ferramentas técnicas para o levantamento: (a) a entrevista semiestruturada com os estudantes universitários, (Minayo, 2015) e (b) a análise documental (Ludke e André, 1986), que consiste na análise das ementas dos cursos. “A análise documental pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras

³ A escolha do campo empírico (UFNT), se justifica por três fatores: 1) pelo fato da regionalidade, (sou do Bico do Tocantins e também de Tocantinópolis). 2) Por ter o curso de Ciências Sociais como licenciatura. 3) Por ter estudado na instituição e ter ministrado aulas por quatro anos como professora substituta.

técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema”. (Ludke e André, 1986, p. 38). A análise das ementas dos cursos implica analisar como a questão das discussões acerca das relações étnico-raciais está posta e sob qual perspectiva de educação tem sido pensada para os cursos de Pedagogia e Ciências Sociais da UFNT.

Os dados levantados pelas entrevistas foram interpretados qualitativa e quantitativamente. A análise está assentada nos pressupostos do método-teórico-filosófico que se aproximam da perspectiva da dialética, por estar penetrando no mundo das contradições existentes na relação do objeto com a sociedade em que está inserido (Frigotto, 2010; Kosik, 2002; Netto, 2011). O método implica na compreensão do real aparente, perpassando o universo das reflexões teóricas e o real pensado sob as múltiplas determinações inerentes ao movimento das relações, contradições e mediações concretas. Para Kosik: “é o modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação” (Kosik, 2002, p. 8).

Neste sentido, busca-se a sustentação da discussão teórica, bem como do método de análise dos dados da pesquisa, visando superar uma análise crítica-mecanicista e adotar uma perspectiva crítico-dialética (Frigotto, 2010) no âmbito dos processos formativos para uma educação antirracista. Assim, ao analisar as percepções e os sentidos atribuídos pelos estudantes em formação para se tornarem professores, a pesquisa permite analisar as contribuições à luz da análise de conteúdo de Laurence Bardin. Para a autora, esta análise se trata de “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (Bardin, 2011, p. 47). Tais técnicas se tornam relevantes numa pesquisa de caráter qualitativo, resultando no tratamento dos resultados obtidos pela interpretação.

Nesta análise, busca-se compreender as características, estruturas ou modelos que estão nos fragmentos de mensagens tomados em consideração. Portanto, sob a perspectiva da Bardin (2011), significa entender o sentido da comunicação dos participantes, buscando uma significação possível; ou seja, a descrição passo a passo da pesquisa.

2 BRASIL: UM PAÍS RACISTA?

Neste capítulo, apresenta-se o embasamento teórico a respeito das diferenças raciais. Seguindo as ideias de Almeida (2019), Ianni (2004), Davis (2016), Dorneles (2020), Nunes (2006), entre outros que nos ajudam a compreender o processo da discussão sobre o racismo na sociedade brasileira.

Salientamos que, ao iniciar o trabalho com a interrogação, é necessário que saibamos que: “para que se lute contra o racismo é preciso primeiramente reconhecer que ele exista, sem essa “confissão” tira-se do foco o alvo que se quer atingir” (Nunes, 2006, p. 02). Assim, falar sobre o racismo não é afirmar que ele existe, mas sim discorrer sobre o assunto. Dessa forma, trata-se de discutir o tema a fim de entender se, de fato, o Brasil é um país racista. Essa questão torna-se um problema complexo e multifacetado: por um lado, por ser difícil de entender e analisar e por outro, se tratar de um termo que descreve com várias facetas, com dimensões e aspectos sob diferentes perspectivas e abordagens. Nesse sentido, apresentamos uma breve história da desigualdade racial no Brasil e como esse fenômeno se manifesta na sociedade e nas instituições. Por que chamamos de fenômeno? Porque ela não é um fato isolado, mas um processo contínuo, que se manifesta em várias dimensões da vida social.

Para Theodoro (2008), o estudo das questões ligadas às desigualdades raciais é um desafio que pesquisadores interessados têm se propondo a enfrentar nos últimos anos. Pode-se identificar que, ao longo dos últimos 20 anos, o próprio tratamento dado à questão das desigualdades raciais alterou-se significativamente no país.

As diferenças sociais e raciais na sociedade desencadeiam processos de desigualdades que afetam diretamente a educação, especificamente nos processos formativos e, sobretudo na população de pessoas negras, que sofrem suas consequências de diversas formas, tal como a desigualdade no acesso à educação de diferentes maneiras, inclusive os estereótipos racistas. Assim: [...] “falar sobre racismo no Brasil é, sobretudo, fazer um debate estrutural, é fundamental trazer a perspectiva histórica e começar pela relação entre escravidão e racismo, mapeando suas consequências” (RIBEIRO, 2019, p. 9).

Ao analisar a dessemelhança no Brasil, o fator cor e raça ocupam uma posição relevante, pois, as pesquisas apontam que a população negra, parda e indígena (racializada) é a que mais sofre os maiores riscos em decorrência da vulnerabilidade

socioeconômica (IBGE, 2020). A desigualdade no Brasil vem alcançando todas as esferas da sociedade, e na educação não é diferente, afetando seus diversos níveis e modalidades. Pois: “a raça como atributo social e historicamente elaborado, continua a funcionar como um dos critérios mais importantes na distribuição de pessoas na hierarquia social” (Gonzalez e Hasenbalg, 1982, p. 89). Com isso, temos uma estrutura social em que as pessoas ou grupos são organizados segundo uma ordem de status, poder e prestígio, dividindo a sociedade em diferentes níveis, com alguns indivíduos ou grupos ocupando posições superiores ou inferiores aos demais.

A Câmara dos Deputados, em 2018, organizou um repertório bibliográfico⁴ sobre a condição do negro, com um levantamento de autores que discutem a temática. Com base nesta organização, ao examinarem alguns aspectos, verificaram que a história da desigualdade racial se confunde com a da própria formação da identidade nacional, tendo em vista que negros africanos escravizados foram trazidos ao território brasileiro já na primeira metade do século XVI, como mão de obra cativa na produção açucareira que se iniciava. Desse período até a assinatura da Lei Áurea, em 1888, foram mais de três séculos de escravidão formal no país. O período que se seguiu à controversa abolição da escravatura evidenciou, pela primeira vez, inúmeras questões que ainda precisam ser vencidas para que o Brasil possa ser, de fato, uma Democracia Racial.

No entanto, há de se reconhecer que, nas últimas décadas, sobretudo devido à atuação dos movimentos negros e às garantias inseridas na Constituição Federal de 1988, a situação das pessoas negras no país tornou-se tema de importantes debates e, por vezes, objeto de políticas públicas direcionadas, como as chamadas ações afirmativas, destacando a adoção do sistema de cotas raciais para o ingresso nas universidades públicas.

No campo legal, o lento processo da luta antirracista começou com a Lei nº 1.390/1951, que tornou contravenção penal a “prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor”, e culminou na determinação pela Constituição de 1988 de que “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da Lei” (art. 5º, XLII). A partir disso, o debate público acerca da

⁴ DOS DEPUTADOS, CÂMARA. Repertório bibliográfico sobre a condição do negro no Brasil. **Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018.**
file:///C:/Users/Dell/Downloads/repertorio_bibliografico_condicao.1reimp.pdf acesso em 06 de abril / 2025

questão racial foi incorporando a noção de que o papel do Estado não se limita ao combate da discriminação e do racismo. Cabe-lhe também adotar ações positivas que busquem promover a igualdade racial efetiva. A influência dessa noção aparece na Constituição Federal de 1988, ainda que timidamente, como no art. 215, § 1º, que faz referência explícita à proteção das manifestações culturais “indígenas e afro-brasileiras”.

Desde que deixou de ser uma ilegalidade com a Lei Áurea até reaparecer na Constituição Federal de 1988, um século depois, como categoria de acesso a direitos, o termo “quilombo”, símbolo da resistência de escravizados e libertos afrodescendentes contra o racismo e a escravidão, permaneceu ausente da base legal brasileira, silenciando as vozes e a história daqueles que nunca abdicaram de se reconhecer como sujeitos de direitos, sendo o mais básico deles a liberdade.

Contudo, convém lembrar que:

A abolição da escravidão colocou a população negra em uma situação de igualdade política e civil em relação aos demais cidadãos. Contudo, como a literatura tem constantemente reafirmado, as possibilidades de inclusão socioeconômica dessa população eram extremamente limitadas. Como será visto a seguir, medidas anteriores ao fim da escravidão haviam colocado a população livre e pobre em uma situação de completa exclusão em termos de acesso à terra. Por sua vez, o acesso à instrução também não fora garantido por políticas públicas, não sendo sequer acolhido como objetivo ou garantia de direitos na Constituição Republicana de 1891. No mercado de trabalho, a entrada massiva de imigrantes europeus deslocava a população negra livre para colocações subalternas (Theodoro, 2008, p. 33).

Esse processo foi marcado tanto por uma ausência de políticas públicas em favor da população negra livre quanto pela implementação de iniciativas que contribuíram para que o horizonte de integração dos ex-escravos ficasse restrito às posições subalternas da sociedade. Cabe lembrar que tal processo encontrava-se largamente amparado pela leitura predominante da questão racial no Brasil, segundo a qual, a questão do negro se referia não apenas à sua substituição como mão-de-obra nos setores dinâmicos da economia, mas à sua própria diluição como grupo racial no contexto do nacional.

Mesmo com a conquista da liberdade a integração não foi fácil:

A presença, ainda que pequena, de negros e mestiços em posições sociais de destaque era tida como evidência tanto da permeabilidade quanto da ausência de preconceito. Todavia, a despeito de insistirem na falta de importância da raça como critério para a definição da posição social, de forma geral, os representantes da primeira onda teórica compartilhavam a preocupação de que o preconceito e a discriminação emergissem como ferramenta de garantia dos privilégios da elite branca quando essa se visse ameaçada por uma competição efetiva por parte dos negros e dos mestiços (Osório, 2008, p. 69).

A concentração da população não-branca em regiões pouco dinâmicas também contribuiu para o quadro atual das desigualdades raciais. Como produto de uma história de mais de três séculos de escravidão, à época da abolição, a grande maioria da população afro-brasileira permanecia fora da região onde uma sociedade urbana e industrial estava em formação. As políticas públicas voltadas à promoção da imigração vieram a acentuar esse quadro de desigualdades regionais. Não bastou a princesa Isabel assinar a Lei Áurea e tudo se tornar uma “maravilha”, pois o processo de aceitação foi e ainda continua sendo difícil.

As desigualdades observadas no processo de inclusão devem ser explicadas não apenas como fruto de diferentes pontos de partida, mas também como reflexos de oportunidades desiguais de ascensão social após a abolição:

Abolida a escravidão não restou no debate político nacional o tema da inclusão dos ex-escravos e seus descendentes no tecido social ou político da nação. Perdida sua centralidade no debate sobre o processo de trabalho nas propriedades rurais, a presença negra se esvaía como objeto de intervenções públicas que tivessem como intuito a sua inclusão. Ao contrário, compreendida como um entrave ao desenvolvimento nacional, a presença da população negra no país era percebida como um obstáculo que deveria ser superado. E a sua gradual extinção seria então realizada pela via do embranquecimento (Theodoro, 2008, p. 39).

Se, de um lado, a ideologia do Brasil moderno, pautada no progresso e no crescimento, não comportava a visão do pobre, sobretudo do pobre negro, que representa a maioria da população, de outro lado, a despeito desse mesmo discurso modernizante, a sociedade brasileira tem convivido com a desigualdade. No país que convive e se sustenta historicamente da desigualdade, o negro, mesmo sem ter lugar garantido no mundo do trabalho formal, nunca deixou de exercer um papel social: o de compor o núcleo majoritário dos pobres e de prestar serviços dos quais as classes médias e altas dependem continuamente.

De acordo com Osório (2008), no momento da abolição, foram extinguidas as barreiras que a escravidão oferecia à competição dos negros com os brancos pelas posições sociais. Para ele, quando os portões foram abertos, permitiu-se aos negros o ingresso na corrida; porém, os brancos já estavam há quilômetros à frente. Essa seria a condição inicial para que os negros superassem a desvantagem imposta, era preciso que, a cada geração, percorressem uma distância maior do que a percorrida pelos brancos. Uma análise que nos leva a refletir e compreender que a corrida seria desigual. Os

“portões” estão abertos, diriam muitos, mas a passagem seria difícil; um processo lento, desafiador e doloroso, embora não impossível.

A partir dos direitos conquistados pela população negra com a promulgação da Constituição Federal de 1988, consolidou-se a perspectiva de que o Estado deveria não apenas combater a discriminação e o racismo, mas também promover ações afirmativas que garantam a equidade racial. Essa mudança de paradigma reforça o entendimento de que a igualdade formal não é suficiente para corrigir as desigualdades históricas, sendo necessário implementar políticas públicas que assegurem o acesso, a permanência e a ascensão da população negra em diferentes espaços sociais, especialmente na educação, no mercado de trabalho e na representação política.

No âmbito do Executivo, essa perspectiva refletiu-se em ações concretas de governos comprometidos com a causa, como a criação, em 2003, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR), e do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR) bem como a adoção de uma Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR) e em 2009, a elaboração do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PLANAPIR).

Em vista disso, quando se fala de preconceito de cor e diferenças raciais no Brasil, o tema ressoa na política desde os tempos que antecederam à abolição da escravatura e, conseqüentemente, à igualdade política e formal entre todos, inclusive entre os africanos escravizados, fazendo com que se alimentasse a crença de uma suposta igualdade universal. No entanto, esse tratamento desigual, devido à cor da pele, se faz presente nas instituições:

A desigualdade dura da Escola de Medicina da Bahia e da Escola de Direito do Recife, entrincheirado nos estudos de medicina legal, da criminalidade e das deficiências físicas e mentais, evoluiu, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, em direção a doutrinas menos pessimistas que desaguarão em diferentes versões do “embranquecimento” (Guimarães, 2004, p. 03).

Guimarães ressalta que, quando Florestan defendeu em 1964, na Universidade de São Paulo, a tese de titular da cadeira de Sociologia I, denunciando a Democracia Racial como um mito, acreditando que tudo poderia ser diferente se tal ideologia tivesse realmente caído nas mãos do povo. Essa crença na Democracia Racial sustenta a ideia de que a história e a cultura do Brasil se caracterizam pela harmonia e pela convivência pacífica entre diferentes grupos, independentemente da cor ou raça. O “mito” reside na crença de que o país desconhece os preconceitos, justamente por ser visto como uma

grande nação. No entanto, essa visão ignora as desigualdades raciais estruturais que persistem e que continuam a marcar profundamente a sociedade brasileira.

O Brasil foi o último país a abolir a escravidão. Esse fato histórico deixou profundas marcas na sociedade brasileira. O processo de abolição foi lento, mas por quê?

Pouco depois da Lei Áurea, e já na vigência do regime republicano, mais exatamente em 14 de dezembro de 1890, Ruy Barbosa, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Tesouro Nacional, queimou documentos oficiais que eram prova da escravidão, sob a justificativa de apagar da história do Brasil um período vergonhoso. No mesmo ano, o Hino à República diz: “Nós nem cremos que escravos outrora/ tenha havido em tão nobre país (Nunes, 2006, p. 03).

Uma vez que isto tenha acontecido, cabe-nos questionar: como reparar esses danos? Por que querer esconder a história da escravidão no Brasil? É vergonhoso? Mas para quem? Também nos faz refletir a que ponto chegamos ao queimar documentos, como sabemos, não é uma atitude louvável. É sabido por historiadores que em 21 de dezembro de 1890,⁵ que o Jornal do Estado publicou na sua capa uma crítica à ordem de Ruy Barbosa questionando o direito de um ministro, sobre o destino dos documentos que pertenceriam à história. Mesmo diante do acontecido, é importante lembrar que a escravidão no Brasil começou no século XVI e durou até 13 de maio de 1888, quando foi assinada a Lei Áurea.

Com o propósito de explicitar o que é o racismo, Azevedo (2005) relata que o conceito foi reconhecido bem mais tarde, provavelmente em meados da década de 1920, quando alguns pensadores críticos do “preconceito de cor” passaram a defender a união dos povos de origem africana para lutar contra o racismo.

Na sociedade brasileira, o conceito de racismo foi reconhecido bem mais tarde, mas por quê? “Nunca se ouviu falar tanto em raça e racismo no Brasil, ou pelo menos não se ouviu falar tanto nos últimos 50 anos, como temos ouvido nos últimos anos” (Azevedo, 2005, p. 11). Mas por que não se falava antes como é falado nos dias atuais? Sabe-se que, ao assistirmos a um jornal, ouvimos falar de desigualdade; ao frequentarmos a universidade, ouvimos falar de desigualdade; e, ao recorrermos a trabalhos científicos nessa seara, encontramos, tanto em dados quantitativos quanto qualitativos, a confirmação desses índices desiguais.

⁵<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/624849-ha-131-anos-o-rio-de-janeiro-assistia-queima-de-documentos-sobre-escravidao> acesso em 30 de maio / 2025.

Almeida (2019), em seu trabalho *Racismo estrutural*, apresenta passo a passo alguns conceitos importantes para a presente pesquisa:

Raça não é um termo fixo, estático. Seu sentido está inevitavelmente atrelado às circunstâncias históricas em que é utilizado. Por trás da raça sempre há contingência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito relacional e histórico. Assim, a história da raça ou das raças é a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas. A noção de raça como referência a distintas categorias de seres humanos é um fenômeno da modernidade que remonta aos meados do século XVI (Almeida, 2019, p.18).

O termo “raça” está ligado à história, e falar sobre ele pode ser delicado, pois envolvem aspectos biológicos, sociais, culturais, morais e éticos. Biológico, porque se refere às variações genéticas e físicas entre grupos como a cor da pele, textura do cabelo, bem como as características faciais. Social, porque envolve todos em sociedade. Cultural, porque está relacionada à identidade, tradições, valores e práticas. Moral, porque orienta o comportamento humano em relação ao certo e ao errado. Ético, porque diz respeito à vida e a dignidade, como por exemplo, a honestidade e a integridade, exercendo empatia e solidariedade entre grupos, independentemente da cor de quem deles participa. O racismo:

É uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam. Embora haja relação entre os conceitos, o racismo difere do preconceito racial e da discriminação racial (Almeida, 2019, p.22).

As práticas racistas se baseiam na crença de que uma raça é superior a outra. Em consequência disso, observa-se a todo instante o tratamento desigual, a violência e a exclusão. E são ações causadas de um ser humano para outro, mesmo diante do que estabelece o Art. 5º da Constituição de 1988, segundo o qual todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.

Já o conceito de preconceito racial:

É o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias. Considerar negros violentos e inconfiáveis, judeus avarentos ou orientais “naturalmente” preparados para as ciências exatas são exemplos de preconceitos (Almeida, 2019, p. 22).

Tem-se, assim, os significados que oferecem coesão aos termos raça, racismo e preconceito. O autor coloca que, por trás da raça, sempre há conflitos, poder e decisão, envolvendo política, economia e cultura. Dessa forma, a raça faz parte das sociedades

contemporâneas e é compreendida como um fenômeno da modernidade. E, sendo um fenômeno, precisa ser estudado. Já o preconceito racial pode ser entendido como um julgamento prévio, e geralmente negativo, relacionado à raça, cor, etnia ou a origem de uma pessoa. Esse tipo de preconceito pode levar a ações abertamente racistas, manifestadas por meio de atitudes ou comportamentos sutis, muitas vezes inconscientes, expressos em comentários ou gestos aparentemente pequenos, porém ofensivos.

O racismo por sua vez, se manifesta em sociedade por meio de práticas conscientes. Pode ser entendido como um comportamento do indivíduo, pois: “todo e qualquer comportamento do indivíduo volta-se para a sociedade ou grupo, assim, esse comportamento só pode ser entendido e estudado à partir das relações que estabelece com os demais no meio social” (Mauss, 2018, p. 13).

Sobre o preconceito, Almeida (2019) o considera como um estereótipo atribuído a indivíduos pertencentes a um determinado grupo racializado, podendo ou não resultar em práticas discriminatórias. Dessa forma, podemos formar uma ideia pré-concebida, determinada e equivocada de uma pessoa ou de uma categoria social, com base em características ou traços que são considerados típicos ou representativos de cada grupo. Quanto à discriminação:

É a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados. Portanto, a discriminação tem como requisito fundamental o poder, ou seja, a possibilidade efetiva do uso da força, sem o qual não é possível atribuir vantagens ou desvantagens por conta da raça. Assim, a discriminação pode ser direta ou indireta. A discriminação direta é o repúdio ostensivo a indivíduos ou grupos, motivado pela condição racial, exemplo do que ocorre em países que proíbem a entrada de negros, judeus, muçulmanos, pessoas de origem árabe ou persa, ou ainda lojas que se recusem a atender clientes de determinada raça (Moreira, 2008, p. 16).

A discriminação direta pressupõe que as pessoas são discriminadas a partir de um único vetor, e também que a imposição de um tratamento desvantajoso requer a existência da intenção de discriminar. Pode-se mencionar, por exemplo, que este consiste em ações ou práticas que distinguem, excluem ou prejudicam indivíduos ou grupos com base na raça, sexo, religião, classe, idade, aparência física, entre outros fatores.

Já a discriminação indireta pode ser vista como um tratamento desigual promovido por meio de políticas, práticas ou procedimentos que afetam desproporcionalmente grupos vulneráveis. Como por exemplo, requerer experiência mínima para um emprego (excluindo jovens), cobrar taxas de inscrição altas para cursos

(limitando acesso a pessoas de baixa renda), oferecer benefícios apenas para funcionários que pertençam a determinada religião ou orientação sexual.

Agir de forma diferente no tratamento com as pessoas pela cor da pele, sexo, credo, classe econômica ou à cultura seria um ato desigual. Não importando se ocorre de forma direta ou indireta, trata-se de uma violação dos direitos humanos. Todos os brasileiros têm os mesmos direitos, pois, esses direitos são invioláveis e não podem ser tirados de ninguém.

A forma como o racismo ocorre na sociedade é classificada por três concepções: “individualista”, “institucional” e “estrutural”. A primeira:

Concepção individualista: o racismo, segundo esta concepção, é concebido como uma espécie de “patologia” ou anormalidade. Seria um fenômeno ético ou psicológico de caráter individual ou coletivo, atribuído a grupos isolados; ou, ainda, seria o racismo uma “irracionalidade” a ser combatida no campo jurídico por meio da aplicação de sanções civis – indenizações, por exemplo – ou penais. Por isso, a concepção individualista pode não admitir a existência de “racismo”, mas somente de “preconceito”, a fim de ressaltar a natureza psicológica do fenômeno em detrimento de sua natureza política (Almeida, 2019, p. 25).

Pode-se perceber que o autor concebe o racismo individualista como uma “patologia”, ou seja, uma doença, uma “anormalidade” presente no indivíduo. Segundo Hegenberg (1998), a doença significa um estado subjetivo, associado ao mal-estar individual que leva ao pedido de auxílio em que a pessoa é dirigida a um médico para o tratamento. Considerando que se fala com frequência sobre atos racistas no Brasil, cabe-nos questionar: estaria a maioria dos indivíduos brasileiros “doentes”? Afinal, é inadmissível que alguém seja racista com uma pessoa apenas pela cor da sua pele, uma característica que não pode ser simplesmente arrancada para satisfazer o desejo alheio. Nesse caso, o indivíduo que comete tal ato precisa, sim, de tratamento, não apenas médico, mas também educacional, ético e social, pois o racismo é uma prática que fere a dignidade humana e compromete a convivência democrática.

Na segunda concepção racista, que é a institucional:

O racismo não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como o resultado do funcionamento das instituições, se dá na prática dentro de instituições públicas e privadas, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, vantagens e privilégios com base na raça (Almeida, 2019, p. 25).

Concebe-se o racismo institucional como uma forma de discriminação racial que ocorre dentro das instituições, como empresas, escolas, órgãos públicos e organizações

em geral. Essas práticas afetam desproporcionalmente grupos raciais, limitando o acesso a recursos, serviços e oportunidades, enquanto privilegiam e beneficiam grupos dominantes. Como resultado, geram exclusão e marginalização, negando direitos e oportunidades para grupos minoritários.

Dessa forma, o racismo institucional reforça-se e se efetiva, por exemplo, na escola, vista como uma instituição que, segundo Althusser (1985), na sociedade capitalista, representa o principal aparelho ideológico do Estado. Assim, ocupa uma posição dominante em relação às demais instituições. Com isso, as instituições escolares atuam a serviço do Estado e a favor da manutenção e reprodução da ordem social vigente. Sendo que é nesse meio que se forma o pensamento do indivíduo, preparando-o para viver em sociedade.

Para Glass (2012), o racismo é uma formação ideológica que se instala dentro de uma estrutura de privilégios e poderes, na qual alguns são privilegiados e outros não. Ele se manifesta nas atitudes individuais, nos sentimentos e crenças, nas práticas institucionais discriminatórias, nas ideias e símbolos, nos significados culturais e linguísticos, bem como nas relações sociais que geram sistematicamente desvantagens para as pessoas negras. O racismo estrutural:

É algo que vem enraizado na sociedade. Em uma sociedade em que o racismo está presente na vida cotidiana, as instituições que não tratarem de maneira ativa e como um problema a desigualdade racial irão facilmente reproduzir as práticas racistas já tidas como “normais” em toda a sociedade (Almeida, 2019, p. 25).

Esse tipo de racismo já vem impregnado e enraizado na nossa sociedade, na qual o indivíduo é moldado pelos primórdios e pelos meios que o cercam. Não se trata apenas de ações individuais ou de preconceitos pessoais, mas sim uma característica estrutural do meio social. Tal ação cria desigualdades de oportunidades para grupos raciais ou étnicos específicos, limitando seu acesso a recursos, serviços e possibilidades de ascensão.

Da Matta (1990) entende que o Brasil não é uma sociedade igualitária, pois convive bem com hierarquias sociais e privilégios. Já se sabe quem pode e quem não pode, quem tem ascensão social e quem não tem, quem está qualificado e quem não está. Os indivíduos em sociedade são tratados de acordo com as regalias que lhes são atribuídas, e a hierarquia se dá nesta classificação de pessoas em diferentes níveis de

status, poder e prestígio. Privilegia-se quem mais tem benefícios ou vantagens em sua posição social. Com isso:

Se o racismo é inerente à ordem social, a única forma de uma instituição combatê-lo é por meio da implementação de práticas antirracistas efetivas. É dever de uma instituição que realmente se preocupe com a questão racial investir na adoção de políticas internas que visem: a) promover a igualdade e a diversidade em suas relações internas e com o público externo – por exemplo, na publicidade; b) remover obstáculos para a ascensão de minorias em posições de direção e de prestígio na instituição; c) manter espaços permanentes para debates e eventual revisão de práticas institucionais (Almeida, 2019, p. 32).

Em meio às discussões acima, cabe questionar: o Brasil é um país racista? Se há a necessidade de combatê-lo, chegamos quase à conclusão de que ele existe, afinal, não se combate aquilo que não existe. O autor afirma que o racismo é decorrente da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares. Não se trata apenas de uma patologia social, nem de um desarranjo institucional, mas de um fenômeno estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade em que o racismo seria regra e não exceção. Ele é parte de um processo social que ocorre pelas costas dos indivíduos e também pela frente, por meio de práticas explícitas e conscientes. Nesse caso, além das medidas que coíbam o racismo individual e institucional, torna-se urgente refletir sobre mudanças profundas nas relações sociais.

“O racismo estrutural se manifesta nas desigualdades persistentes entre brancos e negros nas esferas do trabalho, da educação, da segurança pública e da saúde, reproduzidas por instituições que, mesmo alegando neutralidade, operam a partir de uma lógica racializada” (Gonzalez, 2020, p. 112).

Essa prática expressa-se de forma evidente nas desigualdades políticas, econômicas e jurídicas. O uso do termo “estrutural”, não significa afirmar que o racismo seja uma condição incontornável, nem que as ações e as políticas institucionais antirracistas sejam inúteis, tampouco que os indivíduos que cometam atos discriminatórios não devam ser pessoalmente responsabilizados.

Ao reconhecer que o racismo é parte da estrutura social e, por tanto, não necessita de intenção para manifestar-se, compreende-se que ele se revela no cotidiano, inevitavelmente, em algum momento. A transformação da sociedade não se realiza apenas por meio de denúncias ou com o repúdio moral do racismo, exige sobretudo, a adoção de posturas firmes e de práticas antirracistas. Dessa forma, o racismo é político, econômico, e também reverso.

Racismo como processo político. Político porque, como processo sistêmico de discriminação que influencia a organização da sociedade, depende de poder político; caso contrário seria inviável a discriminação sistemática de grupos sociais inteiros. Por isso, é absolutamente sem sentido a ideia de racismo reverso. O racismo reverso seria uma espécie de “racismo ao contrário”, ou seja, um racismo das minorias dirigido às majorias. Há um grande equívoco nessa ideia porque membros de grupos raciais minoritários podem até ser preconceituosos ou praticar discriminação, mas não podem impor desvantagens sociais a membros de outros grupos majoritários, seja direta, seja indiretamente. Homens brancos não perdem vagas de emprego pelo fato de serem brancos, pessoas brancas não são “suspeitas” de atos criminosos por sua condição racial, tampouco têm sua inteligência ou sua capacidade profissional questionada devido à cor da pele (Almeida, 2019, p. 35).

Observamos duas formas de manifestações racistas; uma no sentido histórico, de que não seja visto como algo isolado mas como um fenômeno estruturante e contínuo ao longo da história, e outra no sentido reverso, frequentemente utilizada para inverter a lógica do debate racial e minimizar o impacto do racismo real sofrido por grupos historicamente oprimidos.

Pode-se entender que essas manifestações são utilizadas como ferramentas políticas para manter ou desafiar o poder e a dominação de certos grupos sobre outros. Isso ocorre por meio da implementação de políticas, leis e práticas que discriminam ou marginalizam grupos raciais ou étnicos, promovendo a manutenção do poder e a limitação do acesso a recursos, serviços e oportunidades. Tais mecanismos favorecem a perpetuação da desigualdade social e restringem o alcance de políticas públicas que poderiam promover equidade.

Pessoas negras, por fatores históricos têm menos acesso à educação formal e, por consequência estão alocadas em ocupações menos qualificadas, que são em geral mal remuneradas. Dessa forma, estão sob o domínio de uma supremacia branca politicamente construída, presente em todos os espaços de poder e prestígio social.

Para Osório (2008), a presença, ainda que pequena, de negros e mestiços em posições sociais de destaque era frequentemente utilizada como evidência de que a raça não teria importância na definição da posição social. Essa presença chamava atenção, justamente por ser exceção, e não regra. Todavia, segundo o autor, essa leitura ignora as estruturas profundas que moldam as desigualdades raciais no Brasil. Segundo ele:

No Brasil, o preconceito seria “de marca”, atuaria com base na aparência das pessoas, cor da pele, cabelo, feições. Daí a importância do branqueamento, quanto mais branca uma pessoa, maiores suas possibilidades de ascensão social e menores as chances de ser vítima de discriminação (Osório, 2008, p. 74).

Em detrimento disso, negros carregam marcas físicas indelévels que remetem ao passado escravocrata, e sua posição do modo de produção passa de escravo a proletário. Pois, “no Brasil, há a negação do racismo e a ideologia da Democracia Racial [...]” (Almeida, 2019, p. 51). Podemos entender que, quando algo é negado com tanta veemência, é porque de fato esse algo existe, caso contrário, não haveria a necessidade de negá-lo. Isso revela que o racismo tem, duas funções fundamentais ligadas ao poder do Estado. A primeira é a de fragmentação de divisão no contínuo biológico da espécie humana, introduzindo hierarquias, distinções e classificações de raças. A segunda é o estabelecimento de uma linha divisória entre superiores e inferiores, entre bons e maus, entre os grupos que “merecem” uma ascensão social e os que não “merecem”, entre a raça boa e a ruim.

Em vista disso, surge um questionamento; não deveria existir apenas uma raça, a raça humana? Segundo Glass (2012), não há nenhuma razão a priori para dividir a população mundial em raças, sejam quatro, cinco ou qualquer outro número. Não existe um modo cientificamente conhecido para categorizar as pessoas pela cor da pele, características faciais, textura do cabelo ou quaisquer outros supostos aspectos distintivos de raças.

A raça, nesse contexto, pode ser compreendida como uma consequência do racismo, constituindo na verdade um dos seus efeitos mais notáveis. O modo como se constrói e representa a ideia de raça, mesmo quando se pretende desafiar estruturas racistas, pode, paradoxalmente, reforçar a ideologia que privilegia certos grupos em detrimento de outros. Porém, “o problema não está na existência ou não de raças, mas no sentido que se dá ao termo [...]” (Alves, 2002, p. 11). Assim, o racismo pode ou não se manifestar por meio da noção de raça, mas é por meio dela que se mantêm processos de ordenamento social que distribuem privilégios, benefícios econômicos e políticos, perpetuando desigualdades e exclusões.

Dessa forma:

A educação racialmente crítica e antirracista tem objetivos mais amplos e mais profundos do que as abordagens da cegueira racial ou da sensibilidade racial. Ela tem um comprometimento sério e estratégico de transformar vidas e a sociedade em geral eliminando a doença do racismo que infecta a cultura; ela não se satisfaz em salvar as feridas da injustiça. Programas com base nos pressupostos da cegueira racial e da sensibilidade racial falharam por décadas em lidar com as bases da raça e do racismo (Glass, 2012, p. 20).

A fala de Glass vem em conformidade com o ponto de vista de Almeida, que descreve o racismo como uma espécie de “patologia” ou anormalidade. Para Glass, o racismo é visto como uma doença infectuosa, que afeta a cultura e a sociedade, perpetuando práticas discriminatórias e naturalizando desigualdades.

Faz-se necessário afirmar que: “o racismo no Brasil existe, o racismo e suas inúmeras manifestações estão impregnados nas relações sociais” (Lourenço, 2003, p. 06). Esta é uma afirmação difícil de se conceber, reconhecendo que tal ato traz dor e sofrimento. Admitir sua existência é um processo doloroso para a sociedade, especialmente para aqueles que num esforço conjunto lutam para combater o racismo e promover a igualdade e a justiça no Brasil.

Para Lima e Gaudenzi (2023), a falsa afirmação de que não há racismo no Brasil esconde as diferenças injustas entre as experiências de negros e brancos, apagando suas manifestações de resistência às práticas racistas. No entanto, sabemos que as necessidades de reparações são inúmeras, havendo a necessidade de reconhecimento do racismo enquanto prática nacional. Apesar de haver o reconhecimento do Brasil como um país racista, a recusa, a negação e o silêncio são marcas sutis e extremamente complexas que se fazem presentes cotidianamente de forma multifacetada.

Efetivamente, o racismo, que nasce no Brasil associado à escravidão, consolida-se após a abolição, com base nas teses de inferioridade biológica dos negros, e difunde-se no país como matriz para a interpretação do desenvolvimento nacional. As interpretações racistas, largamente adotadas pela sociedade nacional, vigoraram até os anos 30 do século XX e estiveram presentes na base da formulação de políticas públicas que contribuíram efetivamente para o aprofundamento das desigualdades no país (Theodoro, 2008, p. 24).

O racismo é amplamente reconhecido como princípio ativo do processo de colonização. De um lado, existem dificuldades de se medir o fenômeno da discriminação, seja porque suas manifestações e efeitos são múltiplos, ou porque é difícil isolar seus efeitos nos indicadores de desigualdade. Por outro lado, a discriminação não atua isoladamente, mas em conjunto com outros mecanismos, no processo de produção e reprodução da pobreza e da restrição de oportunidades para as pessoas negras no país.

Sabe-se que, para falar na perspectiva antirracista, primeiro é preciso reconhecer que o Brasil é um país racista:

O racismo hoje em voga é muito mais cultural e diferencialista do que científico e instrumental, como ocorreu no passado. Seja com base “científica”, universalista mas inferiorizante, ou “cultural” diferencialista e excludente, a

verdade nua e crua é que o racismo existe, segrega, discrimina e mata (Alves, 2002, p. 11).

Para Alves (2002), no Brasil, o racismo existe e essa é a verdade, “nua e crua”, essa prática segrega, ou seja, divide um povo, uma comunidade, e a sociedade. Discrimina, tratando assim de forma desigual e injusta a pessoa ou um grupo de pessoas e, sobretudo, mata. E quando fala em matar, não é com uma arma de fogo ou algo perfurante (se bem que, às vezes, acontece), mas matar também no sentido de tirar a dignidade; os sonhos; o sorriso; mata a “alma”. Concebe-se assim o racismo como algo desumano e, por isso, “Não é possível escapar completamente de ser racista, vivendo em uma sociedade que ainda se estrutura fortemente pelo racismo” (Glass, 2012, p. 04). Com isso, surge a necessidade de buscar políticas antirracistas, pois se vê a educação como uma possibilidade de alcançar as modificações sociais.

Segundo Ribeiro (2019), o primeiro impulso de muita gente é recusar a hipótese de ter um comportamento racista; entende-se que ninguém reconhece ser racista. Podemos mencionar exemplos ao fazer as perguntas como: você é racista? “Claro que não, afinal tenho amigos negros”, “como eu seria racista, se empreguei uma pessoa negra?”, “racista, eu, que nunca xinguei uma pessoa negra?” À partir do momento em que se compreende o racismo como um sistema que estrutura a sociedade, essas respostas se mostram vazias, visto que é algo enraizado na sociedade.

Já Nascimento (2021) entende o racismo em suas várias formas: 1. Racismo na língua: quando usamos expressões que associam o ‘negro’, o ‘preto’ a algo ‘negativo’, ‘ruim’ ou ‘errado’. Exemplos: ‘mercado negro = mercado clandestino’, ‘lista negra = lista proibida’, ‘ovelha negra = pessoa rebelde’, ‘a coisa tá preta = situação ruim’, etc. Em seguida, a segunda forma de racismo linguístico ocorre quando as pessoas usam a língua para serem racistas, isto é, quando palavras ou expressões tem o intuito de agredir, e ofender uma pessoa negra, são proferidas. 2. Racismo pela língua: proferido em metáforas ou com o uso da própria palavra negro. Exemplos: a) utilização de expressões como ‘serviço de negro’, ‘só podia ser negra’, de forma a relacionar algo mal feito às pessoas negras; b) chamar uma pessoa negra de ‘macaco’, de modo a identificá-la como tal; c) proferir o termo ‘negro’ como forma de insulto a alguém, exemplo: ‘saia daqui, negro’, ‘não serei atendida por essa negra’, etc.

O racismo linguístico estaria relacionado apenas a palavras ou expressões discriminatórias? a resposta é não. Há uma terceira forma trazida por Nascimento (2021),

que se trata do racismo através da língua, a qual se manifesta, na maioria das vezes, por meio de políticas diretas ou indiretas do Estado, que selecionam os falares de povos brancos como mais adequados e dignos de serem falados ou ensinados.

Entendendo o racismo mais abertamente, não só a nível de Brasil, Fanon nos traz grandes reflexões do seu trabalho. Suas contribuições para a teoria crítica e a luta anticolonial são amplamente reconhecidas e estudadas até os dias de hoje, seu livro “Pele Negra, Máscaras Brancas” recebeu mais atenção durante os levantes culturais a partir da década de 1960, nos Estados Unidos. Sua obra tem importância para esta pesquisa, por proporcionar reflexões profundas sobre a luta antirracista.

Fanon, em seu trabalho, traz relatos que ele mesmo viveu, mostrando-nos que o racismo de fato existiu, existe e não sabemos por quanto tempo existirá. Assim, ele ouvia: “Preto sujo!” Ou simplesmente: “Olhe, um preto!” (Fanon, 2008, p. 103). E ele continua: “Cheguei ao mundo pretendendo descobrir um sentido nas coisas, minha alma cheia do desejo de estar na origem do mundo, e eis que me descubro objeto em meio a outros objetos” (Fanon, 2008, p. 103). No relato, percebe-se logo que ele se sentia como um objeto, independentemente da opinião ou da interpretação das pessoas.

Mas, no novo mundo, logo me choquei com a outra vertente, e o outro, através de gestos, atitudes, olhares, fixou-me como se fixa uma solução com um estabilizador. Fiquei furioso, exigi explicações... Não adiantou nada. Explodi. Aqui estão os farelos reunidos por um outro eu. Enquanto o negro estiver em casa não precisará ser salvo por ocasião de pequenas lutas intestinas, confirmar seu ser diante de um outro (Fanon, 2008, p. 103).

Sua fala reflete a vida de tantos outros negros e negras que passam pela mesma situação todos os dias ao saírem de casa. A frase “enquanto o negro estiver em casa não precisará ser salvo”, nos leva a refletir que, enquanto o negro estiver em seu espaço íntimo doméstico, não precisará ter que passar por situações constrangedoras de racismo. No entanto, ao entrar no espaço social controlado por padrões e estruturas brancas, ele passa a ser visto como alguém inferior. Alguém que já passou por situação de racismo sabe o que é “sentir na pele” a rejeição e a indiferença das pessoas, simplesmente por ter a pele de cor negra. “Aos olhos do branco, o negro não tem resistência ontológica. Depois tivemos de enfrentar o olhar branco. Um peso inusitado que nos oprimiu” (Fanon, 2008, p. 104). O racismo oprime, e nele há um opressor, ou seja, aquilo ou aquele que impõe força sobre o mais fraco, que causa opressão, alguém que tem a capacidade de oprimir, e para isso, não é preciso o uso da força, pois oprime com atos, ações e palavras.

Com isso, cabe-nos uma reflexão: podemos mudar de pele? Se sim, por quê? Por uma imposição da sociedade? É preciso aceitar e respeitar o outro da forma como ele é: “desperto um dia em um mundo onde as coisas não machucam. Não há mundo branco, não há ética branca, nem tampouco inteligência branca” (Fanon, 2008, p. 189). Dessa forma, entende-se que não há mundo branco, há apenas o mundo; não existe ética branca, existe apenas a ética; e também não há inteligência branca, existe inteligência. É necessário entender que todos podem ter ou ser, ter o que quiserem e ser o que quiserem, e que nada os impeça de ser, principalmente a cor da pele. “O preto não é, não mais do que o branco” (Fanon, 2008, p. 191). Essa frase expressa um sentimento existencial e antirracista, pois ambos estão em processos sociais.

Ianni (2003) ressalta que a sociedade é tão injusta, desigual e competitiva que o preconceito é produzido como uma técnica política de poder, na qual quem tem mais pode, e quem é branco, pode. Assim, o preconceito racial seria uma técnica da dominação:

Lembro-me de uma entrevista de um negro em Florianópolis, que dizia em tom exaltado: “O problema de preconceito no Brasil é que você não tem onde pegar”. É um preconceito alusivo, não explicitamente revelado. Ele aparece da maneira mais surpreendente: o negro chega ao restaurante e fica esperando enquanto o garçom atende a outros; no hotel ouve “não temos vagas”; as crianças brancas e pretas convivem na escolinha em plena igualdade, até que vem a adolescência e ocorre a demarcação (Ianni, 2003, p. 120).

Chegar a um ambiente racista para uma pessoa negra é como entrar em um território onde sua existência é colocada à prova antes mesmo de qualquer palavra ser dita. É enfrentar olhares que questionam sua presença, seu pertencimento, sua competência. É lidar com o peso de representar toda uma coletividade, como se cada passo, gesto ou fala tivesse de provar o contrário do estigma que lhe foi socialmente imposto. É preparar-se emocionalmente para possíveis agressões, principalmente verbais, silêncios constrangedores ou comentários desrespeitosos. Muitas vezes, por ser a única pessoa negra no ambiente, intensifica-se o senso de exclusão e indiferença.

Para Osório (2008), no Brasil, o preconceito seria de marca, atuando com base na aparência das pessoas, como cor da pele, cabelo e feições. Ou seja, é dado importância ao físico, à preferência física. Não importa se a pessoa é educada, inteligente, bem relacionada ou rica; se ela tem a pele negra, sofrerá discriminação. Isso porque socialmente, quanto mais branca for uma pessoa, maiores serão suas possibilidades de ascensão social e menores as chances de ser vítima de discriminação. Uma realidade cruel, visto que cor da pele não se põe em voga. A pessoa nasce negra e permanece negra,

não é como alguém que, por exemplo, nasce pobre e depois pode mudar de condição econômica.

O racismo no Brasil é uma ferida histórica que, embora muitas vezes negada ou silenciada, ainda estrutura profundamente as relações sociais, econômicas e políticas do país. Ao longo deste trabalho, discutimos como o racismo se manifesta tanto de forma explícita quanto sutil, por meio de desigualdades no acesso à educação, no mercado de trabalho, na representação política e nas violências cotidianas enfrentadas pela população negra.

Reconhecer que o racismo é um problema estrutural e não apenas um conjunto de atitudes individuais é o primeiro passo para enfrentá-lo de forma efetiva. Nesse sentido, é fundamental promover políticas públicas antirracistas, valorizar a história e a cultura afro-brasileira, ampliar os espaços de representatividade e garantir que a luta por igualdade racial seja uma pauta de toda a sociedade.

Mais do que uma questão moral, o combate ao racismo é um imperativo ético, social e democrático. Somente quando o Brasil encarar sua verdadeira história e promover a justiça racial, será possível construir uma nação verdadeiramente inclusiva, plural e igualitária.

Cada um de nós tem mais poder do que imaginamos. O que temos que fazer é, simplesmente, invocar a coragem para falar e agir diante das injustiças comuns e das desigualdades do cotidiano. A educação antirracista fornece as experiências necessárias como base para uma ação corajosa, visto que, ao ligar as pessoas às histórias de luta por justiça, possibilita que o sonho de uma democracia justa e igualitária esteja mais próximo da realização.

3 PROFESSOR ANTIRRACISTA: O RACISMO NA ESCOLA E A FUNÇÃO DA UNIVERSIDADE.

Um professor tem uma história de vida, é um ator social, tem emoções, um corpo, poderes, uma personalidade, uma cultura, ou mesmo culturas, seus pensamentos e ações carregam as marcas do contexto nos quais se inserem.

Maurice Tardif

Ser professor é uma profissão desafiadora, que requer dedicação, paciência, esforço e criatividade, mas também oferece muitas gratificações e oportunidades para fazer a diferença na vida dos estudantes. E ser um professor antirracista é ainda mais desafiador. O racismo em sala de aula é um problema grave e complexo que afeta muitos estudantes e professores em todo o mundo. Lidar com essa injustiça é um processo contínuo que requer esforço e compromisso de todos os envolvidos.

Diante das persistentes desigualdades raciais que atravessam a sociedade brasileira, a escola se configura como um espaço para a promoção da equidade e da justiça social. Ser um professor antirracista ultrapassa a neutralidade pedagógica e exige um compromisso ético e político com a transformação da realidade. O docente antirracista reconhece a existência do racismo estrutural e atua de forma crítica, propondo práticas educativas que valorizem a diversidade étnico-racial, combatam estereótipos e promovam a representatividade de grupos historicamente marginalizados.

Este capítulo tem como objetivo discutir o professor antirracista, o racismo na escola e a função da universidade, discorrendo sobre os desafios e caminhos possíveis para a construção de uma prática docente pautada na luta antirracista, destacando o papel fundamental do professor na consolidação de uma educação mais inclusiva e comprometida com os direitos humanos. Pensaremos também sobre a formação dos professores no âmbito da pesquisa, e para isso, analisaremos os PPCs dos dois cursos em questão.

É preciso analisar o racismo na escola para, depois, pensar em como ser um professor antirracista e, em seguida, como a universidade pode contribuir para isso no processo de formação.

3.1 Racismo na escola

De acordo com a edição de 2023 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua Educação) e com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁶, a taxa de analfabetismo entre negros e pardos de 15 anos ou mais caiu em 2023 para 7,1%, o menor nível histórico desde 2016, mas ainda é mais do que o dobro registrado entre brancos, que é de 3,2%. De 2016 para 2023, a taxa de analfabetismo entre as pessoas negras ou pardas na faixa etária indicada recuou no país. É a primeira vez que o indicador ficou próximo de 7%.

O levantamento demonstra a desigualdade no acesso à educação. Em 2023, dos jovens de 14 a 29 anos que não completaram o ensino médio, seja por terem abandonado a escola antes do término desta etapa, seja por nunca a ter frequentado, 71,6% eram negros e apenas 27,4% eram brancos. Tal indicador apresentou uma pequena variação ou piora na desigualdade na comparação com 2022, quando 70,9% dos jovens fora da escola eram negros e 27,9% eram brancos.

Em detrimento disso, de acordo com os dados anteriores, da Pnad Contínua Educação 2022, o IBGE avaliou os motivos de abandono escolar entre pessoas de 14 a 29 anos, segundo o recorte de cor ou raça. A análise demonstrou certa similaridade nas razões que explicam o afastamento da população negra ou parda e da população branca da escola. O estudo "diagnóstico do abandono e da evasão escolar no Brasil", produzido pelo Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social, apontou, com base na Pnad Contínua Educação 2019, que a chance de um jovem negro ou pardo de 20 a 24 anos estar fora da escola sem ter concluído o ensino médio era, naquele ano, 55% maior do que a de um jovem branco.

Simultaneamente, em agosto de 2024, o Ministério da Educação (MEC) aproveitou o evento de divulgação dos resultados da edição 2023 do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), para apresentar um panorama da trajetória dos estudantes brasileiros, desde a educação infantil até o ensino médio. A análise que se baseou na Pnad Contínua Educação 2023, também trouxe recortes por cor, raça e por

⁶ O Instituto (IBGE) informa que o Movimento Negro costuma considerar negros a soma de pretos e pardos de acordo com a classificação. E Preta (para a pessoa que se declarou preta). <https://www.agazeta.com.br/es/gv/preto-ou-negro-ibge-explica-classificacao-de-cor-e-raca-em-pesquisas-1118> acesso em 03 de junho / 2025.

renda, e demonstrou mais uma vez que os indicadores de conclusão das diferentes etapas de ensino são consistentemente melhores para a população branca. Além disso, o estudo confirmou que é no ensino médio que as diferenças se tornam mais agudas.

O impacto da desigualdade racial no acesso à escola é percebido pelos institutos de pesquisa, que apontam a disparidade existente do acesso e a permanência de jovens negros nas escolas. A dificuldade no acesso de jovens negros à escola é um problema complexo, visto que uma das principais barreiras é a falta de acolhimento e inclusão nas instituições de ensino. Com isso, aumenta o número de estudantes negros com risco de abandonar a escola por não se sentirem acolhidos.

Outros fatores existentes são os estereótipos e o racismo institucionalizado, vistos como obstáculos que podem afetar negativamente a autoestima e o desempenho escolar do aluno. Além disso, a falta de representação e visibilidade da cultura e história afro-brasileira nos currículos escolares contribuem para o aumento dos índices expostos acima.

A escola é uma instituição que fornece o processo de ensino para alunos, com o objetivo de formar e desenvolver cada indivíduo em seus aspectos culturais, sociais e cognitivos. A palavra “escola” vem do grego *scholé*, que significa “ócio”, o mesmo que “lazer ou tempo livre”. Este significado advém do conceito de escola na Grécia Antiga que, diferente do que vemos atualmente, era uma reunião, um momento em que os cidadãos gregos tiravam um tempo livre para discutir filosofia e alguns comportamentos sociais. Além disso, era vista como um espaço de trocas de ideias construtivas.

Gomes (2023) ressalta que a escola é vista como uma instituição em que aprendemos e compartilhamos não só conteúdos e saberes escolares, mas também valores, sentimentos, crenças e hábitos, assim como preconceitos raciais, de gênero, de cor, de classe e de idade. Portanto, também são compartilhadas as vivências do cotidiano, o que nos permite aproximar-nos e tentar compreender melhor os caminhos complexos que envolvem a construção da identidade negra e sua articulação com os processos formativos dos professores e professoras.

Bourdieu (1999) vê a escola como base da reprodução das desigualdades, qualificando seus educandos por meio de padrões universais, estando a serviço da reprodução e validação da dominação empregada pelas classes dominantes. Assim, a instituição escolar reproduz a estrutura social existente. Desse modo, as diferenças que deveriam ser algo de crescimento, conhecimento cultural e oportunidades para produzir

saberes em diferentes níveis de aprendizagem, têm-se caracterizado como preconceito e intolerância.

Com efeito, vemos a escola não apenas como um lugar que compartilha conteúdos, mas como um ambiente que forma a identidade de um indivíduo, que faz com que ele saia sabendo quem é. Para isso, é necessário que esse aluno se encontre em um ambiente acolhedor, sem exclusão por cor, raça, crença, gênero ou quaisquer outras escolhas, gostos e características.

Pode-se dizer que a escola, assim como a família, tem funções essenciais no desenvolvimento e na formação dos indivíduos como cidadãos, profissionais e, principalmente como seres humanos, cumprindo com seus deveres práticos, a partir da alfabetização. Visto que “a escola pode impulsionar a uma ação, a cultura e à política, a caminho da transformação da sociedade, por meio da transformação do indivíduo e das relações sociais” (Cavalleiro, 2001, p. 09). Este é um dos motivos deste trabalho; a mudança de pensamento dos indivíduos quanto ao racismo, por meio da educação antirracista.

Por outro lado, a escola tem papel importante na socialização dos alunos, preparando-os para a vida em sociedade por meio da cultura local, símbolos, política e linguagem, tanto nativa quanto estrangeira. É também papel da instituição escolar humanizar o indivíduo, mostrando as diferenças sociais e culturais, preparando-o para conviver respeitosamente com o outro. Sem esquecer que ela deve ensinar, alfabetizar e educar cognitivamente o ser, capacitando-o para o mundo profissional e acadêmico, para que, assim, ele possa desenvolver seu senso crítico. Não somente mas também deve estar aberta à pesquisa, ao questionamento, e à reflexão sobre fenômenos e conceitos sociais, pessoais e políticos, construindo, dessa forma, suas próprias opiniões a respeito do que está à sua volta.

No entanto, a escola é um meio onde se reproduz a desigualdade. “Sendo assim, não nos surpreende o fato de que há racismo e discriminação de todas as formas” (Cavalleiro, 2001, p. 12). Dessa forma, seria responsabilidade da escola enfrentar os desafios na eliminação do preconceito racial, pois infelizmente, o racismo é um problema presente em muitas escolas ao redor do mundo, incluindo no Brasil.

Mas por quem é cometido o racismo nas escolas? Ora, alunos negros ou de outras minorias raciais podem ser discriminados por professores, funcionários ou outros alunos,

podendo ser vistos como "diferentes" ou "inferiores" por causa de estereótipos e preconceitos raciais. Reforçar a discussão e o debate acerca das questões raciais também constitui uma função essencial da escola, garantindo que ela seja um ambiente seguro e acolhedor para todos os estudantes, independentemente da raça ou etnia.

Dessa forma, “[...]o sistema escolar contribui, então, para ratificar, sancionar, transformar em mérito escolar heranças culturais[...]” (Bourdieu, 1999, p. 15). Diante disso, surge a questão: será a escola quem determina quem alcança o sucesso e quem não o alcança? Quem avança e quem fica para trás? Quem é considerado “pronto” e quem não está? Essas decisões não se dão de forma neutra. Estão em jogo as heranças culturais transmitidas pelas famílias, que favorecem alguns estudantes, enquanto outros, desprovidos desse capital cultural, enfrentam maiores obstáculos.

Para Gomes (2005), a educação é um processo amplo e complexo de construção de saberes culturais e sociais que fazem parte do processo de vida do ser humano. Não seria contraditório que tantos educadores concordem com essa afirmação e, ao mesmo tempo, neguem o papel da escola no trato com a diversidade étnico-racial? Como podemos pensar a escola brasileira, principalmente a pública, descolada das relações raciais que fazem parte da construção histórica, cultural e social do país? E como podemos pensar as relações raciais fora do conjunto das relações sociais? Questões estas que nos levam a refletir sobre o papel da instituição escolar na sociedade e na vida dos estudantes.

Diante disso, “barrar as forças do racismo é um trabalho contínuo, de uma vida toda, porque as forças que nos condicionam a estruturas racistas estão sempre em ação; nosso aprendizado nunca será completo” (Diangelo, 2020, p. 31). A escola desempenha um papel fundamental na prevenção e combate ao racismo, avaliando e monitorando o progresso na luta contra essa injustiça, identificando áreas de melhoria e ajustando suas estratégias conforme necessário, de modo a criar um ambiente mais inclusivo e respeitoso, onde todos os alunos se sintam valorizados e respeitados. Na escola, a desigualdade de cor se faz presente e o combate a ela é indispensável para que haja mudança. Sem uma educação antirracista não é possível pensar em uma sociedade igualitária.

Segundo Henriques e Cavalleiro (2005), as chances da escola ser um local de resistência contra a violência racial dependem de uma educação antirracista. O racismo na instituição escolar é uma das mais perversas formas de violência cometidas

cotidianamente na sociedade brasileira. A violência racial escolar atenta contra o presente, deforma o passado e corrói o futuro, e se não formos nós, educadores e pesquisadores, a nos aprofundarmos nesse campo, quem será? É preciso adentrar nas universidades, pois são instituições responsáveis por formar futuros professores para atuarem nas escolas.

A preocupação dos educadores deveria ser constante, o que os levaria a estar sempre atentos às atitudes racistas. Pois:

[...] os preconceitos permeiam também o cotidiano das relações sociais de alunos entre si e de alunos com professores no espaço escolar. No entanto, alguns professores, por falta de preparo ou por preconceitos neles introjetados, não sabem lançar mão das situações flagrantes de discriminação no espaço escolar e na sala como momento pedagógico privilegiado para discutir a diversidade e conscientizar seus alunos sobre a importância e a riqueza que ela traz à nossa cultura e à nossa identidade nacional (Munanga, 2005, p. 17).

Com isso, não apenas o professor precisa saber como combater, abordar e evitar o racismo na escola; todos os membros da comunidade escolar devem estar envolvidos nesta causa, desde o porteiro, a merendeira, o vigia, coordenadores, gestores e zeladores, pois todos fazem parte do meio escolar. Contudo, quem está na sala de aula observando as vivências é o professor; é ele quem vê o que se passa, pois é na sala de aula que os alunos permanecem por mais tempo. Muitas escolas ainda menosprezam o problema, ou tratam a questão como se não fosse sua responsabilidade, ou como sendo demasiada para ser abordada no ambiente escolar. E sabemos que a escola tem uma grande parte da responsabilidade em combater o racismo, principalmente quando ele ocorre na própria instituição de ensino.

Cavalleiro (2005), em sua pesquisa de mestrado realizada em creches da rede municipal de São Paulo, apontou situações de evidentes manifestações de racismo por parte de profissionais da educação em relação às crianças negras. Seguem alguns trechos:

Na sala de aula, a professora diz a Marisa (negra) Você precisa falar para a sua mãe prender o seu cabelo. Olha só que coisa armada!” Fala isso em tom alto, que pode ser ouvido por todas as crianças. Depois disfarça, alterando o tom da voz, talvez por se lembrar da minha presença: “Senão você pode pegar piolho, na escola tem muito!” (Cavalleiro, 2005, p. 64).

Posturas como essas que acontecem em sala de aula são exemplos trazidos para nos fazer pensar sobre a importância de uma educação antirracista. Pode-se imaginar como fica o psicológico de uma criança negra frente a essas falas. Outra professora:

O preconceito de raça, se você pensar bem, geralmente é em matéria de cheiro. Uma pessoa que é negra, a pele, a melanina, faz com que o cheiro fique mais

forte. Hoje em dia, esse preconceito do cheiro já melhorou muito com os produtos modernos das nossas indústrias [...]. Não havendo o cheiro, não existe o porquê de o branco não conversar com o preto e vice-versa (Cavalleiro, 2005, p. 50).

Será que a pele negra exala odor diferente da pele branca? Pode-se imaginar como deve ser o tratamento dessa professora em sala, o relacionamento com crianças negras e crianças brancas. Com isso, professores e professoras reproduzem a desigualdade em sala de aula com base na cor da pele, o que é extremamente grave. Com base nessas falas e na análise da pesquisa do Pnad e do IBGE, podemos questionar: em que medida manifestações explícitas e implícitas de racismo por parte de docentes contribuem para o insucesso escolar? E até mesmo para a evasão de crianças e adolescentes negros?

Existem vários tipos de professores racistas em sala de aula; aqueles que usam de comentários verbais que expressam preconceito ou desrespeito em relação a uma raça ou etnia específica. Há aqueles que usam de estereótipos racistas, atribuindo características ou comportamentos a um grupo ou pessoa, e os que usam o desrespeito ou a falta de consideração em relação aos estudantes negros. Por vezes, temos os que são racistas por meio de comportamentos não verbais, seja com olhares ou expressões faciais que transmitem desrespeito e preconceito.

Sobre as manifestações expressas no ambiente escolar:

Ao versar sobre o racismo na escola, consideramos necessário inserir nesse debate também o estudante branco agente da ação discriminatória. Em seu depoimento, Maurício, jovem branco de 17 anos, descreve uma ocasião em que contou uma piada racista. Olha, racismo é uma coisa que eu não gosto de lembrar, mas eu já cometi racismo, não por vontade... Foi uma piada, mas foi de muito mau gosto. Então eu percebi que esse foi o meu preconceito... Eu, quando fiz a piada, era muito zoeiro, eu sempre falava por impulso, sem pensar. Eu falei por falar, não foi para ofender, era só para fazer dar risada. Só que eu percebi que ele [o colega negro] não deu risada, ele ficou quieto, enquanto o pessoal ao redor ria. E esse pessoal era branco, riram também. Mas depois olharam para mim e falaram: “O mano, pô, não precisava falar né?”. Daí eu fui lá, me desculpei com o cara e falei que não era minha intenção. Me arrependi e essa cara é amigo meu até hoje, se eu chegar até ele hoje, nós se cumprimenta, nós se trata igual, vamos dizer que esqueceu e perdoou... Eu cheguei pra ele, conversei com ele num canto, só eu e ele, e falei: “Mano, minha intenção não foi essa, só queria fazer uma piada e acabei te magoando, foi mal, me desculpe”. Aí ele só falou: “Tranquilo”, apertou minha mão e foi. Aí hoje em dia eu chego pra ele e cumprimento, ele me cumprimenta de boa, normal, penso que não tenha ressentimento (Maurício, 17 anos, autodeclarado branco) (Panta e Silva, 2024, p. 15).

Seria este ato um comportamento involuntário? Ou seja, seriam ações que ocorrem sem a anuência do indivíduo, um comportamento frequentemente automático e realizado em resposta a estímulos externos ou internos, sem a necessidade de reflexão ou decisão

ativa por parte do indivíduo. No caso acima, há um arrependimento e um pedido de desculpas, porém, percebe-se que o pedido veio depois da fala de outras pessoas. Situações constrangedoras como estas acontecem e podem abalar a autoestima de uma pessoa negra.

Como no Brasil se concebe o racismo como estrutural e institucional, de certa forma, ele está presente na linguagem e nas relações de poder na sociedade, o que requer um trabalho ativo de identificação e combate constante no ambiente escolar. Muitas vezes, ele pode estar vinculado ao *bullying*, apresentando-se como uma violência intimidadora e constrangedora que tem estudantes negros e negras como alvos, excluindo-os assim da vivência social da escola por meio da discriminação racial direta e clara, que é fácil de identificar. No entanto, isso requer um olhar atento do professor, sendo este um educador que não feche os olhos a esse tipo de situação.

A forma do uso da linguagem oral para expressar o racismo nas escolas é constrangedora. Segundo Scotta (2022), para compreender o modo como uma palavra ou expressão produz sentidos racistas, precisamos nos atentar para duas questões principais. A primeira é analisar o significado de uma palavra a partir da sua etimologia, isto é, a partir do estudo de sua origem e evolução, pois os sentidos podem mudar ao longo do tempo. A segunda é saber que os sentidos não são como “etiquetas” coladas nas palavras, mas dependem do contexto em que estas são ditas. A linguagem recria o real, isto é, por meio dela, modelamos nossos sentimentos e emoções.

É difícil manter o comportamento antirracista dos professores em sala de aula, mas apenas para que têm dificuldades em lidar com as diferenças e a diversidade. É preciso nos desafiar constantemente, visto que é fundamental compreender se as instituições escolares e seus professores estão preparados para enfrentar esse desafio; o de conduzir os estudantes, por meio das aulas e do currículo, a reconhecerem suas origens como pessoas negras e a encontrarem seu lugar no ambiente escolar.

É um obstáculo para a escola proporcionar espaços de valorização da identidade negra. Ao desconsiderar o saber diferenciado que os estudantes podem trazer da vivência no seio de sua família, e no meio social de origem, ela pode estar desconhecendo a origem étnica dos alunos e a formação cultural, o que acaba negando a possibilidade de se reconhecerem.

Gomes (2005) inicia seu artigo sobre “Educação e Relações Raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação” relembrando um documentário intitulado “Olhos Azuis”. Esse documento relata a experiência da Sra. Jane Eliot, professora e psicóloga branca nos EUA, que organiza e desenvolve um *workshop* com pessoas de diferentes grupos étnico-raciais para discutir sobre o racismo e seus desdobramentos. Poderíamos até nos perguntar: mas por que uma mulher branca nos EUA, poderia se interessar em desenvolver um trabalho como esse? De acordo com o documentário⁷:

[...] tudo começou quando essa professora ainda lecionava para crianças numa cidade do interior. Um dia, ela se viu questionada pelos alunos sobre os motivos que levaram ao assassinato do líder negro Martin Luther King, em 1968, nos EUA. A partir dessa curiosidade das crianças a professora se viu diante de um desafio: como explicar uma questão tão complexa para seus alunos? Que recursos ela poderia usar para tornar o assunto compreensível para aquelas crianças? Ela se deu conta de que não havia recursos didáticos para explicar aos alunos o que era realmente o racismo. Assim, a professora concluiu que só se as pessoas pudessem se colocar no lugar daqueles que eram discriminados racialmente, é que elas poderiam compreender o que era o racismo. Então, ela teve uma ideia: realizou com os seus alunos uma dinâmica de grupo em que, durante um dia letivo inteiro, as crianças que tivessem olhos azuis, passariam por uma situação de discriminação (GOMES, 2005, p. 143).

No documentário “Olhos Azuis” nos deparamos com todo o sentimento de humilhação e angústia de quem sofre preconceito. O filme mostra a discriminação vivida diariamente pelos negros na nossa sociedade de forma invertida, exibindo aos brancos o que estes impõem aos afrodescendentes. O documentário destina-se às pessoas que se apresentam como indivíduos sensíveis aos problemas do racismo e da discriminação. Porém, gera polêmica, pois ninguém fica indiferente diante desses “Olhos Azuis”. É difícil não ficar incomodado com as situações apresentadas; quem já sofreu algum tipo de discriminação pela ignorância de uma pessoa a respeito de alguma coisa, seja por cor, raça ou classe econômica, sabe muito bem do que se trata.

Gomes (2005) deixa explícito, ao citar o documentário, que não quer estimular ninguém a desenvolver esse projeto sem o mínimo de preparo, discernimento e entendimento sobre o tema. Salienta-se que se refere à realidade dos EUA, porém, ela toca em questões ligadas a preconceitos e as representações sobre o negro e sua identidade, temáticas que a escola, hoje, está cada vez mais desafiada a enfrentar e a tratar pedagogicamente, formando assim um ser consciente de suas ações.

⁷ <https://redacaoedialogia.blogspot.com/2016/07/olhos-azuis-1996-legendado-em-portugues.html>. Acesso em 10 de junho / 2025.

Por que nas escolas do Brasil não devemos desenvolver o experimento sem preparo? Porque pode ser psicologicamente perigoso, podendo causar danos emocionais. Os participantes podem se sentir humilhados ou traumatizados por vivenciarem situações de discriminação e racismo, visto que não sabemos quem já as vivenciou. E se o exercício não for bem conduzido, acaba legitimando preconceitos em vez de questioná-los. Por isso, requer alguém com preparo em Pedagogia crítica, Psicologia ou com uma educação antirracista capaz de conduzir a reflexão, mediar conflitos e oferecer apoio.

É necessário que em um experimento como esse, o professor entenda que ele é um mediador, não um juiz. Ou seja, não deve reforçar sentimentos de superioridade ou humilhação, mas deve atuar como alguém que abre os braços para o diálogo, garantindo assim um espaço seguro de fala. O docente não pode usar o documentário apenas como um choque emocional, mas deve fazer com que os alunos pensem em alternativas e mudanças concretas para as situações de racismo em sala de aula.

Diante do exposto, Freire (1987) nos traz a “práxis transformadora”, o que nos leva a entender que esse experimento pode acabar reproduzindo a lógica do opressor e do oprimido, colocando, mesmo que temporariamente, alguns no papel de superiores e outros de inferiores. Com isso, ao invés de reproduzir a opressão, a educação deve levar à conscientização crítica na luta antirracista. Isso significa trazer argumentos que transformem a dor em reflexão e a reflexão em ação.

Segundo Freire (1987), na “Pedagogia do oprimido”, ninguém se conscientiza separadamente dos demais. É preciso trabalhar no sentido de conscientizar as escolas para uma educação antirracista. Isso não pode ser feito separado dos demais; é necessário que todos estejam nesta luta. Na escola, os caminhos e consciências se encontram, sendo um dos lugares propícios para a formação do ser.

A escola está longe de resolver sozinha o longo e demorado processo de transformação de nossas estruturas mentais herdadas, e das consciências que se cruzam. Sabemos que os mecanismos racistas, conscientes ou inconscientes, marcaram a nossa própria educação e formação. Isso requer discutir subsídios que possam ajudar no desenvolvimento do processo de transformação de nossas mentes.

Espera-se que o diálogo, as trocas de experiências e de ideias possam gerar resultados de discussão e de debate entre todos os educadores preocupados e

comprometidos com a questão. Cremos que o esforço interno e o engajamento de cada um de nós, individualmente, são necessários para a realização dessa imensa tarefa.

Diante disso, o que podemos fazer? Treinar professores e professoras? É importante que recebam treinamento sobre diversidade, inclusão e educação antirracista, a fim de reconhecer e combater o racismo em sala de aula. As escolas devem ter políticas consistentes de enfrentamento que promovam a igualdade e a justiça para todos os estudantes, para que estes enfrentem o racismo e recebam apoio e orientação, com a finalidade de superar os desafios e alcançar seus objetivos. Também é necessário promover um diálogo aberto e honesto sobre o racismo em sala de aula, com o objetivo de conscientizar e educar estudantes e professores acerca da importância da diversidade e da inclusão.

3.2 Professor antirracista

A finalidade de uma formação antirracista é capacitar o professor para identificar, enfrentar e desconstruir práticas que reproduzem o racismo. Ser antirracista significa adotar uma postura ativa, consciente e comprometida com a luta contra o racismo em todas as suas formas, dentro e fora da sala de aula.

É notório que a educação é um dos meios mais importantes para o desenvolvimento de uma sociedade, fazendo com que o indivíduo desenvolva suas habilidades, de modo a se adequar à sociedade. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em uma instituição escolar, a educação é realizada além dos limites da educação formal, abrangendo aquilo que se aprende também no convívio social.

Por meio da educação se produz conhecimento e, assim, todas as esferas de um país se desenvolvem. Para Gomes (2003), a educação acontece por um amplo processo, constituinte da nossa humanização, que se realiza em diversos espaços sociais, como na família, na comunidade, no trabalho, nas ações coletivas, nos grupos culturais, nos movimentos sociais, nas escolas, entre outros. Assim, por meio dela, é permitido que o ser se adapte e contribua para a sociedade de forma eficaz.

Segundo Lima (2021), o momento de sair das salas da graduação e ingressar nas salas das escolas é tanto aguardado quanto temido pelos estudantes. Depois de anos de preparação e estudo, o estágio em uma escola é a consolidação da trajetória de formação

de professores e professoras. Começar a lecionar pode ser desafiador. É preciso refletir sobre o que podemos oferecer de melhor para os estudantes e ouvir o que eles desejam, cientes de que podem enfrentar todos os males que a sociedade produz: fome, violência, desemprego na família, preconceito, discriminação e indiferença. Por isso, reconhecer o lugar do qual falamos também é parte essencial na construção de uma educação para as relações étnico-raciais.

Mas, qual seria o papel da educação em uma perspectiva antirracista?

[...] o papel que uma educação antirracista pode desempenhar na desconstrução de uma sociedade que ainda hoje hierarquiza seus cidadãos pela cor da pele, é fundamental. As marcas do racismo são percebidas logo na primeira infância. Como não lembrar do “teste da boneca”, realizado pela primeira vez em 1939 pelo psicólogo afro-americano Kenneth Clark, e repetido mundo afora? Sempre trazia as mesmas imagens perturbadoras: crianças brancas e negras atribuindo características positivas para bonecas brancas e taxando bonecas negras como “feias”, “menos inteligentes” e “más”. Dentro da produção acadêmica, inúmeras teses abordam como as relações raciais já estão postas na vida de um bebê. Seriam as crianças negras que passariam menos tempo no colo das professoras, receberiam menos atenção e seriam mais vítimas de negligência. Há publicações que defendem que, a partir dos 3 anos de idade, a criança já começa a interpretar e hierarquizar os diferentes segmentos humanos, a partir de parâmetros apreendidos nas relações com os adultos. Ou seja, uma criança negra, mesmo não sendo capaz de problematizar o que acontece, entende que é menos aceita e valorizada do que uma criança branca. Ao passo que a criança branca logo se sente fortalecida. Afinal, ela se vê presente nas decorações da escola, nos filmes infantis, nas bonecas, nos materiais pedagógicos, entre outros (Bento, 2014, p. 03).

Podemos entender o quanto a educação antirracista é fundamental para desconstruir os estereótipos e preconceitos, promovendo uma compreensão mais profunda e respeitosa das diferentes culturas e identidades. Bento também relata sobre o teste da boneca, intitulado “Racismo e Construção da Identidade”, que foi realizado pela primeira vez em 1939 pelo psicólogo afro-americano Kenneth Clark⁸. O teste consistia em exibir bonecas brancas e negras para um grupo de crianças, pedindo-lhes que atribuíssem determinadas características às bonecas: bonita, feia, boa e má. Foi constatado que 63% das crianças escolheram a boneca branca como a bonita e boa, e a negra como feia e má.

No Brasil também foram realizados testes semelhantes. Um deles foi o trabalho de Amorim e Do Nascimento (2021). “O ensino da diversidade étnico-racial na escola

⁸ <https://super.abril.com.br/historia/o-experimento-psicologico-com-bonecas-que-venceu-a-segregacao-racial-nos-eua/> 13 de junho / 2025.

básica: um relato de experiência vivida no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID)”. Na turma em que o teste foi realizado, a maior parte dos estudantes eram de cor negra, e somente uma criança era branca, com cabelos loiros.

Os relatos se tornam pertinentes; ao serem indagados sobre qual boneca era mais bonita, as crianças, em sua maioria, consideraram a boneca branca a mais bela e destacaram a razão de que ela tinha os olhos azuis. Questionados sobre qual das bonecas parecia ser boazinha e qual era má, a maioria respondeu que a boazinha era a branca, pois a boneca negra era feia e tinha a boca muito grande. Quando se perguntou às crianças com qual das bonecas gostariam que uma possível irmã se parecesse, um maior número de alunos disse que seria a boneca branca, porque ela era mais bonita (Amorim e Do Nascimento 2021).

Com isso, concluíram que as crianças, mesmo sendo negras, acabaram escolhendo a boneca branca como a mais bonita. Notou-se, com esse teste, que os estudantes negros não gostavam de sua estética, não apresentavam autoestima positiva e que era fundamental que aquelas crianças olhassem para si e gostassem do que viam.

Levando-se em consideração o que foi observado, a educação antirracista pode e deve ajudar a promover a construção da identidade do ser. É na sala de aula, por meio dos professores e de sua postura, que os estudantes compreendem quem eles são, onde estão e para onde irão. Além disso, a educação antirracista proporciona a compreensão entre as pessoas de diferentes origens raciais e étnicas, ajudando a construir pontes entre as comunidades. Com isso, fomenta a autoestima e a confiança entre os estudantes de minorias raciais e étnicas, auxiliando a contrabalançar os efeitos negativos do racismo. Por meio de uma educação de qualidade, é possível promover a justiça social, incentivando os estudantes a se envolverem em ações políticas que combatam o racismo e promovam a igualdade.

O racismo em sala de aula pode ser perpetuado tanto pelos próprios colegas, quanto pelos professores que, muitas vezes, consciente ou inconscientemente, mantêm atitudes e comportamentos racistas. Neste sentido, é preciso pensar na formação que estão tendo nos cursos de licenciatura, refletir quem são esses professores e como estão saindo das universidades para as salas de aula. Isso se torna pertinente para os responsáveis em proporcionar uma educação de qualidade que respeite as diferenças raciais.

Com efeito, quando se fala em formação antirracista, estamos pensando na nação e no porvir de futuros professores que irão formar outros profissionais e assim sucessivamente. Pois:

[...] Quem forma se forma e reforma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado. É neste sentido que ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos nem formar é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado. Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos apesar das diferenças que os contam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender (Freire, 1979, p. 12).

Em vista disso, formar alguém é um processo complexo que envolve o desenvolvimento de habilidades, conhecimentos, valores e atitudes. E a educação antirracista é uma das principais ferramentas que contribuem para a formação de um ser, isso inclui a educação formal (como a escola) quanto a educação informal, como a aprendizagem por meio da experiência e da observação.

É preciso que tenhamos em mente que formar para uma educação antirracista, não é apenas abrir cursos de capacitação, dar aos professores muitos conteúdos e depois gerar um certificado. Existem outros fatores envolvidos, como a experiência, que é um importante fator na formação, seja ela pessoal, a vivência de desafios ou o sucesso profissional.

Os relacionamentos também são fundamentais para a formação, seja os de familiares, amigos, professores ou mentores, que podem influenciar a forma como alguém pensa, sente e se comporta. Há outros fatores, como crenças e valores, que são fundamentais, o que inclui a formação de uma visão de mundo, em uma concepção de princípios éticos. O autoconhecimento, que diz respeito à compreensão de suas próprias forças e fraquezas, e até mesmo à resiliência. O desenvolvimento pessoal, que pode ser visto como um processo contínuo que envolve a aprendizagem e a prática de novas habilidades, a superação de obstáculos e a melhoria da autoestima. As influências culturais e sociais, incluindo as diferentes culturas, os valores, as crenças e a influência de líderes e modelos. E a aprendizagem contínua, que se dá na busca por novos conhecimentos na prática docente, aperfeiçoando assim a capacidade de adaptação às mudanças.

Refletir e analisar sobre a formação antirracista nos dias de hoje, é nos desafiar a reinventar nossas práticas e, numa perspectiva bem radical, a romper com os modelos de formação de professores, amparados numa hierarquização de saberes e lugares de fala.

Pensar a formação de professores hoje é antes de tudo reconhecer os erros do passado, ter consciência da responsabilidade que se tem com as novas gerações e saber que não se enfrenta os grandes problemas da educação com soluções “mágicas”. A formação de um bom professor precisa de tempo e de investimento necessário a um preparo adequado, proporcional às exigências da tarefa que a sociedade lhe atribui. Percebe-se que a construção de uma nova compreensão em relação a formação do licenciado ainda é um caminho longo a ser percorrido (Locatelli e Passos, 2014, p. 13).

Entende-se que a formação de professores é um processo contínuo que tem evoluído ao longo do tempo. Porém, é necessário refletir se erramos no passado, por que erramos e como podemos aprender olhando para o que já passou, sabendo que, enquanto seres humanos que somos, cometemos erros, contudo, podemos aprender com eles e melhorar.

De acordo com os autores já lidos, a formação deixou a desejar na preparação para lidar com a diversidade étnico-racial e as diferenças em sala de aula. Focou-se na transmissão de conhecimento, sem dar suficiente atenção ao desenvolvimento de habilidades e competências dos estudantes, e houve falta de apoio contínuo após a formação oferecida para desenvolver as habilidades. Nesse sentido: “a formação continuada de profissionais da educação se coloca, desse modo, como um ponto fundamental para a efetivação de um ensino antirracista na educação básica” (Lima e Fideles, 2021, p. 122).

É necessário que na formação de professores ocorra uma conexão precisa entre a teoria e a prática, o que pode ter deixado a desejar no passado. Como se não bastasse, também faltou atenção à educação emocional a ser trabalhada com o docente. A falta de preparação para a tecnologia constituiu um ponto importante para se aperfeiçoar nos dias de hoje, embora já esteja sendo feita. Outro fator relevante era a pouca interação entre a escola e a comunidade, o que resultava no baixo envolvimento comunitário no processo educacional. É essencial aprender com essas falhas e aprimorar a formação docente, para que os professores possam oferecer uma educação de qualidade aos estudantes.

Para Macedo (2010), a formação vem se fazendo e acontecendo nos momentos da nossa vida; é um processo que vai se compreendendo no acontecer, com o ser existindo em formação, refletindo e narrando cada etapa do caminho percorrido. O trajeto apresenta possibilidades e desafios do trabalho em equipes, estabelecendo estratégias de atuação com foco pedagógico, permitindo, assim, o planejamento de ações de intervenção pedagógica no trabalho desenvolvido pelos professores, e se articulando por meio de uma

metodologia que se efetiva através da construção de espaços crítico-reflexivos acerca do trabalho docente exercido em sala de aula.

Trabalhar a formação dos professores é um processo contínuo, que requer o desenvolvimento das habilidades, conhecimentos e competências, para que eles possam ensinar de forma eficaz.

Compreender a complexidade na qual a construção da identidade negra está inserida, sobretudo quando levamos em consideração a corporeidade e a estética, é uma das tarefas e desafios colocados para os educadores. Deveria, também, ser uma das preocupações dos processos de formação de professores quando estes discutem a diversidade étnico-cultural. Os professores trabalham cotidianamente com o seu próprio corpo. O ato de educar envolve uma exposição física e mental diária. Porém, ao mesmo tempo em que se expõem, os educadores também lidam com o corpo de seus alunos e de seus colegas. Esses corpos são tocados, sentidos. A relação pedagógica não se desenvolve só por meio da lógica da razão científica mas, também, pelo toque, pela visão, pelos odores, pelos sabores, pela escuta. Estar dentro de uma sala de aula significa colocar a postos, na interação com o outro, todos os nossos sentidos (Gomes, 2023, p. 07).

Ter em vista a formação antirracista dos professores, no âmbito de ajudar os estudantes negros a se encontrarem quanto à sua identidade em sala de aula, é de fundamental importância para promover a inclusão e a diversidade nas escolas. Como reforça Gomes, essa deveria ser uma preocupação dos órgãos competentes que discutem sobre a diversidade étnico-racial. Logo:

“Não podemos, entretanto, desconsiderar os saberes sobre o racismo construídos na vida do professor, antes de imputarmos a ele esse papel ativo na luta contra o racismo. Essa ambiguidade na qual novos saberes colocam a necessidade de uma educação antirracista, de um lado, e uma realidade de negação do racismo na escola, de outro lado, nos permite questionar sobre a forma como os professores do ensino fundamental lidam com o tema do racismo, e como as percepções deles interferem no processo de ensino na sala de aula (De Almeida, 2020, p. 02).

Estar dentro da sala de aula atenuado para esses desafios, requer o conhecimento da história e da cultura afro-brasileira no que diz respeito à cultura e a escravidão, ao movimento abolicionista e à luta pelos direitos civis. É necessário o entendimento da identidade negra, no sentido de como é construída e como se expressa. Importa, também, reconhecer a discriminação racial, o racismo, o preconceito e como isso afeta os estudantes negros em sala de aula, incluindo a capacidade de se reconhecerem e desafiar estereótipos já enraizados na sociedade. Sabe-se que isso não depende apenas dos professores, mas de todos, inclusive do Estado, que deve ter um olhar mais voltado à bibliografia afro-brasileira no currículo; a qual deve incluir obras de autores, autoras e artistas negros e negras.

A Lei 10.639/03 aparece como o elemento central para a incorporação da diversidade étnico-racial no currículo, sendo este responsável por selecionar, organizar e orientar a melhor forma de trabalhar esses conteúdos para o desenvolvimento e construção do saber em sala de aula. Daí a importância de se realizar a apropriação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais, no sentido da implementação da diversidade étnico-racial nas práticas escolares cotidianas.

Para Cavalleiro (2005), os educadores necessitam urgentemente contemplar no interior das escolas a discussão acerca das relações raciais no Brasil, bem como de nossa diversidade racial. Nessa linha, é preciso não somente boa vontade e sensibilidade dos profissionais da educação, mas também o fornecimento de material didático-pedagógico antirracista e recursos auxiliares aos professores, para que possam ministrar aulas, combatendo o preconceito e a discriminação racial. Somente com esta preocupação voltada aos docentes e à sua formação, podemos caminhar de mãos dadas rumo à desconstrução das disparidades raciais. Pois:

Alguns dentre nós não receberam na sua educação e formação de cidadãos, de professores e educadores o necessário preparo para lidar com o desafio que a problemática da convivência com a diversidade e as manifestações de discriminação dela resultadas colocam quotidianamente na nossa vida profissional. Essa falta de preparo, que devemos considerar como reflexo do nosso mito de democracia racial, compromete, sem dúvida, o objetivo fundamental da nossa missão no processo de formação dos futuros cidadãos responsáveis de amanhã (Munanga, 2005, p. 17).

Sabe-se que todo professor passa por uma universidade, visto que a formação acadêmica é fundamental para a preparação do docente, sendo uma combinação de teoria e prática. O desenvolvimento profissional é contínuo. A preparação de um professor para ingressar na sala de aula pode variar significativamente de pessoa para pessoa e depende de vários fatores, como o meio ao qual cada um foi criado, a cultura e a vivência. Além de receber uma base teórica sólida durante sua formação, a prática em sala de aula pode apresentar desafios diferentes, e a transição da teoria para a prática pode exigir um período de adaptação, que acontece por meio de um processo, muitas vezes árduo.

Há uma grande diferença da teoria para a prática; uma coisa é conceber uma teoria, a outra, é repassá-la por meio da prática e da ação. Durante este ato de repassar o conteúdo na escola, é exigida toda uma postura com relação ao educador, no sentido de respeitar a todos no mesmo ambiente, independentemente da cor, raça, credo, orientação sexual ou etnia.

Para Silva (2005), os professores, a quem é atribuída a ação de contemplar as diferenças culturais na sua prática pedagógica, devem saber que existem diferenças culturais a respeito das relações étnico raciais. Nesse sentido, afirma-se que cabe uma formação específica para o professor de ensino fundamental, com o objetivo de estabelecer uma prática pedagógica, com as condições necessárias para identificar e corrigir os estereótipos e a invisibilidade constatados nos materiais pedagógicos, especificamente nos textos e ilustrações dos livros didáticos.

Já para Munanga (2005), não precisamos ser profetas para compreender que o preconceito imbuído na cabeça do professor e sua incapacidade em lidar profissionalmente com a diversidade desestimulam os estudantes negros e prejudicam seu aprendizado. O que é um problema sério, visto que as pesquisas acima demonstram que uma das principais barreiras socioculturais enfrentadas por alunos brasileiros é a discriminação racial, um dado nítido da desvantagem dos negros em relação à população branca no acesso, mas, principalmente, na permanência na escola.

Há de se reconhecer que neste quadro de evasão os mais excluídos da escola são aqueles historicamente excluídos da sociedade, ou seja, a pobreza e a cor influenciam muito nas taxas de evasão. Com isso, a população negra é o grupo mais afetado, (incluindo também povos indígenas e quilombolas). Por outro lado, precisamos enxergar que há avanços nesse quadro, sabemos que os programas de governo e as políticas públicas voltadas para esta área estão ajudando a romper o ciclo da pobreza, da exclusão, do preconceito, da desigualdade e da discriminação. Diante disto:

Cabe ao professor, munido dessas e outras informações, demonstrar aos seus alunos que não existe correlação entre capacidade intelectual e cor da pele. E formar neles atitudes favoráveis às diferenças étnicas e raciais das pessoas com as quais convivem na sociedade (Silva, 2005, p. 29).

Nisto consiste a formação antirracista em sala de aula: fazer com que o educador mostre aos estudantes que a capacidade intelectual não é determinada pela cor ou pela classe social.

Em face dessa realidade, quem manuseia o livro didático? Quem transmite os conteúdos do livro didático? São os professores. Logo, a desconstrução desses estereótipos que desumanizam e desqualificam, pode contribuir para o processo de reconstrução da identidade étnico-racial e da autoestima dos estudantes negros, sendo os educadores agentes transformadores nesse processo. Isso seria um passo fundamental para a aquisição dos direitos de cidadania, acredita-se que é possível formar o professor

de ensino fundamental, no sentido de utilizar de forma crítica o livro didático, transformando esse livro em um instrumento gerador de consciência crítica.

Corrigir o descrédito da desigualdade atribuído às diferenças étnico-raciais constitui-se uma tarefa de todos, e já são numerosos os que contribuem para atingir esse objetivo. É necessário que os professores e professoras reflitam sobre a temática ao ponto de se questionarem se na sua sala de aula é praticada a discriminação racial e étnica e, com isso, se perguntarem se estão deixando esses estereótipos serem reproduzidos em sala. Pois:

Quando falamos em discriminação étnico-racial nas escolas, certamente estamos falando de práticas discriminatórias, preconceituosas, que envolvem um universo composto de relações raciais pessoais entre os estudantes, professores, direção da escola, mas também o forte racismo repassado através dos livros didáticos (Sant' Ana, 2005, p. 52).

Essas práticas discriminatórias são ações ou comportamentos que tratam de forma desigual ou injusta indivíduos ou grupos com base em características como raça, cor, etnia, gênero, orientação sexual, idade, deficiência, religião, classe, entre outras. Um exemplo é o racismo explícito, que faz uso da linguagem ou de comportamentos que expressam ódio ou desrespeito em relação a uma raça ou etnia específica.

Segundo Theodoro (2005), muitos são os caminhos que permitem a realização de sonhos, porém, lidar com a diversidade cultural é realizar um deles, já que aproxima educadores e educandos, possibilitando o diálogo e construindo pontes para a escola da vida. Ademais, a diversidade faz surgir um país feito a muitas mãos, onde todos juntos, vindos de tradições diversas, com diferentes formas de arrumar o mundo, conseguem criar uma comunidade plena da consciência e da importância da participação de cada um na construção do bem comum, levando em consideração, que todos podem ser diferentes e, ao mesmo tempo, respeitar as diferenças.

Reforçar a formação antirracista de professores contra o racismo em sala de aula, também requer o preparo de quem forma, não só de quem recebe a formação, tendo em vista que “o racismo existe na sociedade brasileira, e mais, concordamos que está presente na escola brasileira” (Theodoro, 2005, p. 147). Com esta afirmação, o autor defende que, no Brasil, o racismo ainda é insistentemente negado no discurso, mas se mantém presente nos sistemas de valores que regem o comportamento da sociedade, expressando-se através das mais diversas práticas sociais.

Por isso, é necessário que os educadores antirracistas se coloquem na fronteira desse debate, ou seja, se posicionem, e que a cobrança de novas posturas diante da questão racial passe a ser uma realidade, não só dos movimentos negros, mas também dos agentes envolvidos.

Mas o que é colocar-se na fronteira? Sabe-se que fronteira é uma barreira que está sob o risco de crise ou conflito, é vista sempre como uma área sensível e sua função é separar em vez de unificar. No entanto, colocar-se na fronteira é se posicionar em um local de encontro entre diferentes culturas, identidades, ou perspectivas; é desafiar os limites das barreiras que separam; é criar um espaço de diálogo; e é estar disposto a se colocar numa causa e levantar a bandeira em prol dela. É assim que deve ser o educador antirracista.

Colocar-se na fronteira é um ato de coragem e humildade, pois requer que se esteja disposto a questionar suas próprias crenças e perspectivas, e a aprender com as demais. Em face disso, os professores estão dispostos a se colocar na brecha? No conflito? Em função de unificar e não de separar? Questões estas que devem estar presentes nas formações docentes e nas escolas.

Com isso, sabe-se que:

Para obter êxito, a escola e seus professores não podem improvisar. Têm que desfazer mentalidade racista e discriminadora secular, superando o etnocentrismo europeu, reestruturando relações étnico-raciais e sociais, desalienando processos pedagógicos. Isto não pode ficar reduzido a palavras e a raciocínios desvinculados da experiência de ser inferiorizados vivida pelos negros, tampouco das baixas classificações que lhe são atribuídas nas escalas de desigualdades sociais, econômicas, educativas e políticas. (Ribeiro, 2004, p. 16).

Para que esse processo de desconstrução da mentalidade racista e discriminatória aconteça, é necessário esforço, dedicação e compromisso, além de ser paciente, persistente e estar disposto a aprender e crescer ao longo do caminho. Percebe-se, assim, que nem sempre as decisões estão nas mãos dos governantes e do Estado, pois dependem também do esforço pessoal de cada professor e da própria instituição escolar

Segundo Góes (2017), torna-se pertinente percebermos a importância da ação e da mediação docente quanto ao tema da educação para as relações étnico-raciais. Esse reconhecimento nos leva a minimizar as ações e práticas discriminatórias. Diante disso, podemos promover práticas didático-pedagógicas que afirmem a qualidade das formações para a diversidade das relações étnico-raciais.

Para pensar práticas pedagógicas voltadas à diversidade étnico-racial, é necessária a compreensão do trabalho didático do professor, que envolve não apenas o currículo, mas também sua vivência, prática e experiência. A experiência do saber ser docente antirracista tem contribuído para a ascensão da identidade étnica, e isso passa pela formação do educador, não só na graduação, mas nas formações continuadas.

Uma preocupação com as formações no âmbito das relações étnicos raciais, é que seja uma formação de qualidade. Sabemos que, enquanto professores, estamos sujeitos a diversas situações em sala de aula, inclusive situações de racismo. Convém lembrar que em 15 de abril de 2019, o jornal O Globo⁹ noticiou em suas páginas mais um caso de racismo no ambiente escolar. Na coluna do jornalista Ancelmo Góis, foi publicada uma carta assinada por Renata e Elísio, que, diante da violência racial sofrida pela filha de sete anos, não viram outra alternativa a não ser tirá-la da Escola Dinâmica do Ensino Moderno (Edem), instituição da rede privada localizada na Zona Sul do Rio de Janeiro. No texto diz:

Todos os dias nas últimas semanas, nossa filha tem sido agredida não apenas verbalmente, chegando a ocorrer episódios de violência física dentro do ambiente escolar. Novamente tive que ensinar a minha filha, agora de 7 anos, que racismo é crime, e que é preciso berrar quando ele nos atinge. E ela procurou ajuda! Sem solução efetiva. Mesmo com nosso esforço o racismo institucional venceu! Nossa menina não quer mais pisar na escola, está arredia, chorosa, confusa, agressiva, ferida...(...). Depois de tudo isso nós não acreditamos mais na capacidade de vocês de colaborarem na formação de nossa menina. Por isso, estamos tirando nossa filha dessa escola. Esperamos de verdade que a passagem das nossas meninas pela Edem deixe alguma colaboração, ao menos uma reflexão. Em nossa pequena com certeza ficarão marcas, por vezes dolorosas, mas que vamos trabalhar dia a dia para transformar em aprendizado, e força...Sem ódio” (O Globo, 15 de abril de 2019).

Em face do exposto acima, tais são situações que acontecem dentro da instituição escolar. Diante do desabafo da mãe, o que podemos fazer para evitar situações como essa em sala de aula? Acreditamos que uma educação antirracista pode mudar o cenário escolar dessa violência, tanto física como verbal. Diante de casos como esse, procurar ajuda e não encontrar, nos deixa impotente diante do problema. Quando um aluno ou aluna sofre racismo dentro da escola e não é percebido, ou não é enfrentado pelos

⁹ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/celina/caso-de-racismo-em-escola-privada-no-rio-leva-discussao-sobre-necessidade-de-contratar-mais-professores-negros-23600547>. Acesso em 20/03/25

professores, há consequências como danos emocionais e psicológicos, evasão escolar, prejuízo no processo de aprendizagem, entre outros fatores que prejudicam o desenvolvimento educacional dos estudantes.

Não pode haver omissão diante de casos racistas. Como pode haver omissão diante de um crime? É necessário que no ambiente escolar se promova ações educativas e institucionais para combater tal ato. A escola precisa ser um espaço seguro para os estudantes. Não adianta falar de racismo apenas no Dia da Consciência Negra e esquecer os demais dias. A luta contra o racismo acontece cotidianamente. A escola não deve ser alvo de piadas dirigidas a alunos por causa da cor da pele, do cabelo e dos traços físicos. O silêncio e a omissão também são formas de violência, especialmente quando as escolas ignoram o problema.

Na educação brasileira, a ausência de uma reflexão sobre as relações raciais no planejamento escolar tem impedido a promoção de relações interpessoais respeitáveis e igualitárias entre os agentes sociais que integram o cotidiano da escola. O silêncio sobre o racismo, o preconceito e a discriminação racial nas diversas instituições educacionais contribui para que as diferenças de fenótipo entre negros e brancos sejam entendidas como desigualdades naturais. Mais do que isso, reproduzem ou constroem os negros como sinônimos de seres inferiores. O silêncio escolar sobre o racismo cotidiano não só impede o florescimento do potencial intelectual de milhares de mentes nas escolas brasileiras, tanto de alunos negros quanto de brancos, como também nos embrutece ao longo de nossas vidas, impedindo-nos de sermos seres realmente livres “para ser o que for e ser tudo” – livres dos preconceitos, dos estereótipos, dos estigmas, entre outros males (Cavalleiro, 2005, p. 11-12).

Essa ausência de uma reflexão sobre as relações raciais no planejamento escolar pode ter consequências negativas para os estudantes, especialmente aqueles que são negros ou pertencem a grupos raciais minoritários, levando a uma desconexão entre o que é ensinado na escola e a realidade vivida. Isso ocorre porque, ao não se abordar a questão da desigualdade racial, não se valoriza a diversidade racial e cultural, assim, é fundamental incluir a reflexão sobre as relações raciais no planejamento escolar, para que os estudantes possam entender e abordar a questão da desigualdade e para que os alunos possam se sentir valorizados e incluídos. As palavras podem ferir, e, para construir um mundo melhor, é importante usar uma linguagem que não machuque as pessoas nem produza discriminações.

Segundo Valente e Dantas (2021), apesar dessa desigualdade racial na sociedade, a discussão sobre racismo causa resistência no Brasil. O papel da educação nesse quadro relaciona-se à escola como um lugar institucional de propagação ou não do racismo. As escolas são instituições de socialização que participam do processo de construção da

identidade individual, a partir da socialização inserida na cultura de uma sociedade. O ambiente escolar não é um espaço para divisão, mas para a compreensão das diversidades.

Os dois autores em um trabalho sobre “As Práticas Docentes e Relações Étnico-Raciais” relatam que:

A dificuldade de reconhecimento de casos de racismo pode ser representada pela fala de três professores que, paradoxalmente, se utilizaram de situações de discriminação racial para justificar a sua ausência. Dito de outro modo, uma situação de discriminação racial foi interpretada como algo pontual ou apenas brincadeiras entre os alunos: “Olha que mesmo aqui, na escola, o racismo aqui da escola que às vezes “o seu preto, o seu cabelo duro, cabelo pixaim” ainda não é uma questão de racismo dentro da nossa escola. Porque aqui, aqui eu chamo até de “brincadeira de mau gosto”, porque depois eles ficam brincando. Eu, no social mesmo, nunca presenciei” (Natália) É ainda mais preocupante quando revelamos o papel de Natália na escola. Enquanto professora mediadora, ela recebe encaminhamentos dos outros docentes, inclusive casos envolvendo a questão racial, segundo a professora de Português: “Porque ali na sala, por exemplo, quando eu vejo as meninas chamando o M. de macaco, eu fui lá falar com a S. (coordenadora pedagógica): “olha está acontecendo bullying lá, eu não estou conseguindo controlar, pelo amor de Deus”. Aí a gente teve a intervenção da Natália, que conversou com eles e eles falaram para ela: “pode ficar tranquila que aqui tudo o que a gente faz é brincadeira” (Sofia) (Valente e Dantas, 2021, p. 08).

Para assumir a defesa dos sujeitos racialmente discriminados, os docentes precisam do apoio de toda a escola, obtendo, assim, motivação e condições para agir contra a discriminação racial no espaço escolar. O racismo não é uma brincadeira e não deve ser tratado como algo sem importância a ser ignorado. Esse ato é uma forma de discriminação e opressão que pode ter consequências graves e duradouras para as pessoas afetadas. A insistência na formação antirracista de professores nesta área, é válida, tendo em vista que é necessário nos educar sobre o racismo e sua história para entender melhor como ele funciona e como podemos combatê-lo.

Muitas das vezes, o professor tenta discutir sobre o racismo em sala de aula, ou em outro espaço escolar, mas:

Não raro, docentes sentem-se impossibilitados de discutir questões como racismo e, no caso da literatura, de debater situações que envolvam personagens negras e enredos sobre a cultura afrodescendente. Com isso, chegamos a outro problema que praticamente estagnou a efetivação plena da 10.639 nas escolas: a falta de formação para os professores (Cardoso, 2022, p. 125).

Na maioria das vezes, os docentes não se sentem preparados para discutir sobre o racismo em sala de aula por questões formativas. Não se deve falar de racismo de forma opcional, apenas porque consta nas diretrizes, mas por ser uma discussão necessária. Acredita-se que muitos professores têm receio de gerar polêmicas, pois é um tema que

ainda não é considerando sensível por parte da sociedade. A insegurança no uso dos termos corretos pode levar à omissão do tema. A falta de material didático que trate de forma contextualizada sobre a temática também geram insegurança aos professores.

A ausência de espaços de escuta entre professores dentro das escolas, faz com que estes guardem suas inseguranças. As rodas de conversas os estimulam a refletirem sobre o racismo. É necessário esse espaço coletivo para que discutam dúvidas, medos e inseguranças. O sentimento de segurança não acontece de forma espontânea, ele precisa ser construído por meio de processos formativos.

Professores se sentem mais seguros quando se investe em formações sobre o racismo, tanto teórica quanto prática. A busca por cursos e oficinas de pesquisadores e educadores negros fortalece a confiança. A segurança aumenta na medida em que os professores compreendem o racismo como estrutural, e que está enraizado nas instituições, nas práticas sociais, na cultura e na própria organização da sociedade.

À medida em que se discorre sobre o assunto e que se debruça sobre as pesquisas e trabalhos já realizados nesta área, tem-se a certeza de estarmos trilhando no caminho certo. Mas por que insistir nesta área? Trazemos aqui os relatos da pesquisa intitulada “Os impactos do racismo na trajetória de estudantes do ensino médio: experiências e percepções de negros e brancos”:

Segue o relato de Luana, 17 anos autodeclarada negra: “Uma vez que eu estava na sala, aí um menino veio e começou a me chamar de macaca, pretinha, cabelo pixaim, essas coisas... Mas macaca ofendeu bastante... Só falei para a minha mãe, minha mãe quis vir na escola, mas eu não deixei” (Panta e Silva, 2024, p. 14).

As autoras relatam que, durante as entrevistas, nas ocasiões em que os estudantes revelavam ter sofrido discriminação racial no âmbito escolar, era questionado se eles haviam relatado o ocorrido a um professor ou membro da direção. Segundo elas, a maioria dos estudantes informaram que preferiam compartilhar a situação com familiares ou amigos:

“Às vezes o professor até escutou, deu uma bronquinha, mas foi só isso” (Laura, 17 anos, autodeclarada negra); “Com os professores não relatei a situação, porque geralmente a gente não é muito ouvido” (João, 17 anos, autodeclarado negro) (Panta e Silva, 2024, p. 14).

Outro aspecto recorrente nos relatos dos jovens negros entrevistados é a discriminação racial praticada em tom de brincadeira, situações como essas requerem a atitude de um professor antirracista em sala aula.

O racismo pode ser considerado brincadeira? Qual deve ser a postura do professor diante de atitudes como essa? É suficiente apenas dar uma “bronquinha” e tudo bem? Como o aluno se sente confiante em partilhar atitudes racistas em sala? Por que Luana, aos 17 anos, quis falar só para a sua mãe e não com o professor? E por que não permitiu que sua mãe fosse à escola? Talvez por que pensasse que ela não seria ouvida. E se fosse, será lhe dariam a devida atenção?

A postura de um professor ou professora diante uma situação de racismo vai muito além de simplesmente não ser racista, exige uma atitude ativa e consciente. Sabemos que isso demanda formação, preparo e compromisso com a justiça social. É necessário que professores antirracistas compreendam que o racismo não é um ato isolado, mas está atrelado ao processo histórico social. Por isso, deve-se insistir na busca pelo conhecimento da população negra, o que requer um empenho com a justiça e a inclusão.

Diante disso, jovens afirmam que preferem compartilhar com familiares e amigos, em vez de recorrer ao professor, diretor ou coordenador. Mas por quê? Será que não enxergam maturidade nos educadores para lidar com a situação? Isso revela a urgência da formação antirracista no âmbito escolar, especialmente voltada aos docentes. Entende-se que, como um fenômeno complexo e intrínseco à estrutura social, o racismo aflige profundamente a vida da população negra nas diversas dimensões da vida em sociedade, notadamente no campo educacional, em diferentes níveis.

Muitos estudantes têm medo de denunciar o racismo sofrido nas escolas, tanto aos professores quanto aos pais, às vezes por medo de serem desacreditados. Em muitas instituições, a falta de apoio e preparo dos professores leva os alunos a um estado de insegurança ao partilhar suas vivências, pois sentem que nada vai mudar, assim, silenciam. Mas, antes que os alunos silenciem, os professores já silenciaram há muito tempo, e os estudantes percebem isso, se fechando ou se isolando, pois veem que não tem apoio.

Assim, esses jovens podem passar a sentir vergonha de sua identidade racial, acreditando que o problema reside neles, e não no racismo. Quando o ato racista se torna naturalizado no cotidiano escolar, muitos acabam por aceitar as ofensas como algo normal. Se o tema não é tratado abertamente, seja no ambiente familiar ou escolar, eles não se sentem seguros para falar sobre. Diante desse cenário, a escola precisa agir de forma antirracista e acolhedora.

O combate ao racismo e a consolidação de uma educação antirracista não interessa somente à população negra mas, principalmente ao ambiente escolar:

Alguns professores, por falta de preparo ou por preconceitos neles introjetados, não sabem lançar mão das situações flagrantes de discriminação no espaço escolar e na sala como momento pedagógico privilegiado para discutir a diversidade e conscientizar seus alunos sobre a importância e a riqueza que ela traz à nossa cultura e à nossa identidade nacional. Na maioria dos casos, praticam a política de avestruz ou sentem pena dos “coitadinhos”, em vez de uma atitude responsável que consistiria, por um lado, em mostrar que a diversidade não constitui um fator de superioridade e inferioridade entre os grupos humanos, mas sim, ao contrário, um fator de complementaridade e de enriquecimento da humanidade em geral; e por outro lado, em ajudar o aluno discriminado para que ele possa assumir com orgulho e dignidade os atributos de sua diferença, sobretudo quando esta foi negativamente introjetada em detrimento de sua própria natureza humana (Munanga, 2005, p. 15).

Com efeito, isso nos leva a pensar em estratégias para a formação dos professores, no sentido de conscientizar seus alunos sobre cultura, identidade nacional, empoderamento e pertencimento. Os professores devem participar de cursos de formação contínua sobre a identidade negra e discriminação racial. É necessário investir em mentorias, com profissionais experientes que possam orientá-los sobre como lidar com a discriminação racial em sala de aula.

Faz-se necessário a autoavaliação e reflexão sobre suas próprias atitudes e práticas em relação à identidade negra e à discriminação racial. Professores não podem perpetuar o racismo, nem fazer piadas racistas ou comentários racistas, acreditando serem inofensivos, pois podem ser extremamente prejudiciais aos estudantes. Portanto, professores antirracistas que ensinam sobre a história e a cultura de grupos raciais e étnicos ajudam a promover a compreensão e o respeito, apoiando os estudantes que enfrentam o racismo, oferecendo-lhes recursos e orientação.

3.3 A função da universidade

Sabe-se que é a universidade que proporciona ao professor sua formação acadêmica, e que juntamente com o Estado, oferece formações de qualidade. Esse é um trabalho contínuo que depende do esforço e do envolvimento de diferentes agentes da universidade e da comunidade. Em cada um desses espaços e em diferentes tempos, é possível construir processos de ensino e aprendizagem mais intensos, complexos e significativos para todos os envolvidos, pautados na mediação, na interação dialógica e na autoridade compartilhada.

Penin (2001), ao falar das primeiras universidades, relata que no Brasil, o ensino superior e os cursos de formação de docentes para o ensino primário antecederam a instalação da universidade, que só ocorreu em 1931. Os primeiros cursos em nível superior surgiram a partir de 1812, após a vinda da família real para o Brasil, começando pela Bahia e o Rio de Janeiro. No Estado de São Paulo, foram criadas escolas superiores profissionais, como as de Direito, Medicina, Engenharia Politécnica e Agricultura.

As diretrizes nacionais para a formação de professores, assim como as normatizações dos conselhos estaduais de educação, apresentam elementos importantes para os estados e suas instituições, sobretudo para que as universidades reflitam e definam suas próprias políticas de formação docente e seus projetos de cursos, no pleno uso de sua autonomia. Dessa forma, a formação do licenciando deve ocorrer ao longo de todo o curso de graduação. É fundamental que a preocupação com a formação docente esteja presente e integrada às disciplinas, às atividades e aos objetivos dos institutos e faculdades, não se restringindo apenas às disciplinas pedagógicas.

A estrutura curricular dos cursos de licenciatura deve ser flexível, de modo a preservar os objetivos e perspectivas gerais da universidade, oferecendo uma pluralidade de caminhos aos licenciandos. Formar professores não se resume apenas em obter um diploma, é um processo de construção de saberes, desenvolvimento de habilidades e amadurecimento, que leva ao aprimoramento. Um bom professor não se forma da noite para o dia; é necessário compreender as dinâmicas de aprendizagem e reconhecer que ensinar é um ato de transformação. Sem investimentos, a formação se torna frágil, sobretudo para aqueles que precisam estar dispostos a aprender continuamente, reinventar-se e enfrentar os desafios com criticidade.

Todos os integrantes da comunidade acadêmica são responsáveis pela formação uns dos outros, desconstruindo assim qualquer tipo de hierarquia, pois entendemos que:

A universidade, assim como a escola, é um espaço que foi institucionalizado para desenvolver um trabalho com os conhecimentos produzidos pela sociedade e pela própria universidade, atendendo aos anseios e visando a promoção da aprendizagem que proporcione melhor uma qualidade de vida para os componentes do grupo social, pelo compartilhamento de significados e conhecimentos construídos socialmente (Haupt, 2014, p. 13).

A função da universidade é priorizar a aprendizagem de qualidade por meio do compartilhamento de conhecimentos. Ora, as faculdades não consistem apenas em salas de aula com tijolos e cimento, mas também representam a imaterialidade da educação.

São locais onde diferentes expressões da cultura, bem como desigualdades, ambições, medos e ideologias, se entrelaçam, favorecendo a comunicação, o interesse mútuo e a valorização da diversidade. Afinal, o conhecimento produzido na universidade deve ser dirigido à sociedade de forma útil e inclusiva. Na Constituição de 1988, esse compromisso foi mais explicitamente definido, ainda que timidamente desenvolvido, principalmente para as comunidades regionais e locais.

Para Machado, Da Silva e Da Silva (2021), a universidade deve propiciar o resgate de uma cultura formativa. Isso significa ir além da simples transmissão de conteúdos técnicos e profissionais, fortalecendo uma formação humana que valorize o conhecimento da cultura e da história afro-brasileira. Esse processo pedagógico é uma das principais motivações para o trabalho de formação, constituindo empoderamento e autonomia para conduzir discussões e construções necessárias.

Isso requer formar o ser em sua totalidade, não apenas como profissional. Resgatar a cultura é valorizar os saberes, o que coloca a universidade como espaço de pensamento crítico. Se uma universidade oferece apenas disciplinas técnicas voltadas para o mercado, pode estar esquecendo sua função mais ampla, que é incluir em seus currículos debates sobre direitos humanos, história e cultura dos povos originários.

Panizzi retoma a natureza da universidade como a instituição do debate e da reflexão:

[...] a universidade precisa assumir que a discussão acadêmica, a pesquisa científica e o acesso ao conhecimento não conhecem fronteiras. Essa perspectiva coloca a universidade diante dos desafios contemporâneos do mundo globalizado. O que está posto para a sociedade, portanto, é o destino do conhecimento como patrimônio social, e da educação como bem público. Esses compromissos devem ser afirmados e reafirmados pela universidade junto à pertinência da educação na relação às demandas sociais. [...] as universidades têm extraordinária importância para nossas sociedades como lugar da diversidade cultural e da pluralidade ideológica, do debate e do diálogo que constroem sujeitos e coletividades, da crítica comprometida com a ética, que busca ser verdadeira e justa (Panizzi, 2002, p. 13).

A discussão acadêmica estimula a coparticipação entre estudantes, professores e pesquisadores, permitindo o compartilhamento de conhecimentos e experiências. Além disso, ajuda os estudantes a desenvolver habilidades de comunicação, permitindo que expressem seus argumentos de forma clara e precisa. Também os prepara para o meio profissional, fornecendo-lhes as competências necessárias para o sucesso em suas carreiras.

Os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) têm um papel fundamental na promoção da discussão acadêmica e da diversidade, atuando como documentos orientadores do ensino e definindo objetivos e estratégias pedagógicas. Dessa forma, reafirmam o compromisso com a inclusão de grupos historicamente marginalizados, como pessoas negras, indígenas e com deficiência. Ao estabelecer as diretrizes curriculares, o PPC deve ser inclusivo e plural, assegurando a presença de conteúdos que dialoguem com raça, etnia, gênero e classe, além de propor práticas pedagógicas que valorizem esses saberes

3.4 O que dizem os PPCs: Ciências Sociais e Pedagogia

O que dizem os PPCs dos cursos de Ciências Sociais e de Pedagogia da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) sobre a formação do professor no que se refere à diversidade e às relações étnico-raciais? Para essa análise, foram examinados o Projeto Pedagógico Curricular do curso de Licenciatura em Pedagogia, do Campus de Tocantinópolis, aprovado pela Resolução Consepe nº 06/2007, e o Projeto Pedagógico do curso de Licenciatura em Ciências Sociais, conforme o documento anexo único à mesma resolução.

De acordo com os PPCs de ambos os cursos, a Fundação Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) foi instituída pela Lei nº 10.032, de 23 de outubro de 2000, como uma entidade pública destinada à promoção do ensino, da pesquisa e da extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa, financeira e patrimonial. Sua criação foi resultado de ampla mobilização de estudantes do ensino superior e médio, bem como da sociedade civil organizada.

O Tocantins se caracteriza por ser um estado multicultural. O caráter heterogêneo de sua população impõe à UFNT o desafio de promover práticas educativas que contribuam para a elevação da qualidade de vida da população. A inserção da UFNT nesse contexto ocorre por meio de seus diversos cursos de graduação, programas de pós-graduação (mestrado e doutorado) e cursos de especialização, integrados a projetos de pesquisa e extensão que, de forma indissociável, propiciam a formação de profissionais e a produção de conhecimentos voltados à transformação e ao desenvolvimento do Estado do Tocantins. O campus oferece os cursos de Ciências Sociais (Licenciatura), Educação do Campo (Licenciatura), Educação Física (Licenciatura), Pedagogia (Licenciatura) e Direito (Bacharelado).

Com base no PPC do curso de Pedagogia (2023), o projeto do curso representa uma reformulação institucional voltada para atender aos interesses da comunidade acadêmica e aos anseios da sociedade local, comprometendo-se com a qualidade, com uma orientação humanística e com a preparação para o exercício pleno da cidadania na formação docente.

O curso visa formar pedagogos aptos à inserção em diversos setores profissionais e à participação ativa no desenvolvimento da sociedade brasileira, promovendo sua formação contínua e incentivando o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional. Busca-se integrar os conhecimentos adquiridos em uma estrutura intelectual que sistematize o saber de cada geração, produzindo e difundindo conhecimentos voltados à formação de cidadãos e profissionais qualificados.

Dessa forma, percebe-se a preocupação em formar docentes capacitados pois:

Implantar um currículo capaz de responder às especificidades que apontamos e, ao mesmo tempo, escapar das armadilhas que nelas se encerram, exigiria que os futuros professores recebessem uma formação que os capacitasse a lidar com as questões educacionais. Só a partir da formação de professores capacitados a criar, levantar possibilidades, inventar novas situações de aprendizagem em sala de aula, frente à especificidade do contexto em que conduz o processo de ensino-aprendizagem, imbuídos do sentido de sua profissão e de sua responsabilidade na sociedade, poder-se-á desenvolver um processo escolar de educação consoante à realidade sociocultural brasileira (Moura, 2005, p. 81).

Para Moura, o currículo precisa corresponder às especificidades, de modo que os professores sejam capazes de lidar com situações desafiadoras em sala de aula, formando educandos atentos à realidade social ao seu redor. Isso significa respeitar e considerar as diferenças sociais, culturais, étnico-raciais, entre outras. Assim, o currículo não pode ser único, homogêneo ou neutro, precisa ser flexível e adaptável às realidades dos estudantes. A universidade, portanto, deve focar na formação de profissionais em diferentes áreas do conhecimento, aptos à inserção no mercado de trabalho, à participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e ao compromisso com sua formação contínua.

Dando visibilidade ao PPC do curso de Pedagogia, o maior desafio na implementação de novos currículos na UFNT está na superação do enfoque disciplinar tradicional, avançando para a concepção de currículos integrados, com eixos transversais e interdisciplinares, em busca da transdisciplinaridade.

Para Góes (2017), é necessário pensar em dois momentos: primeiro, em termos de proposta curricular, na qual a universidade seleciona e organiza as experiências de

aprendizagem; e, segundo, no cumprimento das diversas funções essenciais da formação acadêmica e profissional dos estudantes. O currículo, portanto, não é um simples conjunto de disciplinas, mas um espaço político e formativo, concebido como uma construção social, efetivada por meio de vivências, ações e atividades realizadas pelos educandos no contexto universitário.

A Pedagogia é compreendida como a ciência que estuda a educação, englobando processos, métodos, técnicas e princípios que envolvem o ensino e a aprendizagem. Assim, busca entender como ocorre a transmissão de conhecimentos e habilidades, bem como os aspectos relacionados ao desenvolvimento humano no contexto educacional. Seu objetivo é formar pedagogos capacitados para atuar em diferentes contextos educacionais, da educação infantil aos anos iniciais do ensino fundamental, além de áreas como gestão escolar, orientação educacional e educação especial.

No que se refere às disciplinas voltadas às relações étnico-raciais, o curso de Pedagogia contempla a disciplina “Educação, História e Cultura Africana e Afro-Brasileira”, cuja ementa aborda a história e cultura africana, a análise da diversidade cultural e o processo de construção da identidade negra no Brasil. Seu objetivo é promover a compreensão das relações raciais, dos principais debates e dos conceitos fundamentais, como raça, etnia, cultura, racismo, discriminação, preconceito, estereótipos, desigualdade, diversidade e diferença, além de fomentar o estudo da diversidade étnico-racial no espaço escolar e a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a garantia dos direitos humanos.

De acordo com as análises realizadas, a bibliografia básica da disciplina contempla autores como: GOMES, N. L.; SILVA, P. B. G. (Orgs.). *Experiências étnico-culturais para a formação de professores*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002; CAVALLEIRO, E. (Org.). *Racismo e antirracismo na educação: repensando nossa escola*. 5. ed. São Paulo: Selo Negro, 2001; e MUNANGA, K. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008 (PPC, 2018).

Já na bibliografia complementar, estão incluídos autores como: FONSECA, Maria Nazareth Soares (Org.). *Brasil afro-brasileiro*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006; FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de classes*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2008 (2 volumes); BRASIL. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação das*

relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília: MEC/SEPPPIR, 2004; MOURA, C. História do negro brasileiro. 2ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1992; e MUNANGA, K. Negritude: usos e sentidos. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012 (PPC, 2018).

Dentre os autores que mais dialogam com uma educação antirracista, destacam-se: Nilma Lino Gomes, Eliane Cavalleiro e Kabengele Munanga. Gomes é uma das maiores referências brasileiras no debate sobre educação, identidade negra e relações étnico-raciais. Defende que a escola deve ser um espaço de reconhecimento e valorização da diversidade cultural, e que a educação antirracista vai além da simples inclusão de conteúdos sobre a cultura negra — ela deve transformar práticas pedagógicas e curriculares, dando visibilidade ao protagonismo negro na história e na sociedade.

Cavalleiro, também pesquisadora de destaque na área, afirma que a educação antirracista exige formação docente contínua, para que professoras e professores saibam identificar, enfrentar e desconstruir o racismo no ambiente escolar. Munanga, por sua vez, trabalha com a ideia de que o racismo brasileiro é estrutural e disfarçado pela ideologia da “democracia racial”, o que impede a sociedade de reconhecer as desigualdades. Para ele, uma educação antirracista deve romper com esse mito, evidenciando as desigualdades históricas e sociais vividas pela população negra. Defende ainda a descolonização do currículo escolar, com a valorização das epistemologias africanas e afro-brasileiras, ressaltando que a luta antirracista não é apenas dos negros, mas de toda a sociedade.

Percebe-se que os autores e textos presentes na disciplina contemplam a Lei nº 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileiras e africanas nas escolas públicas e privadas de ensino fundamental e médio; o Parecer CNE/CP 03/2004, que aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais; e a Resolução CNE/CP 01/2004, que detalha os direitos e deveres dos entes federados na implementação da referida Lei. Esses dispositivos legais são considerados indutores de uma política educacional voltada à afirmação da diversidade cultural e à concretização de uma educação das relações étnico-raciais nas instituições de ensino.

No que se refere ao curso de Ciências Sociais, oferecido na modalidade licenciatura, ele é voltado à formação de profissionais aptos a atuar como sociólogos, desenvolvendo e utilizando diversas técnicas e métodos de pesquisa para o estudo dos

costumes humanos, analisando problemáticas sociais, políticas e culturais. O curso é dividido em três áreas principais: antropologia, ciência política e sociologia, exigindo uma alta carga de leitura e acompanhamento das questões culturais, políticas, econômicas e sociais.

O PPC (2016) orienta-se pelas novas Diretrizes Curriculares (Parecer CNE/CES 492/01), buscando articular a formação docente com a pesquisa, promovendo o perfil do professor-pesquisador, com ênfase tanto em disciplinas de investigação quanto em práticas pedagógicas. Observa-se que, em comparação ao curso de Pedagogia, o curso de Ciências Sociais oferece um número maior de disciplinas voltadas às relações étnico-raciais.

Entre elas, destaca-se a disciplina “Estudos sobre África e Brasil-África”, cuja ementa aborda o conhecimento historiográfico do continente africano, a diáspora africana e as contribuições da história e cultura africanas no Brasil. O objetivo é discutir as matrizes historiográficas para a produção de uma história sobre o continente africano, ou sobre as possíveis “Áfricas”, abordando a chegada dos africanos ao Brasil e suas contribuições históricas.

A bibliografia básica inclui: UNESCO; MEC; UFSCAR. Coleção História Geral da África. Brasília: UNESCO, 2010; MUNANGA, K. Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações. São Paulo: Global, 2009 e PENHA, Eli Alves. Relações Brasil-África e a geopolítica do Atlântico Sul. Salvador: EDUFBA, 2011.

Complementam essa bibliografia: ANDREWS, George Reid. América Afro-latina, 1800–2000. São Carlos: EdUFSCar, 2007; FONSECA, Maria N. Soares (Org.). Brasil afro-brasileiro. Belo Horizonte: Autêntica, 2000; KI-ZERBO, Joseph. História da África Negra, Vol. 1. Portugal: Publicações Europa-América, 1972; MUNANGA, K. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008 e MOURA, C. História do negro brasileiro. 2ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1992 (PPC, 2016).

Sobre a importância dessas referências para uma educação antirracista, destaca-se a Coleção História Geral da África (UNESCO, MEC, UFSCAR, 2010), que resgata a história africana sob o olhar de pesquisadores africanos. A obra aborda desde a pré-história até a contemporaneidade, evidenciando a riqueza cultural, científica e política dos povos africanos. No contexto brasileiro, é essencial para a aplicação da Lei 10.639/03,

funcionando como instrumento pedagógico para romper com estereótipos e silenciamentos sobre a África, valorizando suas civilizações e contribuições para a humanidade. Carlos Moura, por sua vez, é considerado um dos pioneiros no estudo do racismo estrutural e das relações raciais no Brasil. Sua obra enfatiza o racismo como fenômeno histórico e social, dialogando diretamente com os princípios de uma educação antirracista.

Outra disciplina relevante é “Relações Raciais no Brasil”, cuja ementa aborda a categoria “raça” nas ciências, a questão racial como objeto de reflexão sociológica, o pensamento social brasileiro, interseccionalidades e a reflexão sobre a “diferença”. Seu objetivo é apresentar o debate sobre o conceito de raça nas ciências, apontando para sua construção sócio-histórica e suas interpretações sociológicas contemporâneas, além de discutir a interface entre raça, classe, gênero e sexualidade.

A bibliografia básica inclui: FANON, Frantz. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008; MUNANGA, K. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008 e TELLES, Edward. *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Fundação Ford, 2003.

Bibliografia complementar: BRAH, Avtar. “Diferença, Diversidade, Diferenciação.” In: *Cadernos Pagu* (26), jan./jun. 2006; DIWAN, Pietra. *Raça Pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo*. São Paulo: Contexto, 2007; FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 1992; FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Globo Editora, 1965 e HALL, Stuart. *Da diáspora: identidade e mediações culturais*. Tradução: Adelaine La Guardia Resende et al. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006 (PPC, 2016).

Nas disciplinas mencionadas anteriormente, todas abordam, de alguma forma, as relações étnico-raciais. No entanto, algumas se aprofundam mais especificamente na discussão sobre a educação antirracista. Entre os autores que se destacam nesse campo, podemos citar Edward Telles e Florestan Fernandes. Telles, sociólogo que estudou profundamente a questão racial no Brasil, apresenta uma análise comparativa sobre raça, desigualdade e mobilidade social, evidenciando como o racismo brasileiro se diferencia do modelo norte-americano. Ele aponta que o mito da Democracia Racial mascara desigualdades profundas na educação, no trabalho e na renda. Já Florestan Fernandes, sob uma perspectiva antirracista, foi pioneiro ao demonstrar que a abolição da escravatura

não significou a inclusão real dos negros na sociedade brasileira. Ele denunciou que o racismo permaneceu como um mecanismo estrutural de exclusão. Essa análise é essencial para a educação antirracista, pois fundamenta a defesa de ações afirmativas, políticas públicas e de um currículo crítico que promova condições de igualdade para a população negra.

Uma disciplina que, embora não seja específica sobre as relações étnico-raciais, mas também contempla essa temática é a “Formação Histórica da Sociedade Brasileira”. Sua ementa aborda a herança ibérica e o americanismo, a questão do patriarcado rural no Brasil, interpretações sobre a escravidão, representações sobre o Brasil e os brasileiros, além das influências econômicas e culturais na formação da sociedade. O objetivo é discutir e localizar alguns dos principais debates e (re)interpretações sobre a sociedade brasileira.

A bibliografia básica da disciplina inclui autores como: FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala. Rio de Janeiro: Global, 2005; HOLLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1996; VIANNA, Oliveira. Populações Meridionais do Brasil. Niterói/Belo Horizonte: Itatiaia, 1987. E a complementar: FERNANDES, Florestan. Mudanças Sociais no Brasil: aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira. 3ª ed. São Paulo: Difel, 1979. (Série Corpo e alma do Brasil; 3); FREYRE, Gilberto. Sobrados e Mucambos. Rio de Janeiro: Global, 2005; PRADO, Paulo. Retrato do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1962; SCEVENKO, N. Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república. São Paulo: Brasiliense, 1995 e NABUCO, Joaquim. Minha Formação. São Paulo: Ed. 34, 2012.

Pela análise dos dois PPCs, observa-se que, no curso de Pedagogia, há a disciplina “Educação, História e Cultura Africana e Afro-Brasileira”, que discute o racismo e traz autores que dialogam diretamente com uma educação antirracista. Já no curso de Ciências Sociais, três disciplinas abordam a temática: “Estudos sobre África e Brasil-África”, “Relações Raciais no Brasil” e “Formação Histórica da Sociedade Brasileira”, todas com bibliografias que contemplam autores e debates relevantes para a compreensão das relações étnico-raciais.

Ambos os cursos possuem objetivos distintos. O curso de Pedagogia visa formar profissionais capazes de atuar na educação básica e em diferentes contextos educativos,

com domínio de teorias pedagógicas, planejamento de ensino e gestão escolar. Dessa forma, prepara o educador para ensinar e transformar a realidade educacional no cotidiano escolar. Por sua vez, o curso de Ciências Sociais tem como objetivo formar profissionais com capacidade de analisar criticamente a sociedade, suas estruturas, relações e dinâmicas sociais. Desenvolve habilidades de pesquisa, interpretação de dados e análise de fenômenos sociais, com foco na compreensão das desigualdades, das relações de poder e da diversidade cultural e racial. Nesse sentido, busca promover a consciência crítica e preparar o estudante para intervir em políticas públicas e movimentos sociais, atuando na transformação social.

Ambos os cursos contribuem para a formação de cidadãos conscientes, porém com papéis distintos: o curso de Pedagogia está mais voltado à prática educativa e à transformação do cotidiano escolar, enquanto o de Ciências Sociais tem uma abordagem mais analítica e voltada à compreensão e intervenção nas estruturas sociais.

A importância de disciplinas afro-brasileiras nos currículos é fundamental para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária.

Num país em que estudantes descendentes de africanos, asiáticos, europeus e indígenas foram igualmente privados do conhecimento sobre as sociedades africanas e as culturas afro-brasileiras, a existência destas disciplinas nos cursos superiores cumpre uma função pública. Além da formação profissional, que está no cerne dos objetivos dos cursos, elas permitem aos estudantes melhor conceber o próprio conhecimento, suas vinculações políticas, amplitude, diversidade e potenciais para autorreconhecimento e exercício pleno da cidadania. Os caminhos são tortuosos, às vezes marcados por “momentos dolorosos”, com asseverado por um/a estudante, mas necessários à construção de um país mais justo, que ofereça oportunidades iguais a pessoas diferentes, que aceite e valorize as diferenças raciais e culturais que o caracterizam. Nestes professores em formação reside a esperança por um ensino antirracista na educação básica (Mota, 2021, p. 47).

Com relação aos cursos mencionados, as disciplinas afro-brasileiras permitem que os alunos compreendam a contribuição significativa dos afro-brasileiros na formação da sociedade brasileira. Além disso, ajudam os estudantes a desenvolver habilidades críticas para analisar a sociedade e entender como as estruturas de poder e privilégio afetam a vida das pessoas. Têm como objetivo formar cidadãos conscientes e ativos, preparados para lutar pela justiça social e pelos direitos humanos. Estar atuante em sala de aula no nível superior é observar todos esses fatores. Com base nisso, assim afirma Mota:

Enquanto professor em Universidade, observava que durante as aulas de História e Cultura Afro-brasileira tornavam-se espaços para extravasar sentimentos acumulados ao longo da trajetória escolar, particularmente acadêmica. No debate de textos que apontavam o racismo nas relações sociais,

suas articulações com as esferas de poder e sua reprodução em contextos universitários, vários estudantes sentiram a necessidade de compartilhar experiências com racismo que tinham vivenciado em disciplinas ou espaços sociais dentro da universidade (Mota, 2021 p. 45).

Muitas vezes, os alunos apenas desejam um espaço para desabafar e alguém em quem confiar. Compartilhar situações de racismo em sala de aula pode ser uma experiência desafiadora, pois envolve fatores emocionais como medo, insegurança, vergonha e dor. Quando há acolhimento, os alunos se sentem à vontade para falar, e as aulas voltadas às disciplinas de relações étnico-raciais proporcionam a reflexão coletiva.

Mota (2021) entende que, para os alunos negros, esse é um momento de liberação de sentimentos reprimidos pelo próprio sistema de ensino. Já para os alunos brancos, a situação é diferente, mas também impactante, pois ficam chocados com os relatos trazidos por colegas negros. Nesse momento, percebem que tais situações ocorreram tão próximas a eles, muitas vezes em sua presença, sem que se dessem conta. Mas por que não percebiam? Justamente porque o racismo se manifesta de forma sutil no cotidiano, e não estavam conscientes do privilégio de serem brancos no Brasil.

É necessário que a disciplina de Educação Afro-brasileira esteja presente nas universidades, para que todos estejam cientes desses fatores que ocorrem tão próximos a nós. Pois:

Educar para a diversidade das relações étnico-raciais no âmbito das unidades de ensino implica instituir no currículo das redes e sistemas de ensino, temáticas e situações de aprendizagens, teoricamente fundadas na história e cultura dos afro-brasileiros na diáspora. Assim, deve-se buscar por meio dos órgãos centralizadores da educação, a realização de formação inicial de professores relacionadas com a educação para as relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, oferecer infraestrutura e material didático-pedagógicos que impliquem na gestão, manejo e práticas inovadoras do currículo, que reproduza amplamente a totalidade das ações do trabalho educativo na unidade (Góes, 2017, p. 91).

Educar para a diversidade torna-se uma responsabilidade da universidade, e significa oferecer uma formação acadêmica que reconheça e valorize a história e a cultura negra. Isso implica não apenas o currículo, mas também as práticas pedagógicas que garantam o respeito às diferenças. Formar professores e professoras com essa consciência social, sensível e flexível é visto como um desafio, mas é a forma de garantir que a universidade não seja um espaço excludente.

Para Carvalho (2021), a inclusão da história e cultura africana e afro-brasileira nos currículos escolares e nas universidades brasileiras está diretamente relacionada à democracia, pois significa garantir a pluralidade cultural. Incluir a cultura africana é

romper com séculos de exclusão e dar espaço aos saberes, valores e tradições. Vemos essa inclusão como uma reparação histórica, que fortalece a democracia ao buscar justiça e equidade entre grupos marginalizados. Isso permite que as vozes negras tenham espaço em todas as esferas sociais, pois é necessário compreender que não há democracia sem justiça social e combate ao racismo.

Vivemos em um país que por lei é democrático. Falar sobre as leis raciais é discutir os avanços no enfrentamento do racismo e as dificuldades de efetivação na prática.

“Há também as instituições nas quais a lei é parcialmente cumprida, ou seja, que apresentam baixos níveis de enraizamento e continuidade, pouca adesão por parte dos profissionais e baixo investimento em formação continuada na temática étnico-racial” (Panta, 2024, p. 12).

Apesar das leis existirem, o cumprimento ainda é precário, lento e desigual. Quando não ignoradas pelas instituições, a promulgação da Lei é um passo importante rumo à democracia racial. Mas, sem vontade política, fiscalização e mobilização, correm o risco de ficar apenas no papel.

Diante dos aspectos observados, entende-se que o estabelecimento de uma educação antirracista deve envolver toda a sociedade, não apenas a população negra. Uma profunda reflexão sobre a educação para as relações étnico-raciais leva à conclusão de que o tema é urgente, não apenas para o público escolar negro. A universidade, por meio de currículos inclusivos, também é responsável por essa transformação. Reforçar esses mecanismos é fundamental para estudantes brancos e negros, para que sejam capazes de reconhecer a diversidade de matrizes que compõem a cultura nacional.

Esses elementos nos levam a compreender culturas que, por vezes, desconhecemos, e a reconhecer a necessidade de mobilização pela igualdade de direitos, entendendo-a como um benefício para todos. As pesquisas e trabalhos desenvolvidos sobre a formação docente buscam compreender como professores e professoras são preparados para lidar com as desigualdades raciais dentro do ambiente escolar. Investigam tanto os currículos dos cursos de licenciatura quanto as práticas pedagógicas.

Dessa forma, no próximo capítulo, será analisada a percepção dos estudantes que estão se preparando para enfrentar os desafios e construir uma educação antirracista. A pesquisa é fundamental para transformar o currículo escolar e refletir sobre a sociedade.

4 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA COM JOVENS UNIVERSITÁRIOS ACERCA DO RACISMO E A FORMAÇÃO DOCENTE

Neste capítulo, apresentamos a análise dos dados provenientes da pesquisa realizada com futuros professores dos cursos de Ciências Sociais e Pedagogia, no campus de Tocantinópolis da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). O objetivo foi compreender de que forma as questões raciais são tratadas na formação acadêmica e na prática docente. A pesquisa buscou levantar percepções, atitudes e estratégias adotadas pelos jovens universitários diante das situações de racismo presentes na sociedade, no ambiente universitário e na escola, visando às futuras práticas de ensino.

A interpretação dos dados foi realizada com base na metodologia de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016). Esse método permitiu organizar, categorizar e interpretar as informações, evidenciando regularidades e contradições. Os resultados são apresentados por meio de gráficos e trechos descritivos, seguidos de reflexões que evidenciam os avanços e os desafios na abordagem do racismo dentro da formação dos dois cursos, destacando o papel crítico dos cursos formativos frente às desigualdades raciais. Para isso, foi necessário flexibilidade na análise do conteúdo e rigor metodológico, garantindo a validade e a confiabilidade dos resultados.

A pesquisa contou com 20 participantes, com idades entre 17 e 30 anos: 10 do curso de Ciências Sociais (sendo 3 pessoas brancas e 7 negras) e 10 do curso de Pedagogia (sendo 4 pessoas brancas e 6 negras). Buscou-se evidenciar o que os entrevistados, enquanto futuros professores, pensam acerca do racismo.¹⁰

Levando em conta o que foi observado no primeiro capítulo sobre a existência do racismo no Brasil, constatamos que essa prática persiste, segrega e mata. No contexto atual, diante da pergunta “Você é racista?”, dificilmente alguém responderia afirmativamente. O racismo está nas atitudes, nos olhares, nas negações, nas expressões faciais e nas mídias sociais. “Não, não sou racista” é uma resposta direta e assertiva, indicando que a pessoa não se reconhece como preconceituosa. No entanto, essa pergunta é pertinente em contextos educativos e de pesquisa, pois poucos reconhecem o racismo como estrutural e presente no cotidiano. Mostrar a necessidade urgente de uma educação

¹⁰ Parecer do Comitê de ética, número do processo: 7. 148. 973

antirracista nas formações escolares e universitárias é o objetivo de pesquisadores e pesquisadoras que se dedicam à temática.

Por que incluir pessoas brancas na pesquisa? Por que não pesquisar apenas estudantes negros? Ressaltamos que todos têm lugar de fala e, portanto, devem ser ouvidos acerca de suas percepções. Durante a análise dos questionários, foi possível observar diferenças e semelhanças entre as respostas de pessoas negras e brancas. Como afirma DiAngelo:

“Quando falo com pessoas brancas sobre racismo, as respostas delas são tão previsíveis que, às vezes me sinto como se todos estivéssemos encenando falas de um roteiro compartilhado. E, em certa medida estamos porque somos atores em uma cultura comum” (DiAngelo, 2020, p. 31).

Há uma inquietação legítima em saber o que futuros professores brancos pensam sobre o racismo em sala de aula. Suas opiniões podem variar conforme suas experiências e perspectivas. Alguns reconhecem a importância de abordar o racismo e suas implicações na educação, enquanto outros ainda não refletiram sobre o assunto ou possuem visões conflitantes.

Segundo Ribeiro (2004), ex-ministra-chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial entre (2003 e 2008)¹¹, a educação das relações étnico-raciais impõe aprendizagens entre brancos e negros, proporcionando trocas de conhecimentos, quebras de desconfianças e uma sociedade justa e igualitária. Combater o racismo, trabalhar pelo fim da desigualdade social e racial, empreender reeducação das relações étnico-raciais, não são tarefas exclusivas da escola. As formas de discriminação de qualquer natureza não têm o seu nascedouro na escola, porém o racismo, as desigualdades e as discriminações ocorrentes na sociedade, perpassam pela universidade, sendo esta, um campo formador de professores.

Para Ribeiro, as instituições de ensino devem promover espaços democráticos de produção e divulgação de conhecimentos. A escola tem o papel preponderante na eliminação das discriminações e na emancipação dos grupos discriminados. Ao proporcionar acesso aos conhecimentos científicos e aos registros culturais diferenciados, avançamos na conquista da racionalidade que rege as relações sociais e raciais, e nos

¹¹ <https://www.iea.usp.br/pessoas/pasta-pessoam/matilde-ribeiro> acesso em 15 de junho / 2025.

conhecimentos indispensáveis à consolidação das nações como espaços democráticos e igualitários.

Diante do tema desta pesquisa, devemos pensar sobre as atribuições do professor em sala de aula frente às situações de racismo. Qual seria seu papel efetivo?

Eu acredito que o principal papel do professor é mediar situações. Eu não posso impor, eu nem posso dizer você tem que gostar de negro, nem posso dar subsídios pra que o aluno cresça dentro de si este preconceito. Não, eu tenho que mediar, mostrar o valor que cada um de nós temos. Independentemente de cor somos seres humanos, necessitamos ser respeitados (De Almeida, 2020, p. 16).

Enquanto professores, não podemos nos limitar à ideia de que nossa função é apenas ministrar conteúdo. Como docentes, somos autoridade em sala de aula e temos a responsabilidade de mediar conflitos e tensões, proporcionando um ambiente propício à aprendizagem.

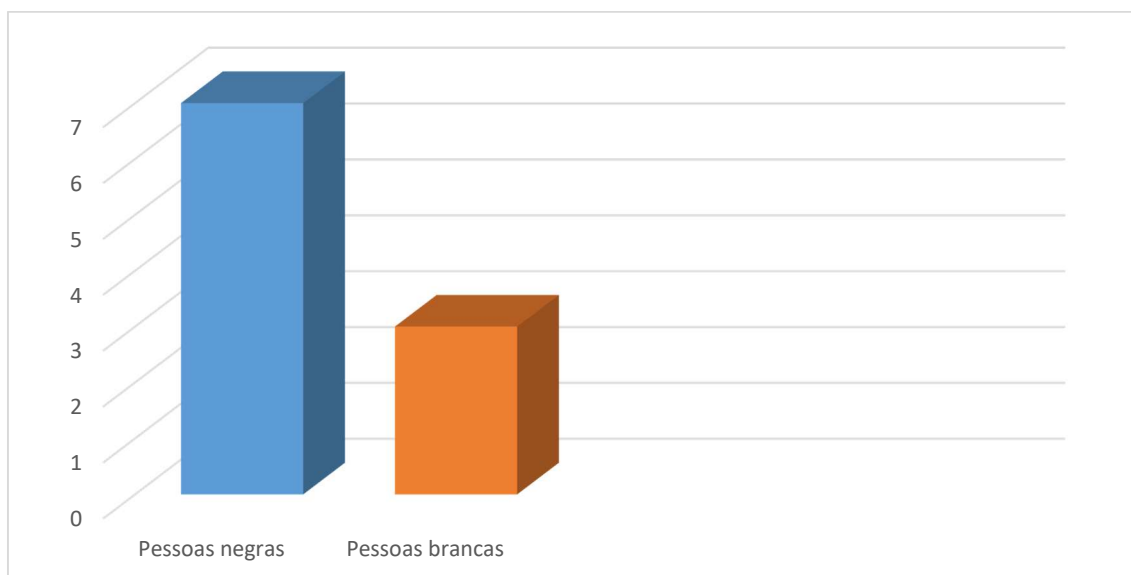
Furtado e Meinerz (2020), em seus estudos sobre “Formação continuada de professores e educação antirracista”, afirmam que, no contexto da sociedade brasileira, onde o racismo opera cotidianamente nas estruturas pessoais e institucionais, a escola tende a reproduzir atitudes de preconceito e discriminação racial. Salientam que a solidão da ação docente antirracista no ambiente escolar é um obstáculo a ser vencido na implementação efetiva do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira.

Além disso, destacam que, desde a obrigatoriedade estabelecida pelo artigo 26, a da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, criada pela Lei 10.639/03, os docentes devem comprometer-se com o ensino da disciplina de educação afro-brasileira de matrizes africanas. É necessário colocar essa legislação em prática. No entanto, poucos se preocupam com a construção de um ambiente racialmente acolhedor em sala de aula, onde estudantes negros possam sentir-se respeitados por todos. É fundamental que os professores sejam capazes de se colocar no lugar de quem aprende. Essa aprendizagem deve estar conectada ao compromisso com o enfrentamento dos próprios preconceitos e atos de discriminação. Isso requer uma educação antirracista.

Com base nos dados coletados, buscou-se compreender as dinâmicas que envolvem a educação antirracista e a importância do tema em sala de aula. As cores e estruturas dos gráficos não alteram os dados da pesquisa, mas evidenciam diferenças visuais entre os grupos. Os gráficos estão organizados da seguinte forma: Gráfico 4.1 –

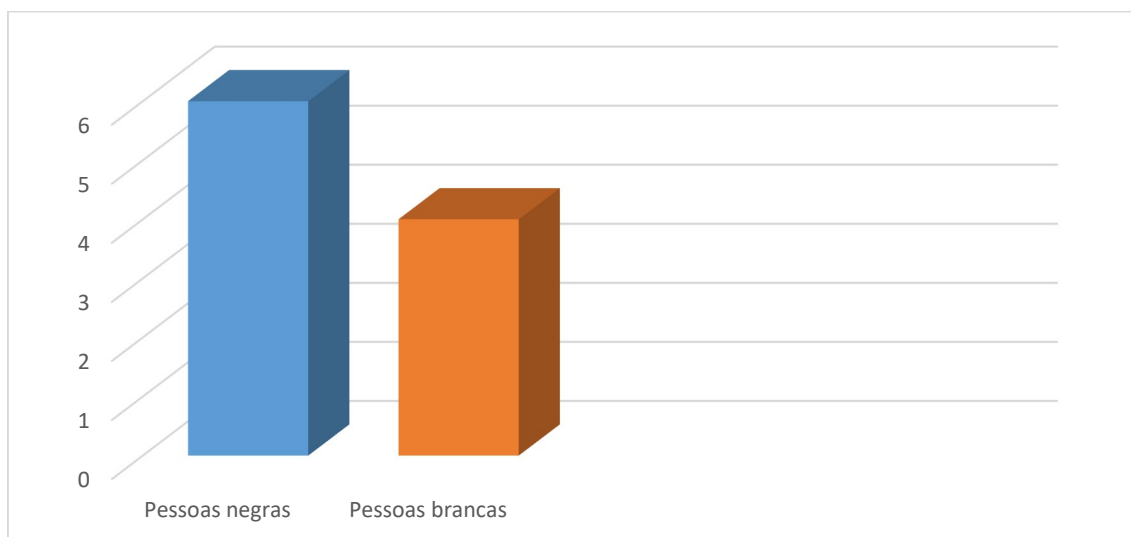
Curso de Ciências Sociais e Gráfico 4.2 – Curso de Pedagogia. Em sequência, os resultados serão apresentados conforme as seções temáticas.

Gráfico 4.1 Curso de Ciências Sociais - Distribuição por cor.



Fonte: Silva, Maria Lucia (2023)

Gráfico 4.2 Curso de Pedagogia - Distribuição por cor.



Fonte: Silva, Maria Lucia (2023)

Com relação à distribuição por cor ou etnia, é importante enfatizar que não houve entrevistados indígenas ou quilombolas, embora essas opções estivessem disponíveis no questionário. A ausência desses grupos não invalida a pesquisa, mas evidencia a necessidade de ampliar o alcance e a representatividade em futuras investigações. A autoidentificação racial possui grande relevância e deve ser respeitada, mesmo que não

corresponda às expectativas ou percepções dos outros. Trata-se de um processo de empoderamento, que permite às pessoas se conectarem com sua herança e cultura. Além disso, é fundamental para a construção de políticas e programas que atendam às necessidades específicas de diferentes grupos raciais e étnicos.

No caso das pessoas que se autodeclararam negras, esse ato vai além da simples definição pessoal, é um gesto político e de resistência frente a uma estrutura social que historicamente desvalorizou e marginalizou corpos e identidades negras. Em um país marcado pelo racismo estrutural, como definem Almeida (2019) e Nascimento (1982), assumir a identidade negra é afirmar o sentimento de pertencimento, reivindicar reconhecimento e resistir à lógica de embranquecimento que permeia as relações sociais e institucionais.

Gonzalez (1984) argumenta que o racismo no Brasil atua de maneira velada e cotidiana, produzindo subjetividades negras marcadas pela exclusão e pelo silenciamento. Nesse sentido, a autodeclaração como negro é também uma resposta ao racismo enraizado socialmente, uma recusa à alienação cultural e uma afirmação de identidade coletiva.

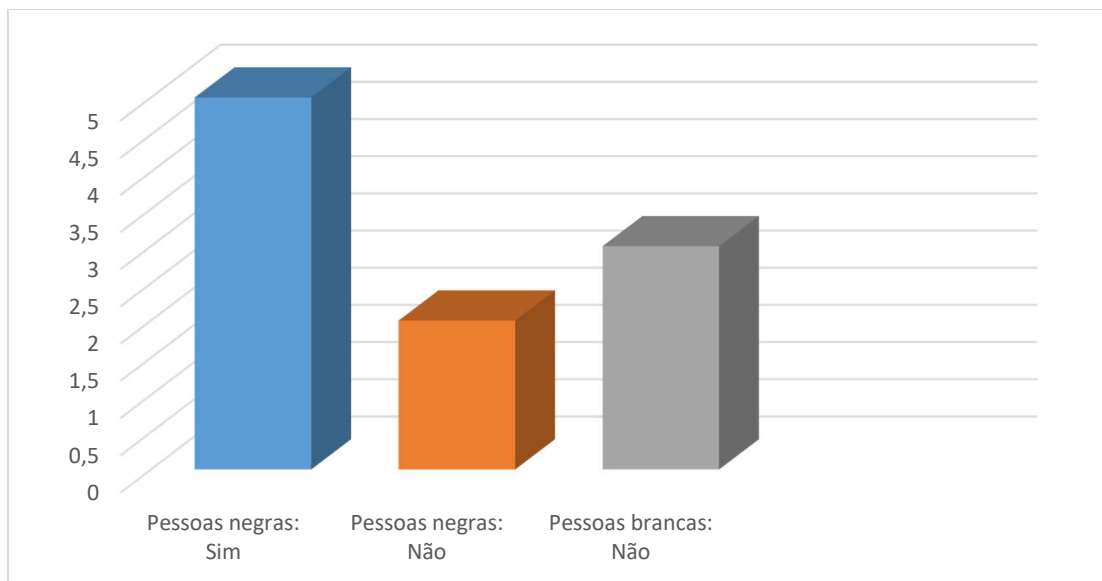
Como aponta Gomes (2017), o reconhecimento da identidade negra é fundamental para o fortalecimento das políticas de ações afirmativas e para a construção de uma educação antirracista, plural e inclusiva. Ao se autodeclarar negro, o sujeito não apenas afirma a sua identidade, mas também sua conscientização e resistência. Isso vai além da cor da pele; reconhecer-se negro no Brasil é um ato de coragem, empoderamento e transformação.

Sobre o empoderamento, Borges e Maschietto (2014) entendem que se trata de um processo de autoconhecimento e autoconfiança. As pessoas passam a ter orgulho de si mesmas, de suas origens e das características que as compõem. A importância do empoderamento está em trazer às pessoas a consciência de quem são, o pertencimento, dentro de um contexto histórico e cultural. Esse processo dá força para que se mobilizem e partam para a ação, promovendo mudanças que beneficiem grupos minorizados e excluídos.

O empoderamento é contínuo, envolvendo autorreflexão, aprendizado e ação. Visa à superação das barreiras impostas pelo racismo e pela discriminação sistêmica, incluindo a valorização da cultura e da história negra, a promoção de lideranças negras e

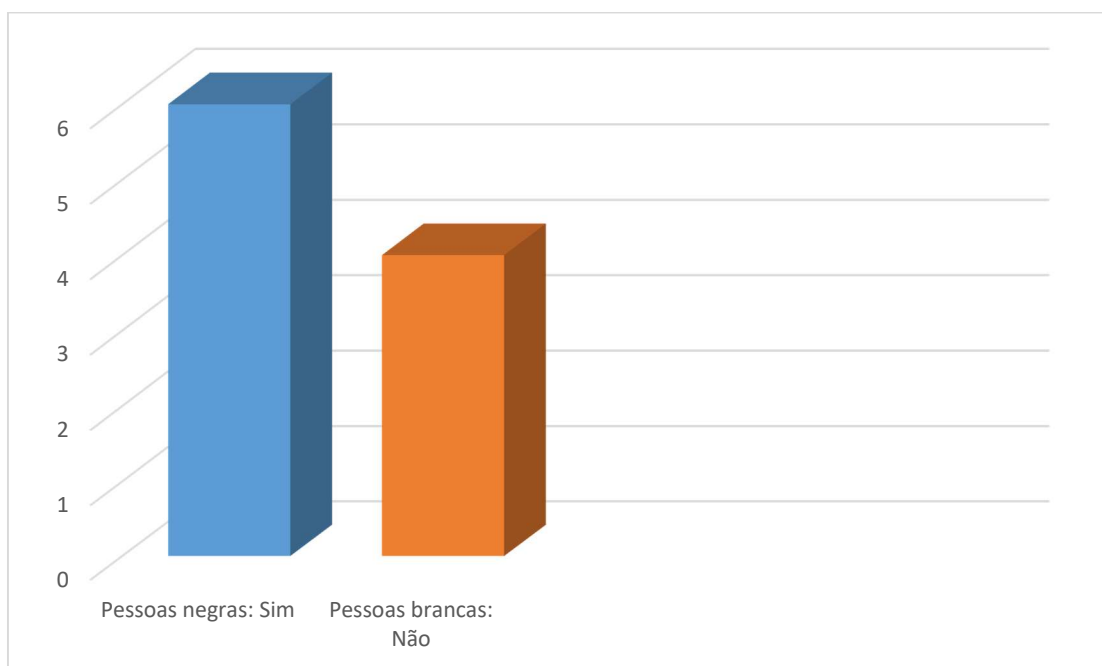
a criação de oportunidades igualitárias. Em análise à pergunta se já sofreu racismo, temos as seguintes respostas:

Gráfico 4.1.2 Curso de Ciências Sociais - Já sofreu racismo?



Fonte: Silva, Maria Lucia (2023)

Gráfico 4.2. 2 Curso de Pedagogia - Já sofreu racismo?



Fonte: Silva, Maria Lucia (2023)

É notória a diferença entre as respostas dos participantes, tanto em relação ao curso quanto à cor da pele. No curso de Pedagogia, todos os estudantes que se autodeclararam negros relataram ter sofrido racismo. Já no curso de Ciências Sociais, apenas cinco estudantes negros afirmaram ter vivenciado atos racistas.

Sofrer racismo, ser alvo de preconceito, discriminação ou violência por causa da cor da pele, é uma experiência que atinge profundamente a dignidade do ser, afetando sua autoestima, seu senso de pertencimento e sua segurança. A pessoa que sofre um ato racista é marcada por humilhação, exclusão e desumanização. Estar em uma sociedade racista é viver sob um sistema de opressão que desvaloriza a identidade, a cultura e a existência, apenas por causa da cor da pele ou da origem étnica.

Esses estudantes são futuros professores, que em breve estarão em sala de aula. Diante disso, emergem questionamentos importantes: qual será a postura, em sua prática pedagógica, de um docente que vivenciou situações de racismo em comparação àquele que não passou por essas experiências? De que maneira ambos mediarão conflitos raciais no ambiente escolar? É possível que esses profissionais estejam, em alguma medida, feridos ou marcados por vivências ainda não resolvidas? E como essas marcas poderão se refletir em sua atuação docente? De forma positiva, contribuindo para uma prática mais sensível e crítica, ou de maneira negativa, reproduzindo tensões não superadas?

Entende-se que esses agentes têm potencial para desenvolver estratégias eficazes de mediação em situações racistas, como criar um ambiente seguro, pautado no respeito e na escuta, onde os alunos se sintam confortáveis para discutir questões raciais. Espera-se que intervenham imediatamente diante de situações de racismo, evitando sua intensificação, ouvindo as perspectivas dos estudantes e validando seus sentimentos e preocupações.

Cabe também ao professor proporcionar reflexões críticas sobre as questões raciais, encorajando os alunos a pensar sobre as implicações de suas ações e a desenvolver habilidades de comunicação eficazes para lidar com conflitos. Mais do que um sentimento individual, o racismo é um sistema que fere, limita e mata. Por isso, ações de combate a esse ato devem ser coletivas, profundas e contínuas. O racismo não se resume a atitudes isoladas, mas a uma estrutura histórica que precisa ser enfrentada com políticas públicas efetivas, que não fiquem apenas no papel.

A autoestima tem papel fundamental em situações de discriminação racial, sendo uma ferramenta que envolve a percepção que a pessoa tem de si mesma e de seu valor. Nesse contexto, a identidade racial é crucial; trata-se da compreensão e do orgulho das características negras, da história, da cultura e da raça. Para a população negra, esses elementos foram frequentemente minados por séculos de opressão, estereótipos negativos e exclusão social. A reconstrução da autoestima e da identidade racial é essencial para enfrentar o racismo.

Vemos o quanto o racismo impera na sociedade brasileira:

Portanto, nunca entre numa discussão sobre racismo dizendo “mas eu não sou racista”. O que está em questão não é um posicionamento moral, individual, mas um problema estrutural. A questão é: o que você está fazendo ativamente para combater o racismo? Mesmo que uma pessoa pudesse se afirmar como não racista (o que é difícil, ou mesmo impossível, já que se trata de uma estrutura social enraizada), isso não seria suficiente, a inação contribui para perpetuar a opressão (Ribeiro, 2019, p. 10).

O enfrentamento do racismo exige ações concretas. Pesquisas nessa área são fundamentais, pois oferecem resultados positivos ao revelar, de forma compreensível e fundamentada, tanto quantitativa quanto qualitativamente, a realidade que nos cerca. O combate ao racismo também passa pela escuta ativa das experiências de pessoas negras, implica reconhecer, legitimar e acolher os relatos de discriminação, sem reduzi-los ou silenciá-los.

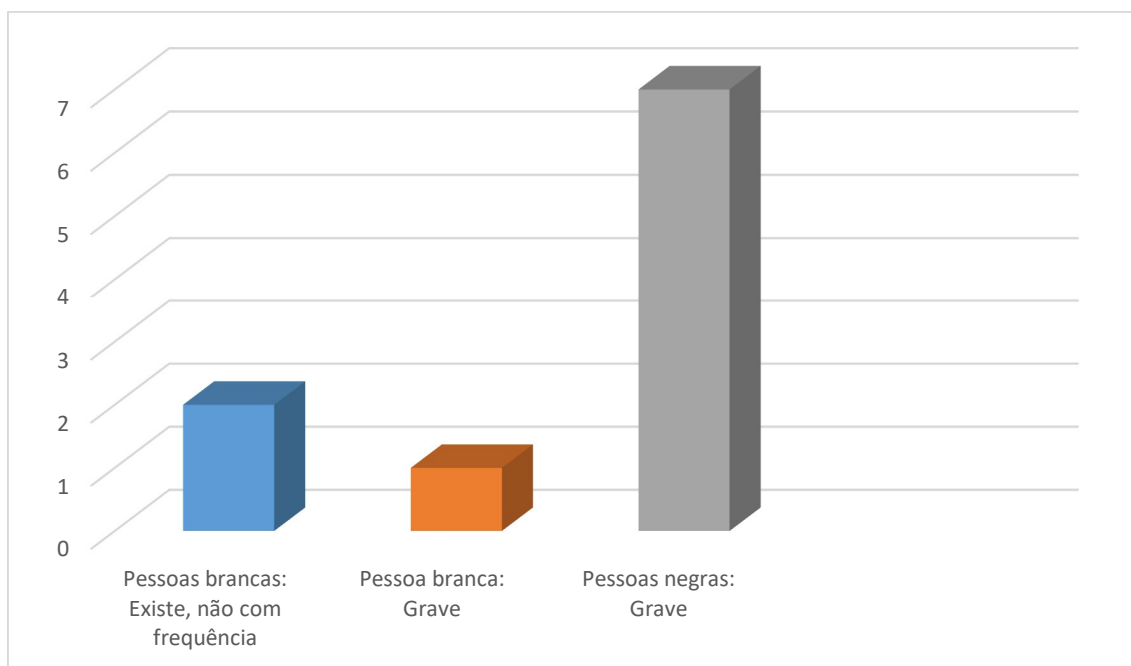
Ser antirracista é mais do que não ser racista: é agir, posicionar-se e transformar estruturas e comportamentos que perpetuam a desigualdade racial. É preciso compreender que nossas ações têm o poder de transformar a realidade, e isso exige uma educação antirracista.

Segundo Cruz (2002), pensar em uma perspectiva educacional antirracista requer, antes, debruçar-se sobre o contexto histórico de lutas que asseguraram uma legislação voltada à equidade racial na educação. Isso significa estudar, refletir e se envolver de forma profunda e crítica com as diferentes dimensões da luta contra o racismo. O silêncio diante de práticas racistas contribui para sua manutenção. Reconhecer a resistência histórica do povo negro é uma forma de enfrentamento. O conhecimento é uma arma poderosa, capaz de nos libertar do comodismo e da ignorância.

Silenciar diante do racismo é não reagir, não se posicionar ou não intervir quando uma atitude racista ocorre, seja por omissão, medo, conveniência ou indiferença, mesmo

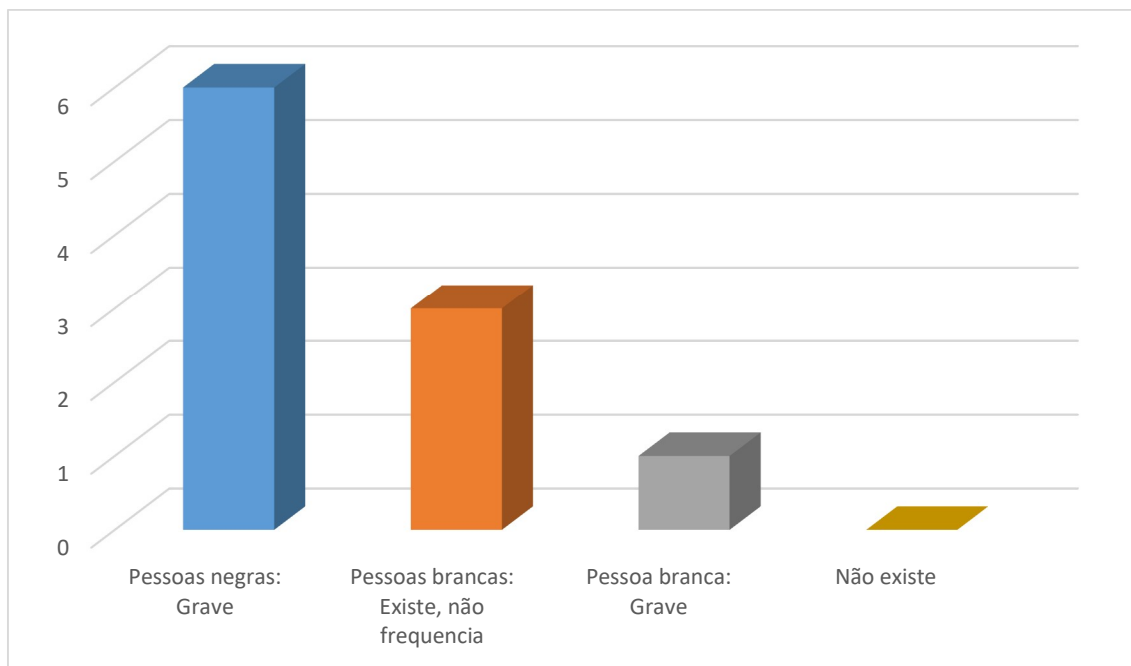
sendo afetado por ela. É necessário romper a barreira do medo e da omissão. Ao não reagir, tornamo-nos cúmplices da discriminação, mesmo que de forma passiva. Esse silêncio pode ocorrer em diferentes contextos: na escola, no trabalho, em casa, nas redes sociais ou em espaços públicos. E nossa postura silenciosa legitima o racismo. Quando ninguém fala ou age, a mensagem transmitida é: “isso é normal”, “isso é aceitável”. Diante disso, atos racistas continuam acontecendo, como se tivessem permissão para se manter e se perpetuar em nosso meio.

Gráfico 4.1.3 Curso de Ciências Sociais - Percepção sobre o racismo no Brasil.



Fonte: Silva, Maria Lucia (2023)

Gráfico 4.2.3 Curso de Pedagogia - Percepção sobre o racismo no Brasil.



Fonte: Silva, Maria Lucia (2023)

Combater e barrar o racismo exige um conjunto de ações coordenadas, contínuas e profundas, tanto no nível individual quanto coletivo. A educação antirracista é o meio mais viável para que isso aconteça.

“O racismo tem sido um peso para a pessoa negra. Barrar as forças do racismo é um trabalho contínuo de uma vida toda, porque as forças que nos condicionam às estruturas racistas estão sempre em ação; nosso aprendizado nunca será completo” (Diangelo, 2020, p. 31).

Atos racistas tornam-se um peso porque afetam a existência de forma profunda, atingindo não apenas o psicológico e as emoções, mas também comprometendo sonhos e oportunidades de vida. Resistir constantemente às atitudes racistas transforma-se em um fardo para a pessoa negra.

O fato de todas as pessoas negras da pesquisa, tanto do curso de Ciências Sociais quanto de Pedagogia, considerarem o racismo como grave revela o quanto essa vivência tem sido difícil e desafiadora. Como consequência, observa-se o impacto na saúde mental, com relatos de estresse, ansiedade e trauma. Além disso, o racismo pode gerar limitações concretas, como a discriminação no ambiente de trabalho, restringindo oportunidades de emprego para pessoas negras. Afeta também a autoestima e a confiança, podendo levar à negação da identidade negra e influenciar negativamente as interações sociais, gerando sentimento de insegurança e vulnerabilidade.

Reconhecer o racismo como grave demonstra que a maioria dos entrevistados compreendem a seriedade do tema e que não pode ser ignorado. No entanto, esse reconhecimento precisa vir acompanhado da mudança de postura. Muitas pessoas afirmam que o racismo é grave, mas continuam rindo de piadas racistas em rodas de amigos ou em programas de televisão, alegando tratar-se de brincadeira. Na prática, não percebem que isso reforça estereótipos e perpetua a discriminação. No Brasil, vive-se uma contradição: a maioria reconhece a gravidade do racismo, mas no cotidiano relativiza, naturaliza ou até mesmo reforça práticas racistas.

E no contexto da escola e da universidade? Ao reconhecer o racismo como um problema grave nessas instituições, torna-se necessário transformar as práticas pedagógicas e fortalecer o movimento estudantil negro. Isso implica criar espaços organizados e seguros para a denúncia de ataques racistas, garantindo que as vítimas se sintam acolhidas e protegidas. Reconhecer a gravidade do racismo não pode se restringir ao discurso; são as ações concretas que fortalecem práticas pedagógicas, impulsionam políticas afirmativas e contribuem para a transformação institucional.

Segundo Lima e Vala (2004), o preconceito pode ser comparado a um vírus latente ou adormecido que corrói os tecidos sociais com a violência discreta. Essa metáfora poderosa mostra que o racismo, embora nem sempre visível ou explícito, está sempre presente e pronto para se manifestar, como um vírus que permanece adormecido no corpo e pode se reativar a qualquer momento, especialmente quando se nega sua existência.

No curso de Ciências Sociais, duas pessoas brancas reconhecem que o racismo existe, mas não com frequência; outra considera o racismo grave. No curso de Pedagogia, duas pessoas brancas também reconhecem a gravidade do racismo, enquanto as outras duas afirmam que ele existe, não com frequência. É importante destacar que nenhum dos participantes, sejam brancos ou negros, negou a existência do racismo.

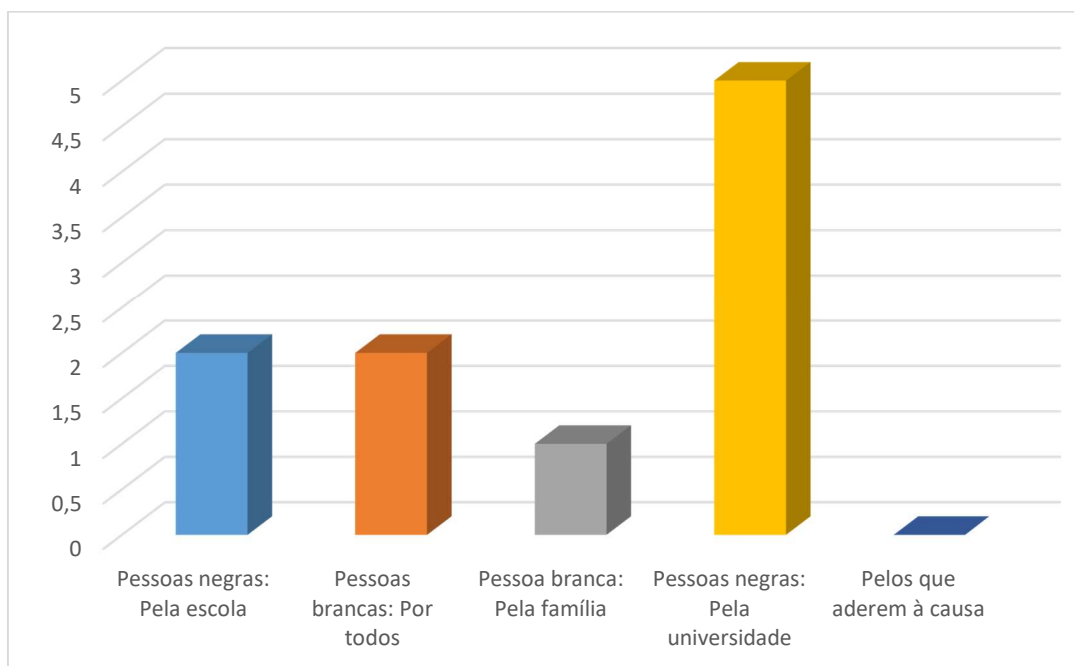
Em um país racista como o Brasil, afirmar que o racismo existe, mas não com frequência, é uma característica típica do chamado “racismo à brasileira”, um racismo estrutural disfarçado, em que se admite a existência do problema, mas o trata como algo esporádico, não como uma prática cotidiana, institucionalizada e enraizada na sociedade. Essa postura minimiza a gravidade do problema e reforça a ideia de que o Brasil é um país harmônico e sem tensões raciais.

Dependendo do contexto e da perspectiva, a negação do racismo pode ocorrer por falta de informação e compreensão. Há pessoas céticas quanto sua existência, que questionam a validade das experiências e relatos de quem sofre discriminação. Soma-se a isso a ausência de reconhecimento do racismo como parte de um sistema maior, interligado às estruturas, regras e relações sociais, o que contribui para a perpetuação da desigualdade racial. Reconhecê-lo é fundamental para promover a igualdade, inclusão e a justiça social.

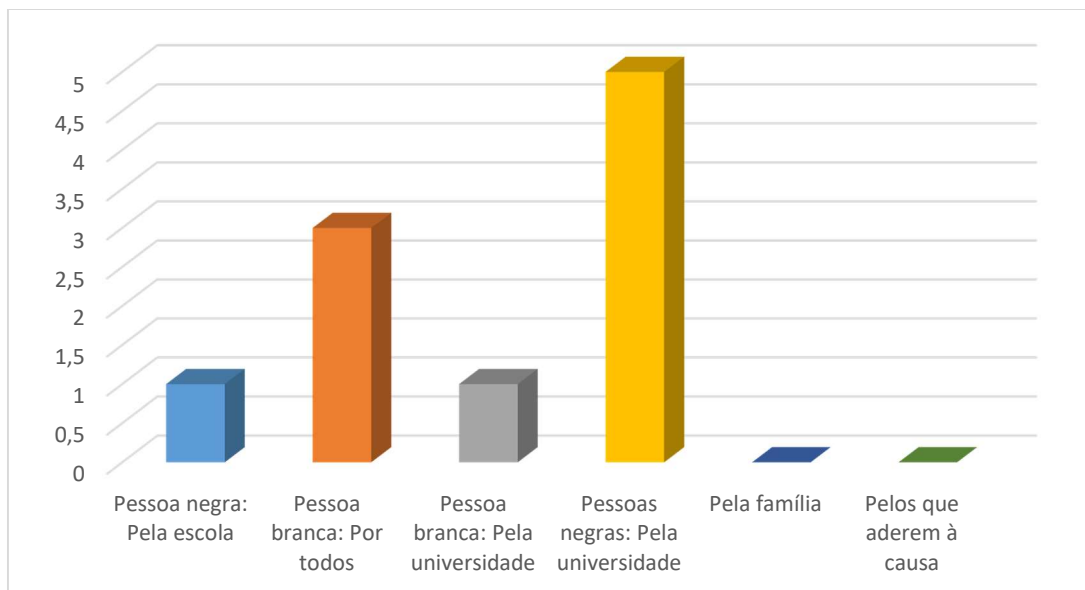
O enfrentamento exige ações concretas, e pesquisas como esta fazem parte desse processo, pois revelam, de forma compreensível e fundamentada tanto quantitativa quanto qualitativamente, a realidade que nos cerca. Além disso, produzem evidências que desafiam o silêncio institucional e impulsionam a criação de políticas mais eficazes de combate ao racismo.

Combater o racismo também passa pela escuta ativa das experiências de pessoas negras, implica reconhecer, legitimar e acolher os relatos de discriminação, sem reduzi-los ou silenciá-los. Ser antirracista é agir, posicionar-se e transformar estruturas e comportamentos que perpetuam a desigualdade racial. É preciso compreender que nossas ações têm o poder de transformar a realidade, e isso exige uma educação antirracista.

Gráfico 4.1.4 Curso de Ciências Sociais - Por quem o racismo deve ser tratado?



Fonte: Silva, Maria Lucia (2023)

Gráfico 4.2.4 Curso de Pedagogia - Por quem o racismo deve ser tratado?

Fonte: Silva, Maria Lucia (2023)

Com base no gráfico apresentado, observa-se que, no curso de Ciências Sociais, cinco pessoas negras opinaram que o racismo deve ser tratado pela universidade, duas pessoas negras indicaram a escola como responsável, duas pessoas brancas afirmaram que o racismo deve ser enfrentado por toda a sociedade e uma pessoa branca apontou a família como espaço de tratamento. Já no curso de Pedagogia, cinco pessoas negras também atribuíram à universidade essa responsabilidade, três pessoas brancas indicaram que o racismo deve ser tratado por todos, uma pessoa branca pela universidade e uma pessoa negra pela escola.

A maioria dos participantes acredita que a universidade deve assumir a responsabilidade de discutir o racismo. Como afirma Formosinho: “a universidade vem sendo confrontada desde as últimas décadas do século passado com os desafios, tensões e dilemas que a formação universitária de profissionais de desenvolvimento humano comporta” (Formosinho 2009, p. 08). O meio acadêmico, portanto, não se limita ao ensino e à pesquisa, mas exige uma interação entre ensino, pesquisa e extensão.

Atribuir à universidade o papel de enfrentamento ao racismo é reconhecer sua competência como espaço de saber, ciência e pensamento crítico. É também confiar na força dos movimentos sociais organizados e nos pesquisadores que exigem da instituição uma postura ativa no combate às desigualdades raciais.

O racismo deve ser tratado pela universidade por razões fundamentais que envolvem o compromisso étnico com os direitos humanos e a missão institucional de promover conhecimento, justiça social e equidade. Ignorar o racismo compromete a qualidade e a relevância do saber produzido. Seu enfrentamento permite que o conhecimento seja mais diverso, plural e representativo da realidade social.

É necessário que a universidade forme não apenas professores, mas também pesquisadores comprometidos com a luta antirracista. Afinal, é da universidade que saem os profissionais que atuarão nas escolas. É no ensino superior que se discutem políticas antirracistas, se promovem ações de igualdade racial e se combate à discriminação. Nesse ambiente, há espaço para debater diversidade e inclusão com mais liberdade, além de ser o local de formação crítica e reflexiva sobre as questões raciais e sociais, incentivando pesquisas voltadas ao enfrentamento do racismo.

Para Cavalleiro (2001), a responsabilidade da escola na eliminação do preconceito racial é crucial. Os professores e professoras que ingressam nas instituições escolares devem sair das universidades capacitados e conscientes de seu papel antirracista. A universidade pode impulsionar ações culturais e políticas voltadas à transformação da sociedade, por meio da mudança do indivíduo e das relações sociais. Não surpreende, portanto, que o racismo e a discriminação estejam presentes nas escolas, sendo observados nas estruturas curriculares, nas interações entre alunos e professores, nas políticas educacionais e na formação docente.

Pinheiro (2023) concebe as instituições de ensino como espaços de formação humana fundamentais, tanto no âmbito coletivo quanto individual, a partir da construção subjetiva de cada sujeito. Essa concepção é essencial para a transformação da realidade social e para o enfrentamento das opressões racistas e estruturais. A universidade, nesse sentido, deve assumir o compromisso de formar professores antirracistas, pautando a equidade racial na construção curricular e valorizando os conhecimentos ancestrais africanos.

No curso de Ciências Sociais, uma pessoa branca indicou a família como espaço de enfrentamento ao racismo. No curso de Pedagogia, nenhuma pessoa atribuiu essa responsabilidade à esfera familiar. No entanto, a família tem papel fundamental na educação antirracista, sendo responsável por educar e conscientizar, conversando com os filhos sobre o racismo e suas implicações, ensinando sobre diversidade, respeito e

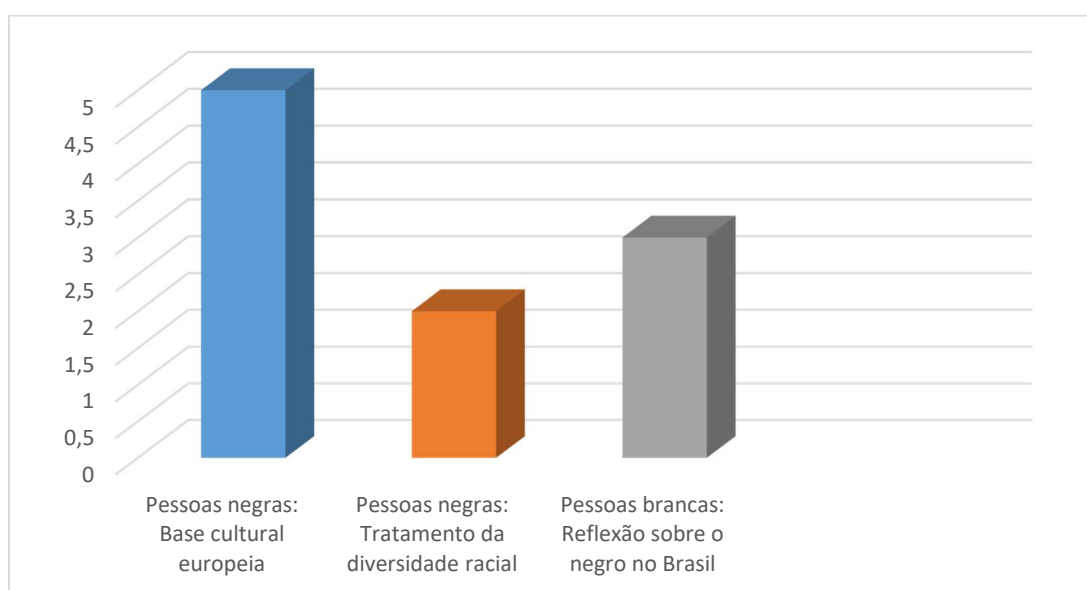
empatia, e propiciando autoestima e confiança, independentemente da raça, cultura ou cor da pele.

Acrescenta-se que duas pessoas brancas do curso de Ciências Sociais e três do curso de Pedagogia acreditam que o racismo deve ser tratado por todos. Isso indica que os entrevistados brancos tendem a ver o enfrentamento do racismo de forma mais abrangente, enquanto os entrevistados negros o direcionam às instituições, como escolas e universidades. Com isso, as instituições de ensino acabam assumindo essa responsabilidade, por serem capazes de proporcionar uma educação antirracista e exercer grande influência na formação de valores e comportamentos dos estudantes, modelando atitudes positivas e promovendo a igualdade racial.

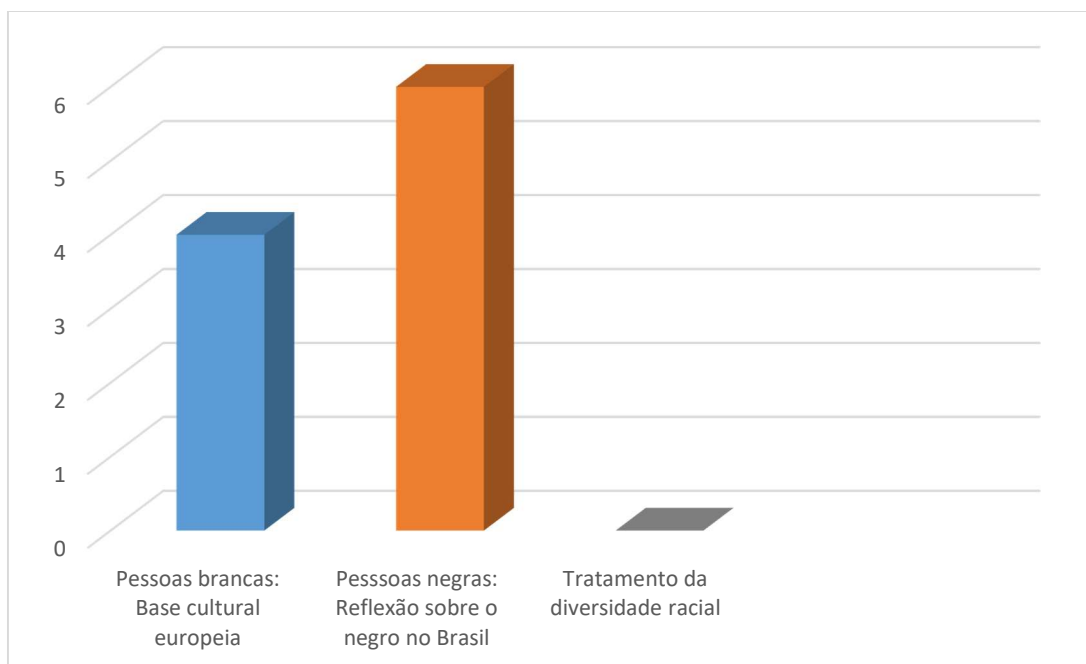
O fato de a maioria atribuir à universidade a responsabilidade de tratar o racismo não isenta os demais setores da sociedade. O racismo deve ser enfrentado por todos, indivíduos e instituições, de forma articulada e responsável. Não se trata de um problema restrito a quem sofre o preconceito, mas de uma estrutura que afeta a coletividade e compromete a democracia.

O Estado tem papel central nesse enfrentamento, por meio de políticas públicas, legislação e ações afirmativas. Cabe ao poder público garantir direitos, fiscalizar práticas discriminatórias e promover a igualdade racial, cumprindo o que determina a Constituição em relação aos direitos iguais para todos os cidadãos.

Gráfico 4.1.5 Curso de Ciências Sociais - Representatividade Racial no Currículo.



Fonte: Silva, Maria Lucia (2023)

Gráfico 4.2.5 Curso de Pedagogia - Representatividade Racial no Currículo.

Fonte: Silva, Maria Lucia (2023)

É notória a diferença entre os cursos analisados. No curso de Ciências Sociais, cinco pessoas negras afirmam que o currículo tem como base a cultura europeia, enquanto duas compreendem que ele se fundamenta no tratamento da diversidade racial. Já entre os três participantes brancos, todos consideram que o currículo promove reflexões sobre o racismo no Brasil.

No curso de Pedagogia, todas as seis pessoas negras concordam que o currículo reflete sobre a presença do negro na sociedade brasileira. Por outro lado, as quatro pessoas brancas indicam que o currículo se baseia na cultura europeia.

Segundo o Projeto Político-Pedagógico (PPP, 2016) do curso de Ciências Sociais, disciplinas como “Educação das Relações Étnico-Raciais” e “Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” são ofertadas em conformidade com a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelecendo diretrizes e bases da educação nacional. Essa legislação torna obrigatória a inclusão da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” nos currículos da Educação Básica, com repercussões significativas na formação de professores. Com essa medida, reconhece-se a representatividade racial no currículo do curso de Ciências Sociais.

O PPP (2023) do curso de Pedagogia também enfatiza e reconhece a presença de disciplinas de matrizes africanas, promovendo a análise da diversidade cultural e do

processo de construção da identidade negra no Brasil. O curso busca a compreensão das relações raciais e dos principais conceitos associados: raça, etnia, cultura, racismo, discriminação, preconceito, estereótipos, desigualdade, diversidade e diferença. Estuda-se, portanto, a diversidade étnico-racial no espaço escolar e a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a garantia dos direitos humanos. Assim, reconhece-se a obrigatoriedade do ensino dessas disciplinas no currículo.

Quanto à percepção de que o currículo é pautado na cultura europeia, cinco pessoas negras do curso de Ciências Sociais e quatro pessoas brancas do curso de Pedagogia compartilham essa visão. Ribeiro (2019) ressalta que o mundo apresentado nas instituições de ensino é o dos brancos, no qual as culturas europeias são vistas como superiores e como um ideal a ser seguido. Esse fenômeno é histórico e cultural: o Brasil foi colonizado por Portugal, o que levou à imposição da cultura e da língua portuguesa. A cultura europeia foi transmitida e incorporada à sociedade brasileira ao longo dos séculos, marginalizando as culturas africanas, indígenas e populares, e promovendo a ausência de diversidade nos conteúdos escolares.

Destaca-se também a influência da Igreja Católica na educação brasileira, especialmente nos períodos colonial e pós-colonial. Com origem europeia, a Igreja decidia o que era ensinado nas escolas, seguindo valores eurocêntricos e excluindo a diversidade. Com a separação entre Igreja e Estado e as lutas por uma educação laica e inclusiva, esse domínio foi gradualmente reduzido.

Observa-se que todos os entrevistados negros do curso de Pedagogia reconhecem que o currículo promove reflexões sobre o racismo no Brasil. Entre os entrevistados do curso de Ciências Sociais, três pessoas brancas compartilham dessa mesma percepção. O currículo universitário deve, de fato, discutir o racismo no Brasil, pois a universidade tem a função de formar cidadãos críticos e conscientes. Incluir esse debate permite que os estudantes reflitam sobre privilégios, exclusões e desigualdades, contribuindo para uma sociedade mais justa e democrática. A ausência desses debates contribui para a reprodução do racismo; ao discutir o tema, é possível desconstruir preconceitos e promover a equidade racial.

No curso de Ciências Sociais, duas pessoas negras enfatizam a presença da diversidade no currículo, reconhecendo-a como fundamental para promover inclusão e equidade na educação superior. Incluir a diversidade racial nos conteúdos acadêmicos

ajuda estudantes de diferentes origens a se reconhecerem positivamente, fortalecendo a autoestima, a identidade cultural e o sentimento de pertencimento, especialmente entre alunos negros, indígenas e outros grupos historicamente marginalizados.

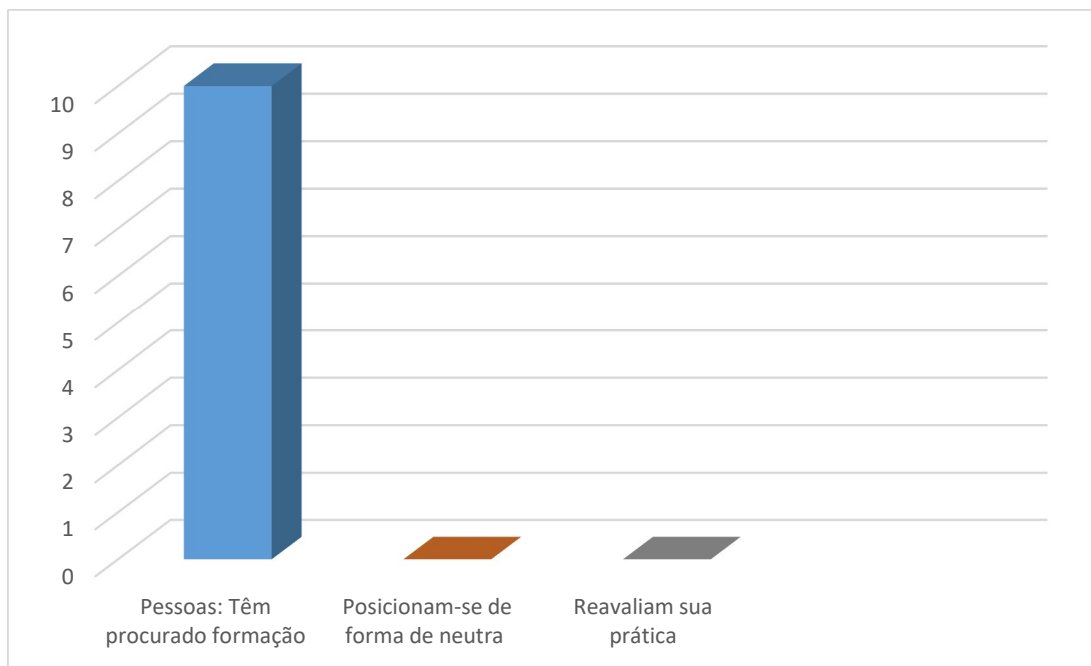
A ausência de representatividade no currículo contribui para a perpetuação do racismo estrutural. Quando diferentes raças, culturas e histórias são apresentadas de forma justa e crítica, é possível desconstruir estereótipos e promover o respeito à diversidade. A diversidade racial no currículo torna o processo educativo mais democrático e plural. Ela atende ao princípio constitucional da igualdade e cumpre a função social da escola, que é formar cidadãos conscientes, críticos e capazes de conviver em uma sociedade diversa.

Segundo Gomes (2017), a representatividade no currículo diz respeito à presença e valorização de diferentes identidades étnico-raciais, culturais e sociais nos conteúdos escolares. A ausência dessa representatividade contribui para a manutenção de um currículo eurocêntrico, excludente e racialmente desigual, que não representa a diversidade do povo brasileiro, formado por diferentes raças, etnias e culturas. Mostrar a contribuição dos povos afro-brasileiros e indígenas é incluir diferentes vozes e histórias na formação do Brasil, rompendo com o currículo que ensina apenas a história e a cultura europeia.

Gonçalves (2003) destaca que a construção de um currículo que abranja a diversidade exige o reconhecimento das múltiplas vozes e trajetórias que compõem o contexto social brasileiro, promovendo uma educação antirracista e comprometida com a justiça social. A importância está em reconhecer e valorizar as múltiplas identidades, culturas e saberes presentes na sociedade, não se trata de uma única perspectiva, mas da representação da realidade multicultural.

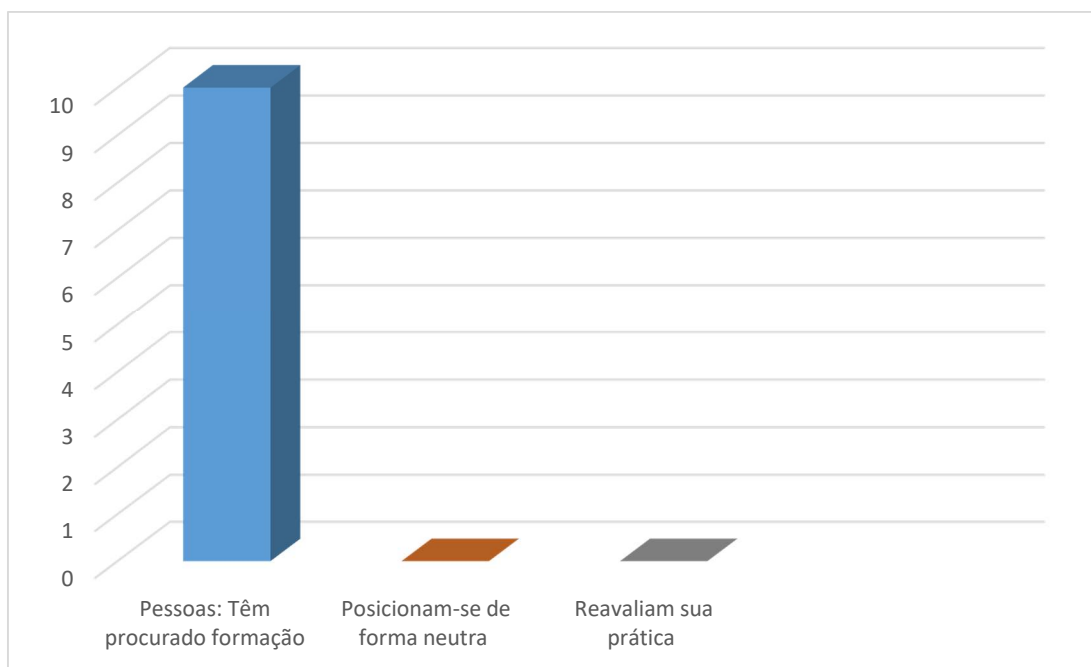
Um currículo inclusivo e diverso parte do reconhecimento de que a universidade não é neutra, mas transmite valores, histórias e culturas que podem reforçar ou combater a desigualdade. Isso vai além da inclusão de datas comemorativas: trata-se de construir um currículo que valorize a pluralidade de saberes e vozes, o que implica não apenas ampliar os conteúdos, mas também transformar as práticas pedagógicas.

Gráfico 4.1.6 Curso de Ciências Sociais - Quanto à temática, na sua visão o professor.



Fonte: Silva, Maria Lucia (2023)

Gráfico 4.2.6 Curso de Pedagogia - Quanto à temática, na sua visão o professor.



Fonte: Silva, Maria Lucia (2023)

Diante do resultado apresentado no gráfico acima, observa-se uma resposta unânime em ambos os cursos: os alunos reconhecem que os professores (as) do ensino superior têm buscado formação contínua. Essa percepção é motivo de satisfação, pois demonstra que, mesmo após a graduação, etapa fundamental da formação inicial, há consciência de que o estudo não se encerra. A carreira docente é um processo permanente de construção, sendo necessário estar sempre em movimento, aprimorando saberes e práticas.

Buscar uma formação antirracista significa investir na ampliação e no aprimoramento dos conhecimentos, habilidades, competências pedagógicas e profissionais dos docentes. Esse processo pode envolver a participação em cursos de graduação e pós-graduação, especializações, formações continuadas, seminários, congressos, grupos de estudo, oficinas e outras atividades educativas. Trata-se de um compromisso com a transformação social por meio da educação.

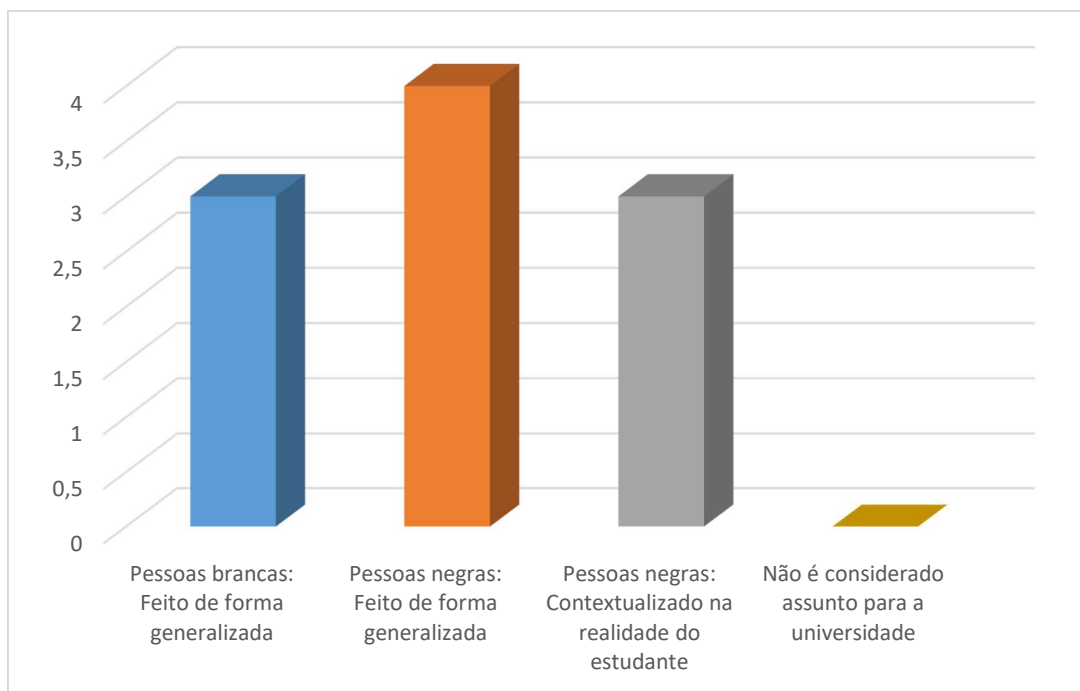
Pinheiro (2023) ressalta que a representatividade do professor é essencial, pois a educação é o ato de socializar com as novas gerações não apenas os conhecimentos historicamente produzidos, mas também aqueles adquiridos durante sua formação universitária: “Professoras e professores, são esses doadores de memórias, com o papel de transmitir socialmente às novas gerações, um legado cultural sistemático que tanto nos impulsiona no sentido de desenvolvimento humano” (Pinheiro, 2023, p. 24). O papel do docente é, portanto, fundamental e transformador. Vai muito além da simples transmissão de conteúdos escolares; o professor atua como mediador do conhecimento, incentivador do pensamento crítico e agente de mudança. Sua atuação impacta diretamente na formação de cidadãos conscientes, capazes de refletir sobre as desigualdades e de contribuir para uma sociedade mais justa.

A responsabilidade de um professor antirracista ultrapassa a postura de “não ser racista”. Implica agir ativamente contra o racismo em todas as suas formas, dentro e fora do ambiente escolar. Trata-se de um compromisso ético, pedagógico e social que exige consciência, preparo e ação.

O professor antirracista compreende que o racismo não é apenas um comportamento individual, mas uma estrutura enraizada nas dimensões sociais, econômicas e educacionais do Brasil. Ele se posiciona criticamente diante das desigualdades e discriminações que afetam, sobretudo, pessoas negras, indígenas e outras

minorias étnico-raciais. Sua prática pedagógica é pautada na equidade, na valorização da diversidade e na promoção dos direitos humanos.

Gráfico 4.1.7 Curso de Ciências Sociais - Tratamento das questões raciais no curso.



Fonte: Silva, Maria Lucia (2023)

Gráfico 4.2.7 Curso de Pedagogia - Tratamento das questões raciais no curso.



Fonte: Silva, Maria Lucia (2023)

Com base nos dados apresentados, observa-se que, no curso de Ciências Sociais, três pessoas brancas e quatro pessoas negras entendem que o tratamento das questões raciais é feito de forma generalizada. Por outro lado, três entrevistadas negras compreendem que esse tratamento é contextualizado na realidade do estudante. Já no curso de Pedagogia, todas as dez pessoas participantes afirmam que o curso trata as questões raciais de forma contextualizada, considerando a realidade dos alunos.

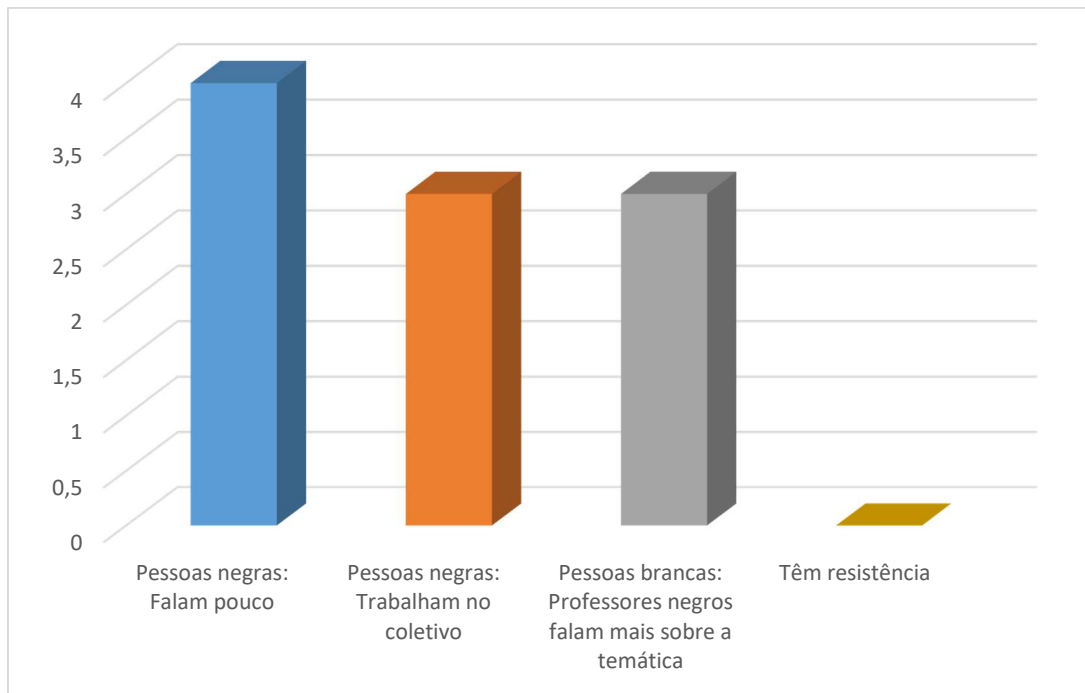
Os cursos de licenciatura que adotam uma abordagem antirracista contextualizada na realidade dos estudantes, contribuem significativamente para a melhoria da aprendizagem. Essa conexão entre teoria e prática torna o processo educativo mais eficaz, permitindo o desenvolvimento de habilidades aplicáveis em situações reais. Além disso, favorece a resolução de problemas, estimula o pensamento crítico e aumenta a motivação e o engajamento dos alunos, tornando a aprendizagem mais significativa e prazerosa.

A contextualização também desperta o interesse dos estudantes pelo conteúdo e pela profissão docente, preparando-os para lidar com situações concretas em sala de aula. Ao reconhecer e valorizar as vivências dos alunos, os cursos promovem uma formação mais sensível, crítica e comprometida com a transformação social.

Por outro lado, quando o tratamento das questões raciais é percebido como generalizado, corre-se o risco de perpetuar e reforçar estereótipos raciais nos ambientes universitários. A abordagem superficial pode invisibilizar as especificidades das experiências vividas por estudantes negros, indígenas e de outras minorias étnico-raciais, comprometendo a efetividade das ações educativas.

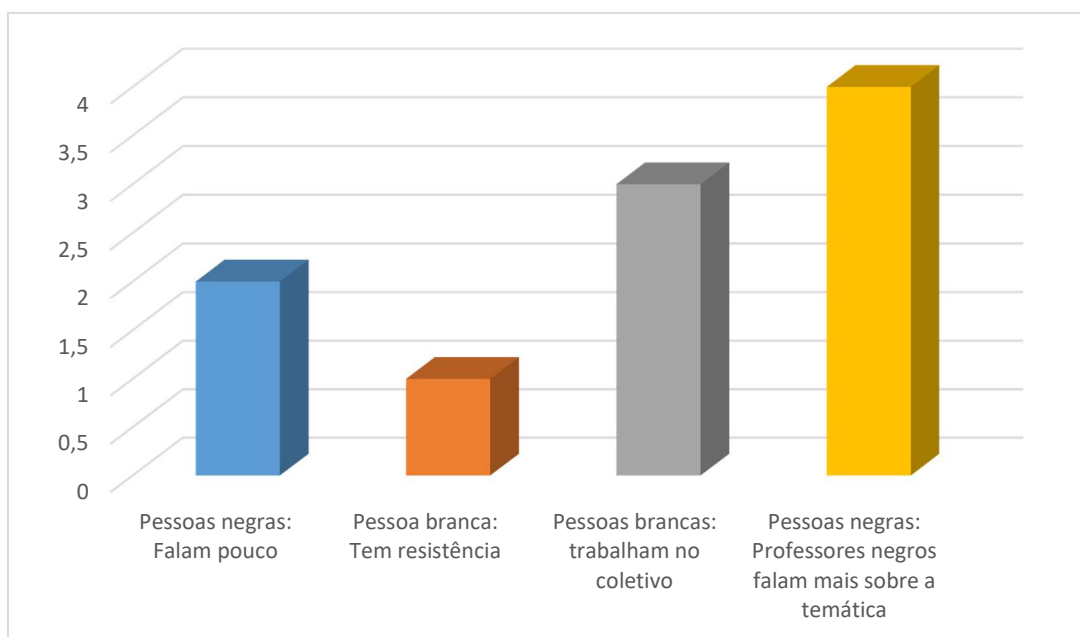
A universidade, como espaço de produção de conhecimento e formação cidadã, tem papel fundamental na sociedade. Por isso, precisa se envolver também nas suas mazelas mais estruturais. O racismo nas universidades é um problema complexo, que exige uma abordagem precisa, crítica e comprometida. É necessário promover educação, conscientização e mudança cultural, com o objetivo de criar ambientes mais inclusivos, acolhedores e equitativos.

Gráfico 4.1.8 Curso de Ciências Sociais - Professores em sala de aula.



Fonte: Silva, Maria Lucia (2023)

Gráfico 4.2.8 Curso de Pedagogia - Professores em sala de aula.



Fonte: Silva, Maria Lucia (2023)

No curso de Ciências Sociais, quatro pessoas negras afirmam que os professores falam pouco sobre o racismo em sala de aula, enquanto três destacam que os docentes atuam de forma coletiva na abordagem da temática. Já na percepção das três pessoas brancas, professores negros falam sobre racismo com mais frequência.

No curso de Pedagogia, quatro pessoas negras também reconhecem que docentes negros abordam mais o racismo em sala, enquanto duas afirmam que esse debate ainda é limitado. Entre os participantes brancos, três apontam que os professores trabalham coletivamente pela causa, e uma pessoa relata que há resistência por parte dos docentes ao tratar da temática.

Com base nos gráficos, é satisfatório perceber que, para 90% dos discentes, os docentes não demonstram resistência em abordar sobre o racismo. As respostas indicam que há um esforço coletivo por parte dos professores, o que é positivo. No entanto, também se evidencia a necessidade de ampliar o debate racial em sala de aula. Trabalhar coletivamente no enfrentamento ao racismo significa construir ações conjuntas entre professores, estudantes, comunidades e famílias. Falar sobre racismo em sala é um compromisso com a justiça social e com a formação humana.

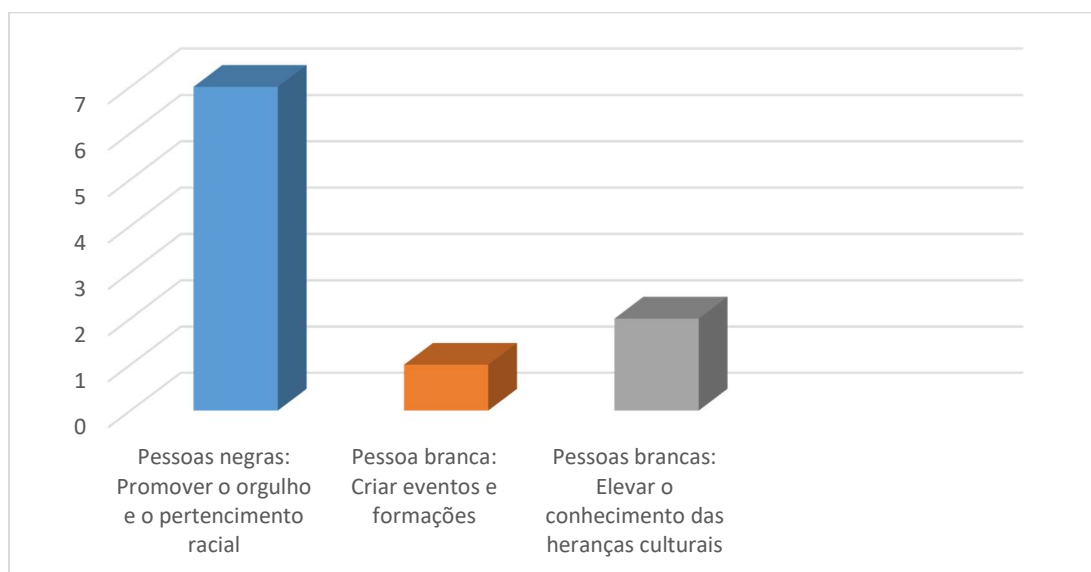
A percepção de que professores negros falam mais sobre racismo em sala de aula é compreensível. Para esses docentes, o racismo não é apenas um conceito teórico, mas uma experiência cotidiana que atravessa os espaços universitários, profissionais e pessoais. A sala de aula, nesse contexto, se torna um espaço de resistência, onde é possível

dar visibilidade ao que muitas vezes é silenciado. Já para professores brancos, mesmo aqueles que reconhecem a existência do racismo, o tema pode parecer distante, pois não vivenciam suas implicações de forma direta. Para os docentes negros, falar sobre racismo é também afirmar sua identidade.

Segundo Almeida (2019), há um processo recorrente de negação ou minimização do racismo estrutural por parte de segmentos do corpo docente. Essa negação pode ocorrer de forma explícita ou implícita, estando relacionada a fatores históricos, culturais, institucionais e formativos. Muitos professores, por exemplo, podem negar a existência do racismo em sala de aula com frases como: “aqui não tem racismo” ou “todas as crianças são iguais”. A universidade, enquanto espaço de reprodução social, muitas vezes corrobora com essas estruturas excludentes ao não reconhecer o racismo como uma questão pedagógica central.

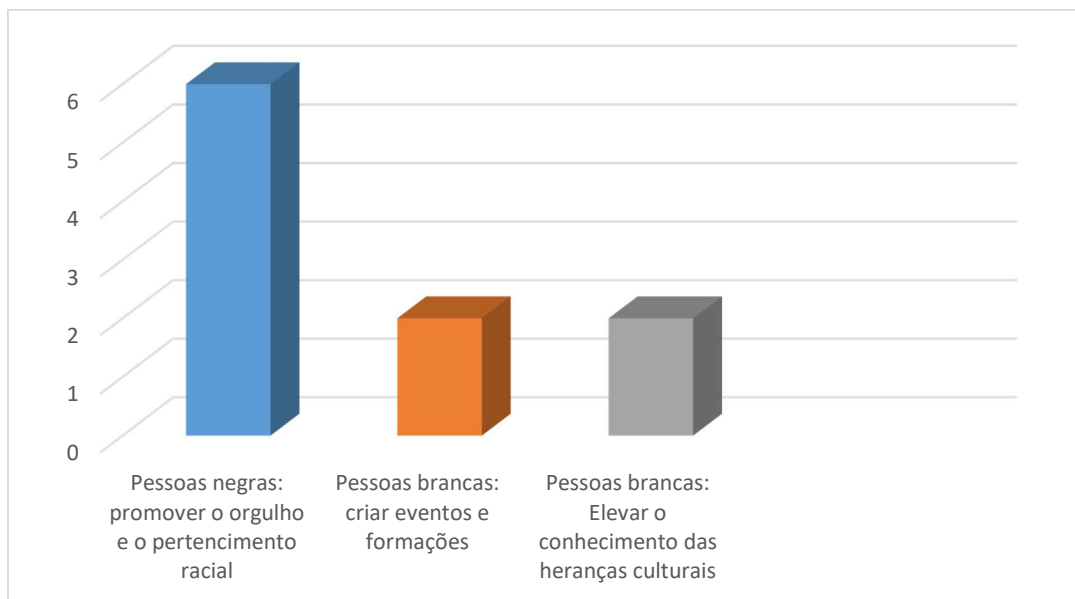
Por outro lado, o trabalho coletivo entre docentes é visto como algo benéfico e essencial para o desenvolvimento da universidade. Por meio da atuação em equipe, é possível alcançar resultados que seriam inalcançáveis individualmente. Essa prática promove a solidariedade, a interação social e a troca de conhecimentos, contribuindo para a construção de um ambiente mais justo e equilibrado, além de favorecer a resolução de conflitos.

Gráfico 4.1.9 Curso de Ciências Sociais - Percepção sobre o papel da universidade.



Fonte: Silva, Maria Lucia (2023)

Gráfico 4.2.9 Curso de Pedagogia - Percepção sobre o papel da universidade.



Fonte: Silva, Maria Lucia (2023)

As respostas das pessoas negras de ambos os cursos sobre o papel da universidade na promoção do orgulho e do pertencimento racial foram unânimes. Esse pertencimento se expressa no sentimento de valorização e alegria por fazer parte da universidade, reconhecendo a história, a cultura, as conquistas e a beleza da própria identidade. Trata-se de olhar para suas raízes, aparência e tradições com orgulho, sentindo-se parte do meio acadêmico e não isolado nele.

Para que esse sentimento seja possível, é fundamental que o estudante se identifique com o ambiente universitário, sinta-se acolhido e perceba que há uma história e uma luta coletiva compartilhada por meio das vivências. O pertencimento é construído a partir do apoio, da segurança e da representatividade. O orgulho racial, por sua vez, é a valorização pessoal da própria raça; o pertencimento é sentir-se incluído, respeitado e conectado com pessoas da mesma raça ou não.

Nesse contexto, os professores, enquanto autoridades em sala de aula, têm papel decisivo na promoção desse acolhimento. São responsáveis por abordar a temática racial com equilíbrio, sensibilidade e compromisso. Como destaca Pinheiro:

Você professor, professora branco/a, não só pode como deve abordar as questões étnico-raciais na sala de aula. Você tem o seu lugar de fala, é um lugar precioso, considerando que está em condição de respeito e admiração diante da estudantada. Não dá para perder oportunidade de falar sobre a equidade racial por ser branco/a e, por isso, por esse lugar de sujeito universal, não se sentir racializado e não se sentir inserido na pauta. Fale do seu entendimento, da sua percepção, mas também escute e aprenda com pessoas negras, leve essas pessoas para a sala de aula para criar autoidentificação com a juventude negra.

Acompanhe suas páginas nas redes sociais e indique para os jovens, leia seus livros e artigos e trabalhe trechos em sala de aula, assista a vídeos e cursos online ou presenciais de pessoas negras e indique para seus colegas de trabalho; pautar com eles, em seus projetos, uma abordagem transversal da EREER que não seja centralizada no 20 de novembro e que coloque a reflexão sempre como algo central no espaço escolar, possibilitando um olhar racializado sobre os fenômenos sociais; escute os/as jovens sobre o que eles/as têm a dizer, principalmente os/as jovens negros/as, que trarão facetas da realidade que muito possivelmente você, professor/professora branco/a, não acessou. Você vai aprender muito com eles. Aprofundar-se na história onde você está inserido/a numa posição de poder sobre um grupo todo de pessoas é o começo para exercer seu papel, passar adiante, educar os seus, educar futuras gerações (PINHEIRO, 2023, p. 64).

O docente, independentemente de sua origem racial, tem um espaço de escuta e influência. Deve aproveitar esse lugar para promover a equidade racial, aprender com os estudantes negros e criar práticas pedagógicas inclusivas e respeitadas. Isso inclui analisar criticamente os currículos e materiais didáticos, identificar e enfrentar o racismo e a opressão, e construir relações baseadas na confiança, respeito e empatia, envolvendo também as famílias e comunidades.

A unanimidade nas respostas sobre a importância da promoção do orgulho racial indica que há uma demanda real e urgente. A universidade, deve insistir de forma oportuna e persistente nessas questões. Promover o sentimento de pertencimento e orgulho entre os estudantes negros contribui para sua satisfação e autoestima, fortalecendo sua confiança e potencial de realização. Esses ganhos são benéficos não apenas para os indivíduos, mas também para a instituição e para a sociedade.

Segundo Guerra et al. (2024), as transformações vividas pelos estudantes na transição e adaptação à universidade podem gerar sintomas que afetam a saúde física e psicológica. Trata-se de um processo complexo, marcado por mudanças emocionais e sociais. O suporte dos docentes em diferentes setores da instituição é decisivo nesse processo. Quando o estudante não é devidamente acolhido, pode se retrair emocionalmente. Por isso, a universidade deve assumir seu papel no desenvolvimento psicossocial dos estudantes, indo além da formação técnica e acadêmica. Essa adaptação não ocorre de forma homogênea. Para muitos, é um processo gradual, que pode ser facilitado por ações de acolhimento e valorização da diversidade racial.

Além disso, quatro pessoas brancas, duas do curso de Ciências Sociais e duas do curso de Pedagogia, afirmam que é necessário ampliar o conhecimento sobre as heranças culturais. Em consonância, Alarcão e Roldão (2014) enfatizam que um ensino que valoriza as múltiplas existências e referencia positivamente a população negra é benéfico

para toda a sociedade. Isso rompe com a visão hierarquizada que muitas pessoas brancas têm da cultura negra, vista como inferior ou não civilizada. Valorizar a população negra no ensino é reconhecer sua importância na formação do Brasil e garantir o respeito à diversidade.

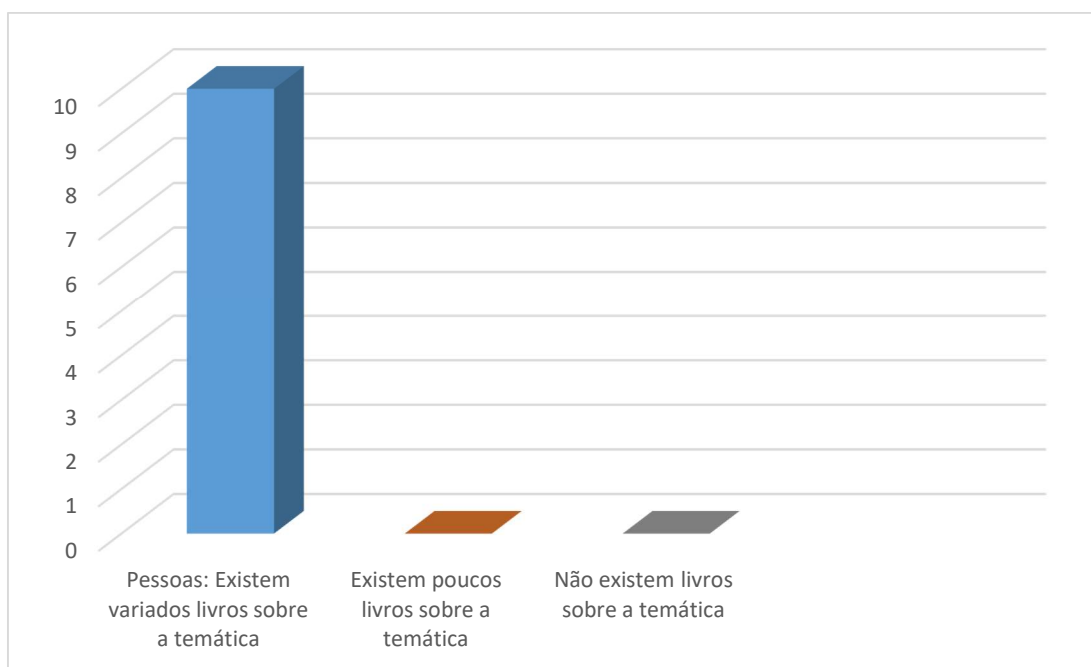
Ainda, três pessoas brancas, duas do curso de Pedagogia e uma do curso de Ciências Sociais, consideram necessário que a universidade promova eventos e formações sobre a temática racial. Tais iniciativas são fundamentais para criar ambientes acolhedores, desenvolver lideranças conscientes e comprometidas com a promoção da diversidade, e gerar mudanças sociais que impactam diretamente na vida profissional dos estudantes. Como afirma Pinheiro (2023):

Na universidade são várias as possibilidades de se pensar e atuar de modo antirracistas, assim destaca-se a importância de intelectualizarmos pessoas negras, se fomos destituídos de humanidade pelo atributo da razão, é pelo intelecto que reconquistamos a nossa dimensão humana. Desse modo, apresentar referências teóricas de intelectuais negros e negras é essencial, para além de citar intelectuais negros e negras, a universidade precisa principalmente se enegrecer, contratando intelectuais e pesquisadores/as negros e negras. Cientes de onde estamos não só nos tornamos representatividade e fortalecimento para quem chega, mas sobretudo porque pessoas negras com letramento racial, quando ocupam um espaço de poder como o espaço acadêmico, pautam suas próprias agendas (Pinheiro, 2023, p. 83).

Intelectualizar pessoas negras é um ato político, reparador e transformador, seja pela via do acesso teórico nos componentes curriculares, seja pelo enfrentamento ao racismo estrutural. Quando pessoas negras acessam e produzem conhecimento na universidade, trazem novas perspectivas e saberes que desafiam o pensamento eurocêntrico dominante. Essa produção é uma forma de reescrever a história e valorizar a potência negra. Ver estudantes negros ocupando espaços acadêmicos fortalece a representatividade na produção do conhecimento e inspira novas gerações.

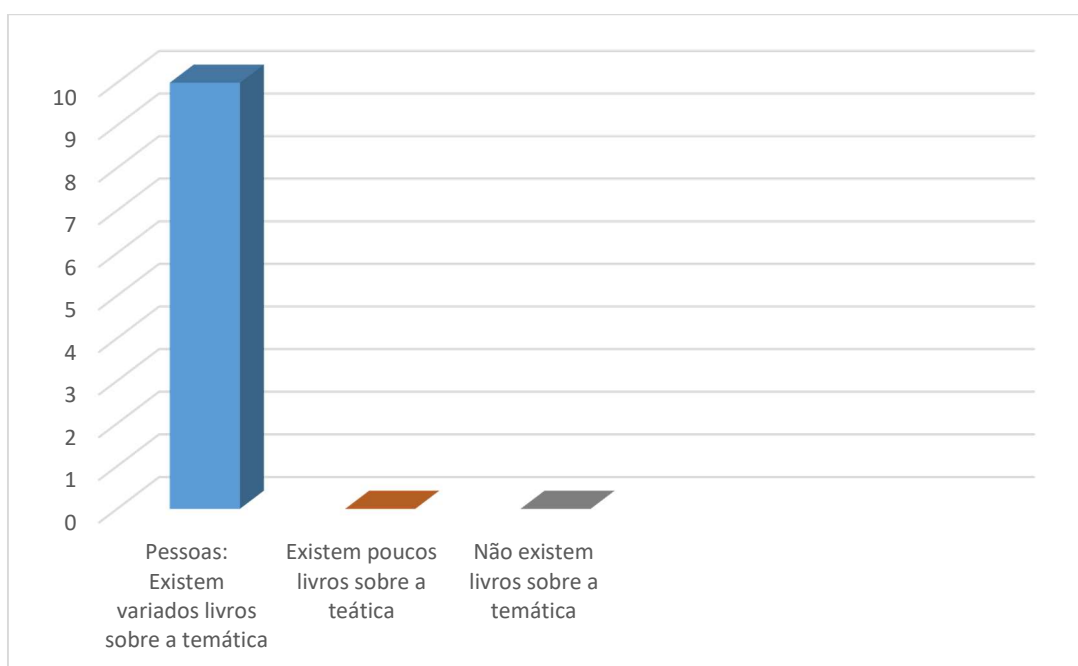
Isso tem um sentido profundo e transformador, especialmente para crianças e jovens. Mostrando que é possível vencer desafios, ocupar espaços e conquistar sonhos em uma sociedade ainda marcada pelo racismo estrutural. Inspirar é mostrar com atitudes que o caminho da educação antirracista, é um caminho de poder e mudança.

Gráfico 4.1.10 Curso de Ciências Sociais - Sobre o acervo da biblioteca.



Fonte: Silva, Maria Lucia (2023)

Gráfico 4.2.10 Curso de Pedagogia - Sobre o acervo da biblioteca.



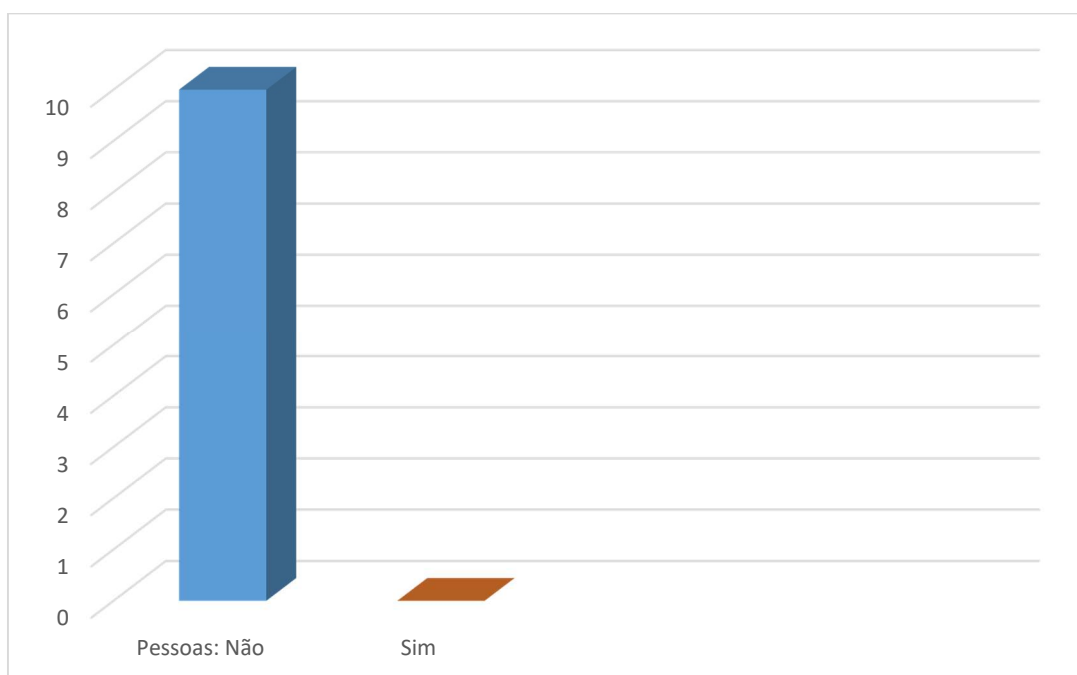
Fonte: Silva, Maria Lucia (2023)

Todos os participantes da pesquisa reconheceram a existência de um acervo diversificado nas bibliotecas universitárias. Nenhuma pessoa mencionou falta ou escassez de livros, o que indica uma percepção positiva quanto à variedade de obras disponíveis. Dessa forma, o acervo é visto como satisfatório pelos estudantes consultados.

Diante disso, é necessário reforçar a importância da manutenção e da atualização contínua dos livros disponíveis, para que o acervo continue atendendo de forma adequada às demandas acadêmicas e às transformações sociais. A renovação constante dos títulos, especialmente aqueles voltados às questões étnico-raciais, é essencial para garantir que os conteúdos reflitam os debates contemporâneos e contribuam para a formação crítica dos estudantes.

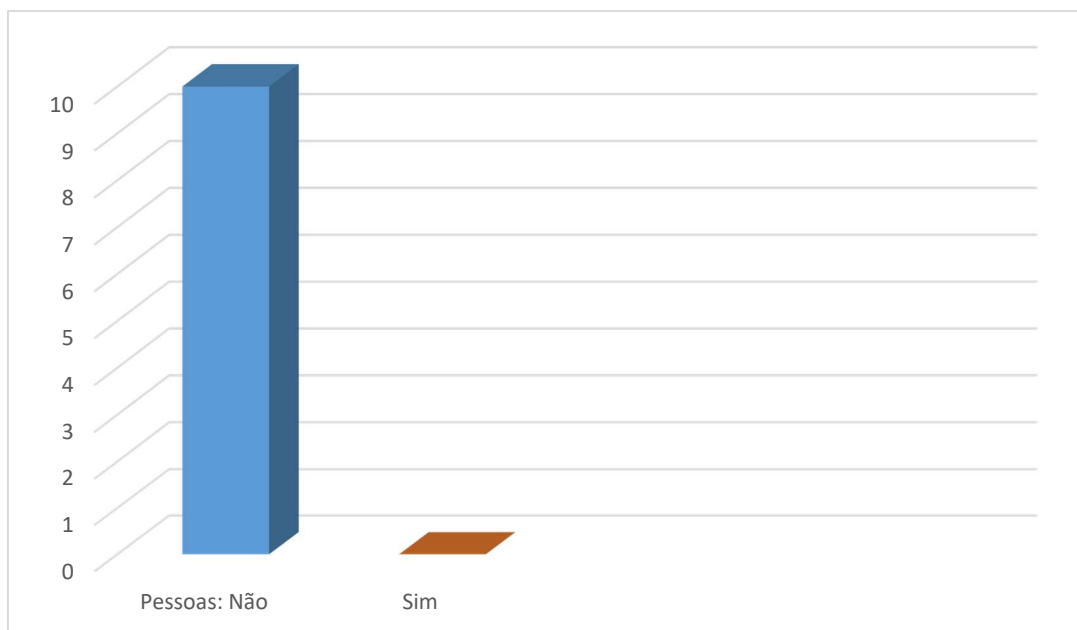
Com um acervo étnico-racial, se promove a valorização da diversidade cultural racial e histórica da sociedade brasileira. Por meio disso, se preserva e divulga a produção intelectual, artística e cultural. A presença de obras sobre questões raciais nas bibliotecas representa um passo essencial na democratização do acesso ao conhecimento, na valorização das trajetórias negras, indígenas e de outros grupos marginalizados, e na promoção de uma educação antirracista. Mais do que locais de armazenamento de livros, as bibliotecas devem ser compreendidas como espaços vivos de formação crítica e emancipadora.

Gráfico 4.1.11 Curso de Ciências Sociais - Você já se sente preparado para a sala de aula numa perspectiva antirracista?



Fonte: Silva, Maria Lucia (2023)

Gráfico 4.2.11 Curso de Pedagogia - Você já se sente preparado para a sala de aula numa perspectiva antirracista?



Fonte: Silva, Maria Lucia (2023)

A formação acadêmica refere-se ao processo de educação e treinamento realizado em instituições de ensino superior, com o objetivo de proporcionar aos estudantes conhecimentos, habilidades e competências em uma área específica de estudo. Trata-se de uma educação formal, estruturada e organizada, voltada para a preparação profissional e para o desenvolvimento de habilidades críticas na resolução de problemas e conflitos sociais.

Entretanto, é importante reconhecer que ninguém nasce pronto. O desenvolvimento humano é um processo complexo e contínuo, que envolve a interação de fatores genéticos, ambientais e sociais. Desde o nascimento, cada experiência vivida gera aprendizado. Os desafios enfrentados ao longo da vida são oportunidades de crescimento e amadurecimento. Na universidade, as competências são desenvolvidas gradualmente, por meio da prática e da vivência acadêmica. É após esse percurso que o professor, de fato, começa a exercer sua função. “A formação antirracista não é apenas um conteúdo a ser ensinado, mas um compromisso pedagógico e político com as transformações das práticas escolares” (Gomes, 2017 p. 91).

Diante das respostas obtidas na pesquisa, percebe-se a necessidade de formação contínua, mesmo após a graduação, a insegurança ainda persiste. Por isso, é fundamental lutar por uma formação antirracista, pois:

[...] o racismo é um saber que chega aos professores por diferentes formas, afirma-se que o aluno de hoje será o professor de amanhã, quando destacamos que os saberes produzidos no ensino básico e superior poderão fazer parte da prática do futuro professor (Tardif, 2011. p. 35).

A universidade, portanto, deve pensar não apenas em formar profissionais para atuarem em sala de aula, mas também em formar professores-pesquisadores, capazes de ir além da prática didática e contribuir para a produção de conhecimento crítico. Adquirir segurança para adentrar à sala de aula é um processo gradativo:

Ela não exige apenas que se ensine e se pesquise, mas que haja uma interação entre a pesquisa, o ensino e a extensão de modo a que os conhecimentos obtidos através da investigação possam ser incorporados nestes. São por meio de mecanismo como esses que os formandos (as) vão adquirindo segurança para futuramente adentrar à sala de aula (Formosinho, 2009, p. 8).

É sabido por aqueles que já passaram por esse processo que o início da carreira docente é desafiador. A sensação pode ser intensa e marcada por emoções diversas: insegurança diante do desconhecido, dúvidas sobre o desempenho, receio em relação à fala e à condução das aulas. No entanto, o desejo de ser professor traz motivação e entusiasmo, que impulsionam o enfrentamento dessas dificuldades.

Da Cruz, De Farias e De Souza Hobold (2020) descrevem esse momento como um tempo de travessia, caracterizado pela passagem de estudante a professor. É nessa fase que o docente iniciante começa a vivenciar, sob outra perspectiva, as situações que atravessam a prática docente, percebendo-se como responsável principal pelo enfrentamento dos desafios no contexto do ensino.

As universidades têm um papel insubstituível na formação de profissionais. Ao investir na produção de conhecimento e na análise crítica da realidade social, criam um substrato que permite formar educadores reflexivos, com capacidade de concepção, contextualização e atuação ética.

Segundo Gomes (2017), muitos professores em formação, não se sentem preparados para falar sobre o racismo em sala de aula. Essa dificuldade está, em grande parte, relacionada à estrutura curricular eurocentrada, que domina os cursos de licenciatura. [...] “os currículos das universidades ainda se encontram preso a uma lógica monocultural, que invisibiliza os saberes e as experiências das populações negras e indígenas” (GOMES, 2017, p. 89). Isso, impede que os licenciados tenham acesso a referências intelectuais negras e as discussões críticas sobre a diversidade racial brasileira.

Por tanto, essa invisibilidade impede que os licenciados tenham acesso a referências intelectuais negras e às discussões críticas sobre a diversidade racial brasileira. O medo de errar ou de gerar conflitos ao tratar do racismo impacta diretamente na postura dos futuros professores. Falar sobre posturas racistas exige posicionamento ético, embasamento político e segurança teórica, elementos que muitas vezes não são desenvolvidos durante a graduação.

Sendo assim, o papel da universidade, portanto, é proporcionar essa segurança aos licenciados. Professores e professoras que compreendem seu papel social como educadores comprometidos com a equidade racial sentem-se mais confiantes para construir uma identidade profissional sólida, reconhecendo e valorizando a pluralidade cultural presente na sociedade brasileira.

5 CONSIDERAÇÕES

O presente estudo, realizado sob a perspectiva da educação antirracista e da importância do tema em sala de aula, buscou compreender os desafios e possibilidades para a construção de uma prática pedagógica comprometida com a justiça racial. Entende-se a educação antirracista como uma abordagem que combate o racismo de forma ativa e consciente, dentro e fora do ambiente escolar. Seu objetivo é desconstruir estereótipos racistas, promover o respeito às identidades raciais e garantir equidade de oportunidades.

O objetivo consiste em analisar a compreensão dos jovens universitários sobre a concepção de educação antirracista em sala de aula. Busca-se discutir a questão étnico-racial, sobretudo no campo da formação de professores no curso de licenciatura, e refletindo acerca da educação antirracista, analisando, assim, qual perspectiva de educação tem sido pensada para formação dos saberes docentes.

A pesquisa justificou-se por sua aderência à área de concentração do programa e por dialogar diretamente com a linha de pesquisa, apresentando relevância social e resultados que podem subsidiar novos estudos. O trabalho contribui para o fortalecimento do debate e para a disseminação do conhecimento sobre a concepção de que não basta apenas não ser racista, é preciso ser antirracista na sociedade do século XXI.

A proposta de investigação teve como finalidade discutir as questões da diversidade, com foco na problemática étnico-racial, especialmente no âmbito da formação de professores nos cursos de licenciatura. As inquietações que motivaram o estudo justificam sua relevância, sendo o problema norteador da pesquisa fundamentado nas percepções de jovens universitários diante de situações de racismo vivenciadas ou observadas em sala de aula.

O campo empírico escolhido foi a Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), com foco nas turmas dos cursos de licenciatura em Pedagogia e Ciências Sociais. Foram entrevistados 20 participantes, com idades entre 17 e 30 anos — 10 do curso de Ciências Sociais (3 pessoas brancas e 7 negras) e 10 do curso de Pedagogia (4 pessoas brancas e 6 negras).

Como caminho metodológico, utilizamos a entrevista semiestruturada (Minayo, 2015) e a análise documental (Lüdke e André, 1986), examinando as ementas dos cursos. Os dados foram interpretados de forma qualitativa e quantitativa, à luz da análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin (2011).

No primeiro capítulo, discutimos a existência do racismo no Brasil. Os estudos bibliográficos demonstraram que, apesar de uma legislação avançada em relação à igualdade racial, o racismo opera de forma estrutural por meio das instituições e das relações sociais. E, “[...] a verdade nua e crua é que o racismo existe, segrega, discrimina e mata”. (Alves, 2002, p. 11). Essa análise foi essencial para compreender o contexto em que se insere o trabalho docente, considerando que o racismo é uma ferida histórica muitas vezes negada ou silenciada.

O Brasil é um país racista. O racismo é frequentemente negado ou naturalizado, frases como “não sou racista” “tenho amigos negros” “isso é mimimi”, reforçam uma forma velada de preconceito, isso mostra a dificuldade em assumir que a responsabilidade para enfrentá-lo é de todos. Carregamos um legado histórico de segregação da população negra, isso gera desigualdades profundas, a sociedade brasileira construiu mecanismos que mantêm essa exclusão sob formas muitas vezes silenciosas. [...] “O racismo é um instrumento de dominação e desumanização” [...] (Fanon, 2008, p. 72). Seu enfrentamento exige uma ação coletiva e uma postura antirracista.

O segundo capítulo abordou o compromisso do professor antirracista como agente de transformação social, bem como o papel da escola e da universidade na formação docente. Ser educador antirracista exige formação crítica, sensibilidade ética, compromisso político e atuação prática que valorize a diversidade racial. O docente antirracista reconhece o racismo estrutural e propõe práticas que combatem estereótipos e promovem representatividade.

O docente antirracista reconhece a existência do racismo estrutural e atua de forma crítica, propondo práticas educativas que valorizem a diversidade étnico-racial, combatendo estereótipos e promovendo a representatividade de grupos historicamente marginalizados.

A escola, como instituição formadora, tem papel fundamental na prevenção e combate ao racismo, criando ambientes inclusivos e respeitosos. Estar em sala de aula, atento a esses desafios, requer conhecimento da história afro-brasileira, da escravidão, do movimento abolicionista e da luta por direitos civis, além da compreensão da identidade negra e de suas expressões.

Estar dentro da sala de aula, antenado para esses desafios, requer o conhecimento da história afro-brasileira, no que diz respeito à cultura e à escravidão, ao movimento

abolicionista e a luta pelos direitos civis, também é necessário o entendimento da identidade negra, no sentido de como é construída e como se expressa.

A universidade por sua vez, deve priorizar uma aprendizagem de qualidade, promovendo o compartilhamento de conhecimentos. [...] “as universidades têm extraordinária importância para nossas sociedades como lugar da diversidade cultural e da pluralidade do debate e do diálogo que constroem sujeitos e coletividades”. (Panizzi, 2002, p. 13). Formar professores não se resume à obtenção de um diploma, mas envolve a construção de saberes, o desenvolvimento de habilidades e o amadurecimento pessoal e profissional.

A análise dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) de Ciências Sociais e Pedagogia revelou que as disciplinas ofertadas dialogam com a cultura afro-brasileira. “Educar para a diversidade das relações étnico-raciais no âmbito das unidades de ensino implica instituí-las no currículo das redes e sistemas de ensino” [...] (Góes, 2017, p. 91). É dever da universidade oferecer uma formação que reconheça e valorize a história e a cultura negra, tanto no currículo quanto nas práticas pedagógicas.

No terceiro capítulo, a análise dos dados coletados permitiu compreender como o racismo é abordado no contexto universitário e como futuros professores se posicionam diante da temática. Os resultados revelam que o racismo é grave e persistente na sociedade brasileira, devendo ser enfrentado pedagogicamente pela universidade, pela escola, pela família e por toda a sociedade.

Observou-se que o currículo acadêmico ainda se baseia majoritariamente em contribuições das culturas europeias, embora haja esforços para incluir conteúdos sobre a população negra no Brasil. Os participantes indicaram que os professores têm buscado formação sobre questões raciais e que há um trabalho coletivo em sala de aula. A pesquisa também mostrou que professores negros abordam o racismo com maior frequência, evidenciando a necessidade de uma postura antirracista.

Concluiu-se que, para fortalecer o respeito à diversidade étnica, a universidade deve promover o orgulho e o sentimento de pertencimento racial entre seus alunos, por meio de eventos, formações e valorização das heranças culturais brasileiras. Verificou-se que o acervo bibliográfico é diversificado e contempla obras sobre questões raciais, atendendo às demandas de estudantes e professores.

Por fim, constatou-se que muitos graduandos ainda não se sentem plenamente preparados para atuar em sala de aula, mas estão em processo de formação, superando desafios e construindo caminhos. A educação antirracista é essencial no combate ao racismo, pois forma consciências críticas e desconstrói preconceitos. Sua prática permite que professores intervenham de forma ética e transformadora. Quando a universidade se compromete com essa luta, contribui para a construção de uma sociedade mais justa, plural e igualitária.

REFERÊNCIAS

- ALARCÃO, Isabel; ROLDÃO, Maria do Céu. **Um passo importante no desenvolvimento profissional dos professores: o ano de indução.** Formação Docente, Belo Horizonte, v. 6, n. 11, p. 109-126, ago/dez, 2014.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural.** São Paulo: Sueli, 2019.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado.** Rio de Janeiro: Graal, v. 2, Tradução de Joaquim José de Moura Ramos, 1985.
- ALVES, J. A. Lindgren. **A Conferência de Durban contra o Racismo e a responsabilidade de todos.** Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v. 45, n. 2, 2002.
- AMORIM, Mônica Maria Teixeira; DO NASCIMENTO, Rafael Baioni. **O Ensino da Diversidade Étnico-Racial na Escola Básica: um Relato de Experiência Vivida no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid).** Criar Educação, n. 1, p. 29, 2021.
- AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **A recusa da "raça": anti-racismo e cidadania no Brasil dos anos 1830.** Horizontes antropológicos, v. 11, p. 297-320, 2005.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. 1. ed. Revista e Ampliada. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. **Práticas em Educação Infantil na cidade de São Paulo: Prêmio Educar para a Igualdade Racial,** São Paulo, 2014.
- BRAZIL. **Secretaria Especial De Políticas De Promoção Da Igualdade Racial. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.** Ministério da Educação, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2004.
- BORGES, Marisa; MASCHIETTO, Roberta Holanda. **Cidadania e empoderamento local em contextos de consolidação da paz.** Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 105, 2014.
- BOURDIEU, P. **A Escola Conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura.** In NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. **Escritos de Educação.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- CARDOSO, Rosane. **Literatura Infantil E Juvenil Na Sala De Aula: Políticas Antirracistas E Formação Leitora.** In: SILVA, Mozart Linhares da e DIAS, Luiza Franco, [Orgs.] **21 Textos para discutir racismo em sala de aula.** São Carlos: Pedro e João Editores, 2022.
- CARVALHO, Marcelo Pagliosa. **Estudos africanos e afro-brasileiros: possibilidades de intervenção pedagógica.** In: MOTA, Thiago Henrique (Ed.). **Ensino antirracista na Educação Básica: da formação de professores às práticas escolares.** Editora Fi, 2021.
- CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Introdução.** In: **SECAD. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/03.** Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

CAVALLEIRO, Eliane. **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. Editora, Sammus - SP, (2001).

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. Identificando o racismo, o preconceito e a discriminação na escola. In: LIMA, Ivan C.; ROMÃO, Jeruse; SILVEIRA, Sônia M. (Orgs.) **Os negros e a escola brasileira**. Florianópolis: Núcleo de Estudos Negros/NEN, Série Pensamento Negro em Educação, Nº 6, 1999.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2001.

CRUZ, Rosemary. **Educação Antirracista e a Prática Docente: um olhar a partir da escrevivência e para as práticas das professoras da Escola MEF Maria das Neves Lins Bayeux-PB, 2022.**

DA CRUZ, Giseli Barreto; DE FARIAS, Isabel Maria Sabino; DE SOUZA HOBOLD, Márcia. **Indução profissional e o início do trabalho docente: debates e necessidades**. Revista Eletrônica de Educação, v. 14, 2020.

DAMATTA, R; DUMONT, L. Ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil, Bragança Paulista, UDUSF. “Digressão: a fábula das três raças, ou o problema do racismo à brasileira”, In: **Relativizando, uma introdução à antropologia social**. Rio de Janeiro, Rocco, 1966.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. 1ª edição, Boitempo Editorial-São Paulo. Tradução: Heci Regina Candiani, 2016.

DE ALMEIDA, Roberta Santos; DIAS, Adelaide Alves. **Os saberes na construção da percepção do racismo em professoras do ensino fundamental**. Interfaces Da Educação, v. 11, n. 33, 2020.

DEMO, Pedro. **Metodologia da Investigação em educação**. Curitiba: IBPEX, 2003.

DIANGELO, Robin. **Não basta não ser racista: sejamos antirracistas**. Faro Editorial, Barueri/São Paulo, 2020.

DORNELES, Dandara Rodrigues [et al.] (org). **Reafirmando direitos: cotas, trajetórias e epistemologias negras e quilombolas na Pós Graduação/** Prefácio de Nilma Lino Gomes. Porto Alegre: Cirkula, 2020. Disponível em: <https://livrariacirkula.com.br/produto/9786589312017>. Acesso em 15 Maio/2025.

DOS DEPUTADOS, CÂMARA. **Repertório bibliográfico sobre a condição do negro no Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018.

Eliane Cavalleiro. **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. 2001.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Campina Grande Realize editora, 2008.

FEDERAL, Senado. **Constituição**. Brasília (DF), 1988.

FERNANDES, F. **A integração dos negros na sociedade de classes**. São Paulo: Dominus, 1965.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Projetos de pesquisa, fundamentos lógicos: a dialética entre perguntas e respostas**. Educação Argos. Chapecó, 2010.

FURTADO, Tanara Forte; MEINERZ, Carla Beatriz. **Formação continuada de professores e educação antirracista: ensino de história, africanidades e rompimento de estereótipos.** Revista História Hoje, v. 9, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação:** uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

FORMOSINHO, João. **Dilemas e tensões da atuação da universidade frente à formação de profissionais de desenvolvimento humano.** Cadernos de Pedagogia Universitária, v. 8, 2009.

FURTADO, Tanara Forte; MEINERZ, Carla Beatriz. **Formação continuada de professores e educação antirracista: ensino de história, africanidades e rompimento de estereótipos.** Revista História Hoje. São Paulo, SP. Vol. 9, n. 17, 2020.

GLASS, Ronald D. **Entendendo raça e racismo: por uma educação racialmente crítica e antirracista.** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 93, n. 235, dez, 2012.

GÓES, Djalma Lopes. **Ações Afirmativas e Ação Pedagógica na Educação: A aplicação da lei 10.639/03 em sala de aula** – Dissertação de mestrado defendida na UNINOVE, 2017.

GOMES, Nilma Lino. Educação e relações raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In: MUNANGA, Kabengele, organizador, **Superando o Racismo na escola.** 2ª edição, Brasília, v. 2, 2005.

GOMES, Nilma L. **O movimento do negro educador.** Petrópolis: Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo.** Educação e pesquisa, v. 29, 2003.

GONÇALVES, Petronilha Beatriz. **A questão racial na formação de professores: olhares sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais.** Revista Brasileira de Educação, n. 24, 2003.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos Alfredo. **Lugar de negro.** Editora Marco Zero, 1982.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: HOLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos.** Organização: Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUERRA, Nathalia Ester Martins et al. **O racismo institucional na universidade e consequências na vida de estudantes negros: um estudo misto.** Ciência e Saúde Coletiva, v. 29, n. 3, 2024.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Preconceito de cor e racismo no Brasil.** Revista de Antropologia, São Paulo, v. 47, n. 1, 2004.

HAUPT, Carine. PIBID da UFT: **Processo de ensino aprendizagem na formação inicial de professores.** Palmas: Nagô Editora, 2014.

HENRIQUES, Ricardo; CAVALLEIRO, Eliane. Educação e Políticas Públicas Afirmativas: elementos da agenda do Ministério da Educação. Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas. Brasília, DF: **Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade**, 2005.

HEGENBERG, LEONIDAS. **Doença: três enfoques recentes. Doença: um estudo filosófico**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1998.

IANNI, Octavio. Octavio Ianni: **O preconceito racial no Brasil**. São Paulo, v. 18, n. 50, abril, 2003.

IBGE, Diretoria de Pesquisas, **Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios**, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2016/2023.

JACCOUD, Luciana et al. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: Ipea, 2008.

KOSIK, Karel. **A dialética do Concreto**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LIMA, Fátima; GAUDENZI, Paula. **Racismo, Iniquidades Raciais e Subjetividade-Ver, dizer e fazer**. Saúde e Sociedade, v. 32, 2023.

LIMA, Marcus Eugênio Oliveira; VALA, Jorge. **As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. Estudos de psicologia**. Natal, v. 9, 2004.

LIMA, Santos Sousa e FIDELES, Yassen. Um relato de experiência e reflexão: contribuições do estágio supervisionado para uma (re)educação para as relações étnico-raciais. In: MOTA, Thiago Henrique (Ed.). **Ensino antirracista na Educação Básica: da formação de professores às práticas escolares**. Editora Fi, Cachoeirinha/Rio Grande do Sul, 2021.

LOCATELLI, Cleomar; CASTRO, Jhon Weiner de; PASSOS, Vânia Maria de. **PIBID da UFT: o desafio de formar professores**. Palmas: Nagô Editora, 2014.

LOURENÇO, Cristiane. **Uma sociedade desigual: reflexões a respeito de racismo e indicadores sociais no Brasil**. Serviço Social e Sociedade, v. 146, n. 1. 2023.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Compreender/mediar a formação: o fundante da educação**. Brasília: Liber Livro, 2010.

MACHADO, Juliana Aquino; DA SILVA, Juliana Cristina; DA SILVA, Gilberto Ferreira. **Pensar e fazer formação de professores numa perspectiva outra**. Revista nostrAmérica, v. 9, n. 17, 2021.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. Tradução Paulo Neves, Ubu Editora/São Paulo, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: Teoria, métodos e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

- MOREIRA, Adilson José. O que é discriminação? Belo Horizonte: Letramento, 2017. p. 102. Também sobre as teorias da discriminação. RIOS, Roger Raupp. **Direito da antidiscriminação: discriminação direta, indireta e ações afirmativas**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.
- MOTA, Thiago Henrique (Ed.). **Ensino antirracista na Educação Básica: da formação de professores às práticas escolares**. Editora Fi, Cachoeirinha Rio Grande do Sul, 2021.
- MOURA, Glória. O Direito e Diferença. In: MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. 2ª edição revisada/Brasília, 2005.
- MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- NASCIMENTO, Gabriel. **Racismo linguístico é sobre palavras? Um prefácio**. Revista Virtual Lingu@ Nostr@, v. 8, n. 1, 2021. Disponível em: <https://linguanostra.net/index.php/Linguanostra/article/view/253>. Acesso em 11 de fevereiro de 2025.
- NERBASS, Fabiana B. et al. **Censo brasileiro de diálise 2020**. Brazilian Journal of Nephrology, v. 44, 2022.
- NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- NUNES, Sylvia da Silveira. **Racismo no Brasil: tentativas de disfarce de uma violência explícita**. Psicologia USP, v. 17, 2006.
- OSÓRIO, RAFAEL Guerreiro et al. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: Ipea, 2008.
- PANTA, Mariana; SILVA, Maria Nilza da. **Os impactos do racismo na trajetória de estudantes do ensino médio: experiências e percepções de negros e brancos**. Sociologias, v. 26, 2024.
- PANIZZI, W. M. **Universidade: um lugar fora do poder**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.
- PENIN, Sonia Teresinha de Sousa. **A formação de professores e a responsabilidade das universidades**. Estudos avançados, v. 15, 2001.
- PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista: Para familiares e professores**. Editora Planeta/São Paulo, 2023.
- PINTO, Antônio e BENTO, Maria Aparecida Silva. **Práticas em Educação Infantil na cidade de São Paulo: Prêmio Educar para a Igualdade Racial**. São Paulo: [s. n.], 2014.
- PnadC / Elaborado por Inep/Deed. 2023.
- Projeto Pedagógico (PPC) do **Curso de Licenciatura em Ciências Sociais (Campus de Tocantinópolis)**. Resolução N° 01, De 27 de Abril de 2016.

Projeto Pedagógico (PPC) do **curso de Licenciatura em Pedagogia, (Campus de Tocantinópolis)**, aprovado pela Resolução Consep nº 06/2007. Resolução Nº 38, De 29 de Junho de 2023.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. 1. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

RIBEIRO, Matilde. Brasil, Secretaria Especial De Políticas De Promoção Da Igualdade Racial. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. In: **Ministério da Educação, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial**, 2004.

SANT`ANA, Antônio Olímpio de. História e Conceitos Básicos Sobre O Racismo e Seus Derivados. In: MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. Brasília-DF, 2ª edição, 2005.

SARAVÁ, Dona Clementina. Reflexões sobre a prática da educação para as relações étnico-raciais na pós-graduação lato sensu. In: MOTA, Thiago Henrique (Ed.). **Ensino antirracista na Educação Básica: da formação de professores às práticas escolares**. Editora Fi, Cachoeirinha/Rio Grande do Sul, 2021.

SCOTTA, Larissa. Racismo e Linguagem: Abordagens Possíveis. In: SILVA, Mozart Linhares da e DIAS, Luiza Franco, [Orgs.] **21 Textos para discutir racismo em sala de aula**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2022.

SILVA, Ana Célia da. A Desconstrução Da Discriminação No Livro Didático. In: MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. 2ª ed. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Brasília, 2005.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2011.

THEODORO, Helena. Buscando Caminhos Nas Tradições. In: MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. 2ª ed. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Brasília, 2005.

THEODORO, Mário et al. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: Ipea, 2008.

TOLENTINO, Luana e ALVES, Rogéria C. Sobre saberes e fazeres: caminhos para a abordagem do dia 13 de maio em sala de aula. In: MOTA, Thiago Henrique (Ed.). **Ensino antirracista na Educação Básica: da formação de professores às práticas escolares**. Editora Fi, Cachoeirinha/Rio Grande do Sul, 2021.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 1º edição, São Paulo, Atlas. 2011.

VALENTE, Gabriela; DANTAS, Adriana Santiago Rosa. **Práticas docentes e relações étnico-raciais: reflexos da sociedade brasileira**. Cadernos de Pesquisa, v. 51, 2021.

VEENMAN, Simon. **Perceived Problems of Beginning Teachers. Review of Educational Research**, USA, v. 54, n. 2, 1984.

<https://www.significados.com.br/escola/> Acesso em 28/04/2025.

APÊNDICE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE
Av. NS 15, 109 Norte, Sala 223, Bloco III | 77001-090 | Palmas/TO
(63) 3229-4201 | www.uft.edu.br | ppgedu@uft.edu.br



Questionário aplicado ao Programa de Mestrado em Educação.

Tema: Ser Antirracista: a Importância do tema em sala de aula.

Orientadora: Elizangela Inocência Mattos.

Mestranda: Maria Lucia Silva.

Linha: Linha 1 Currículo, Formação de Professores e Saberes Docentes.

Eixo temático: Currículo e Diversidade/ formação diversidade.

Objeto de investigação: Formação Docente para Diversidade na Educação Antirracista.

1- Idade.

a) () De 17 a 25

b) () De 25 a 30

2 - Curso.

a () Pedagogia.

b () Ciências Sociais.

3- Você se considera:

a) () Branca (o)

b) () Negra (o)?

c) () Indígena

d) () Nenhuma das opções.

4- Já sofreu racismo?

- a) () Sim
- b) () Não.

5- Como você ver a situação do racismo no Brasil?

- a) () Grave.
- b) () Não existe.
- c) () Existe, mas não com frequência.

6- Acredita-se que o racismo deve ser tratado:

- a) () Pedagogicamente pela universidade.
- b) () Apenas pelos grupo que aderem a causa.
- c) () Pela família.
- d) () Por todos os indivíduos em sociedade.
- e) () Pela Escola

7- Na sua visão, o currículo da grade acadêmica:

- a) () Baseia-se nas contribuições das culturas europeias representadas nos livros didáticos.
- b) () Constrói-se baseado em metodologia que trata positivamente a diversidade racial, visualizando e estudando as verdadeiras contribuições de povos africanos?
- c) () Procura apresentar aos alunos informações sobre os negros brasileiros, mas não a fundo.

8- Na sua visão, o professor:

- a) () Posiciona-se de forma neutra quanto às questões sociais. É o transmissor de conteúdo dos livros didáticos e manuais pedagógicos.
- b) () Reavalia sua prática refletindo sobre valores e conceitos sobre o povo negro e sua cultura, repensando suas ações cotidianas.
- c) () Tem procurado investir em sua formação quanto às questões raciais.

9- Os professores em sala de aula:

- a) () Alguns professores falam da questão racial em determinadas etapas do ano letivo.
- b) () Existe resistência dos professores para tratar a questão racial com relação à luta contra todas as formas de injustiça social.
- c) () Existe um trabalho coletivo sobre a questão racial com a participação de todos, inclusive da direção e dos funcionários.
- d) Professores negros falam com mais frequência sobre o racismo.

10- Acredita-se que, para fortalecer o relacionamento, a aceitação da diversidade étnica e o respeito, a universidade deve:

- a) () Promover o orgulho ao pertencimento racial de seus alunos.
- b) () criar mais eventos e formações sobre o racismo.
- c) () Promover maior conhecimento sobre as heranças culturais brasileiras.

11 - Quanto à biblioteca:

- a) () Existem muitos e variados livros sobre a questão racial que contemplam alunos e professores.
- b) () Existem alguns tipos de livros (dois ou três) que contemplam a questão racial.
- c) () Não existem livros sobre o tema.

12) sobre tema, futuramente, se sente preparado para sala de aula?

- a) () Sim.
- b) () Não.

6 ANEXOS

9.1 Comprovante do envio do projeto

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS -
UFT



COMPROVANTE DE ENVIO DO PROJETO

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Ser Antirracista: a Importância do tema em sala de aula
Pesquisador: MARIA LUCIA SILVA
Versão: 1
CAAE: 83262824.2.0000.5519
Instituição Proponente: Universidade Federal do Tocantins Campus Palmas

DADOS DO COMPROVANTE

Número do Comprovante: 109707/2024
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

Informamos que o projeto Ser Antirracista: a Importância do tema em sala de aula que tem como pesquisador responsável MARIA LUCIA SILVA, foi recebido para análise ética no CEP Fundação Universidade Federal do Tocantins - UFT em 17/09/2024 às 15:51.

Endereço: Quadra 109 Norte, Av. Ns 15, ALCNO 14, Prédio da Reitoria, 2º Pavimento, Sala 16.
Bairro: Plano Diretor Norte **CEP:** 77.001-090
UF: TO **Município:** PALMAS
Telefone: (63)3229-4023 **E-mail:** cep_uf@uft.edu.br

9.1.2 Carta de anuência

UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CAMPUS DE TOCANTINÓPOLIS



Av. Nossa Senhora de Fátima, 1588, Centro | 77900-000 | Tocantinópolis/TO
(63) 3471-6019 | www.ufnt.edu.br | pedt@ufnt.edu.br

CARTA DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL

Tocantinópolis 12 de Março, de 2024.

Ao Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Tocantins.

Prezado(a) Coordenador(a)

Informamos que a Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), Centro de Educação, Humanidades e Saúde de Tocantinópolis, CNPJ: 38.178.825/0001-73 está de acordo com a participação do aluna regular Maria Lucia Silva, CPF: 00913357103, pesquisadora e mestrando em Educação pela (UFT), a desenvolver sua pesquisa com o tema: "Ser Antirracista: a Importância do tema em sala de aula" Com os alunos de curso de Pedagogia e de Ciências Sociais. Ressaltamos que estamos cientes de que esta atividade que será desenvolvida nesta instituição, sob a orientação da Dr.

Elizangela Inocencio Mattos.

Atenciosamente, Reitor da UFNT: **AIRTON SIEBEN** 6854078 7091

Assinado de forma digital por AIRTON SIEBEN 6854078 7091
Data: 2024.08.14 11:49:16 -03'00'

Atenciosamente,

Documento assinado digitalmente por MARCO FERREIRO GOMES DE OLIVEIRA
Data: 13/03/2024 07:35:40 -03:00
Verificar em <https://validar.digicert.br>

Diretor do Centro de Tocantinópolis.

Documento assinado digitalmente por MARIA LUCIA SILVA
Data: 13/03/2024 08:42:43 -03:00
Verificar em <https://validar.digicert.br>

Assinatura da mestranda:

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Mais informações podem ser obtidas pelo telefone (63) 3471-6019 pelo e-mail

pedt@ufnt.edu.br Tocantinópolis

14 de Agosto de 2024.

9.1.3 Cronogramas da ações


CRONOGRAMA DE AÇÕES

Projeção da realização das atividades. Porém, sujeito a alterações mediante orientações do PPGE e/ou do/a Orientador/a. E os meses não necessariamente nesta ordem, contanto que, tais ações sejam realizadas num período de 24 meses de execução.

ETAPAS	1º ANO 2024											
Meses				mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	
				x	x	x	x	x	x	x	x	
				x	x	x	x	x	x	x	x	
Orientação Individual				x	x	x	x	x	x	x	x	
Levamento Dissertação ¹						x	x	x	x			
Fichamento Teórico				x	x	x	x	x	x	x	x	
Artigos p/ publicação						x	x	x	x	x	x	
Construção capítulos							x	x	x	x	x	
2º ANO												
Estudo em grupo		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	
Orientação Individual		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	
Roteiro questionário			x	x								
Levantamento campo			x									
Coletas de dados				x	x	x						
Transcrição dos dados				x	x	x						
Análise dos dados				x	x	x	x					
Escrita da 1ª versão				x	x	x						
Exame de qualificação							x					
Versão pós-qualificação								x	x	x		
Escrita da dissertação								x	x	x		

¹ Realizar o Levantamento de Produções Acadêmicas Teses e Dissertações no Banco de Dados da CAPES no recorte temporal de dez anos que versam sobre Educação Antirracista, impactos educacionais do racismo. Destacando, também os estudos desenvolvido pelos PPGs das Universidades do Tocantis. Deste levantamento desdobramento dá-se em artigo científico sobre "o que dizem as produções?" e, posteriormente poderá compor um capítulo da dissertação final.

9.1.4 Folha de rosto

 MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS			
1. Projeto de Pesquisa: Ser Antracético: a importância do tema em sala de aula			
2. Número de Participantes da Pesquisa: 20			
3. Área Temática:			
4. Área do Conhecimento: Grande Área 8. Ciências Sociais Aplicadas, Grande Área 7. Ciências Humanas			
PESQUISADOR			
5. Nome: MARIA LUCIA SILVA			
6. CPF: 009.133.571-03		7. Endereço (Rua, n.º): Rua da Lajinha Alto Bonito TOCANTINOPOLIS TOCANTINS 77900000	
8. Nacionalidade: BRASILEIRO		9. Telefone: 63981384777	10. Outro Telefone:
11. Email: luciasilva@mail.uft.edu.br			
Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que esta folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.			
Data: 18 / 03 / 2024		 MARIA LUCIA SILVA Data: 18/03/2024 10:38:53-0300 Verificar em: https://brasil.gov.br/	
Assinatura			
INSTITUIÇÃO PROPONENTE			
12. Nome: Fundação Universidade Federal do Tocantins		13. CNPJ:	14. Unidade/Orgão: Universidade Federal do Tocantins Campus Palmas
15. Telefone: (65) 3229-4520		16. Outro Telefone:	
Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.			
Responsável: Luis Eduardo Bovolato		CPF: 513.684.981-91	
Cargo/Função: Reitor		 LUIS EDUARDO BOVOLATO:51368498191 Data: 18 / 03 / 2024	
Assinatura			
PATROCINADOR PRINCIPAL			
Não se aplica			

9.1.5 Termo de consentimento livre

Página 1 de 4

Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE)

"O TCLE respeita a pessoa e sua autonomia, permitindo ao indivíduo decidir se quer e como quer participar da pesquisa".

Prezado(a) senhor(a): _____

A professora Maria Lucia Silva, mestranda no programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Tocantins – UFT, solicita sua colaboração para participar da pesquisa em nível de pós-graduação. Junto a este convite para sua participação voluntária estão explicados, a seguir, todos os detalhes sobre o trabalho para que você entenda sem dificuldades e dúvidas do que se trata.

TÍTULO: SER ANTIRRACISTA: A IMPORTÂNCIA DO TEMA EM SALA DE AULA.

PESQUISADORA: Maria Lucia Silva

O objetivo da pesquisa Analisar quais os sentidos e percepções são atribuídos pelos estudantes e jovens negros sobre os impactos do racismo frente ao discurso negado e as contradições diante das formas de enfrentamento dentro da universidade pública UFNT.

Para a coleta de dados, usamos questionário objetivo aplicado aos futuros professores do curso de Pedagogia e Ciências Sociais. Sendo 20 contemplados, dez de cada curso.

Fase da pesquisa: A sua participação na pesquisa é facultativa e é garantido total anonimato da sua identidade. Para além disso, como dito acima em forma de questionário, e você contará com meu apoio para quaisquer necessidades no momento em que estiver participando. Se desejar, eu, Maria Lucia Silva, responsável pela pesquisa excluirei você da mesma sem qualquer prejuízo a sua pessoa. Também é garantido plena liberdade para você retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma; como citado anteriormente, também é garantido a preservação da sua identidade, o sigilo e o respeito a sua individualidade, bem como a divulgação e o amplo acesso aos resultados da pesquisa a qualquer momento e temporalidade. Eu enquanto pesquisadora sinalizo que cronograma de execução da pesquisa só iniciará mediante a aprovação do CEP, dessa forma o mesmo apresenta-se como uma possibilidade, sendo ajustado de acordo com a demanda.

- O convite para participação na pesquisa não será feito por meio da utilização de listas que permitam a identificação dos convidados nem a visualização dos seus dados de contato (e-mail, telefone, etc.) por terceiros. De modo que qualquer convite individual enviado por e-mail só poderá ter um remetente e um destinatário, ou ser enviado na forma de lista oculta; - Pontuamos a necessidade e a importância do participante de pesquisa guardar em seus arquivos uma cópia do documento eletrônico; Não tem perguntas obrigatórias, assim você participante da pesquisa tem o direito de não responder qualquer questão, sem necessidade de explicação ou justificativa para tal; Nos casos em que não for possível a identificação do questionário do participante, será esclarecido ao participante a impossibilidade de exclusão dos dados da pesquisa durante o processo de registro / consentimento.

Risco e desconforto: Destaco que, caso você se sinta constrangido, insatisfeito ou sofra qualquer risco, em função da contrariedade pela participação pessoalmente pela exposição de suas concepções, atitudes e posturas, sua participação pode ser suspensa ou online via meet, ou por e-mail. De maneira complementar, caso deseje o(a) Sr.(a) tem total autonomia e poderá se recusar a responder a qualquer pergunta ou se retirar da pesquisa sem nenhum constrangimento, sendo assim, sua participação não será exposta.

Caso ocorram estes ou quaisquer outros riscos a você em função da participação da pesquisa, me comprometo a providenciar, imediatamente, atendimento especializado. E, também, destaco que você tem o direito e a liberdade de recusar a participar da pesquisa, bem como de retirar seu consentimento, a qualquer momento da pesquisa, independentemente do motivo, sem nenhum prejuízo ou exigências de qualquer natureza.

Benefícios: Sua participação permitirá analisar sobre o trabalho a ser desenvolvido, levando assim à consciência de ser antirracista e a importância do tema em sala de aula.

Resultados da pesquisa: Garantimos que os resultados do estudo serão divulgados, previamente, para que tenha ciência do andamento da pesquisa.

Ressarcimento de despesas com a participação da pesquisa: Todas as despesas da pesquisa são de responsabilidade do pesquisador. Em caso de possíveis despesas dos participantes da pesquisa e seus acompanhantes, haverá ressarcimento por parte do pesquisador com acomodação, alimentação, locomoção e vestuário, decorrentes da pesquisa.

Indenização: Em caso de eventuais danos decorrentes da pesquisa e quebra de acordo por parte do pesquisador, será assegurado ao participante o direito a buscar indenização.

Enquanto durar a pesquisa e sempre que necessário você será esclarecido sobre cada uma das etapas do estudo por meio dos canais de comunicação disponibilizados por vossa senhoria ou, se desejar saber mais e basta-me contactar no e-mail luciasilva@mail.ufr.edu.br ou telefone celular: (63) 981394777. Também será permitido que o (a) senhor (a) desista da sua participação na pesquisa a